

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LEITURA E COGNIÇÃO

Alexandra Munareto Soares

LITERATURA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE OPRESSÃO E
SILÊNCIO EM CYRO MARTINS

Santa Cruz do Sul, julho de 2009

Alexandra Munareto Soares

**LITERATURA E HISTÓRIA: NARRATIVAS DE OPRESSÃO E
SILÊNCIO EM CYRO MARTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado – Área de Concentração em Leitura e Cognição, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.a Dr. Eunice Piazza Gai

Santa Cruz do Sul, junho de 2009

COMISSÃO EXAMINADORA

Titulares

Prof.a Dr . Eunice Piazza Gai
Orientadora

Prof.a Dr. Nize Maria Campos Pellanda

Prof.a Dr. Maria Helena de Sousa Martins

S676L

Soares, Alexandra Munareto

Literatura e história : narrativas de opressão e silêncio em Cyro Martins / Alexandra Munareto Soares. - 2009.

124 f. ; 30 cm.

Orientadora: Eunice Piazza Gai.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

Bibliografia.

1. Martins, Cyro, 1908 -1995 - Crítica e interpretação. 2. Literatura e história . 3. Personagens – Mulheres. I. Gai, Eunice Piazza. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD: RS869.309

Bibliotecária responsável : Muriel Thurmer – CRB 10/1558

A todos que deram à minha existência o prazer de tê-los a meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar força e proteção, também pelas oportunidades de conhecimento e crescimento que brindam meu caminho.

Aos meus pais, que se doaram por inteiro, renunciando, muitas vezes, aos seus sonhos para que realizasse os meus, com infindável paciência e grandioso amor, meu muitíssimo obrigada e eterno reconhecimento.

À professora Eunice, pelas horas de lições e incentivos em que repartia seus conhecimentos e experiências, me ensinando além das teorias, com paciência, sensibilidade e humanidade.

À minha família, colegas, professores e amigos, pelo apoio, amizade e companheirismo durante esses anos de estudo.

A todos que cruzaram o meu caminho e que auxiliaram de uma forma ou outra que esse estudo fosse realizado, meu mais sincero agradecimento.

[...] o romance é um estuário. Nas suas águas navegam quase todos os barcos das nossas interrogações, carregados do vivido, do sonhado, do sofrido e do curtido.

Cyro Martins

RESUMO

A presente dissertação analisa as relações existentes entre Literatura e História, com enfoque na análise das personagens femininas da trilogia do gaúcho a pé, composta por *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*, do escritor e psicanalista gaúcho Cyro Martins. Nesse estudo, consideramos que a narrativa literária do autor é constituída de um entrelaçamento entre a imaginação criadora e os fatos vividos por ele. Isso resulta numa forma de conhecimento histórico-literário que facilita o processo de autoconhecimento do homem e de entendimento da sociedade em que está inserido. Dessa maneira, realizamos estudos acerca da Literatura e da História de diversos pesquisadores do assunto, entre eles: Barthes, Kundera, Forster, Henry James, Antônio Cândido, Todorov, Tacca, Hayden White, Sandra Jatahy Pesavento, Paul Veyne e outros. A partir dos conceitos teóricos que enfocam esses autores, realizamos a análise das três obras do autor, publicadas entre 1937 e 1954. Observamos a história do Rio Grande do Sul presente na trilogia com a finalidade de entender a história das mulheres gaúchas das décadas enfocadas nos livros. Valemo-nos da Literatura ficcional para melhor compreender as questões culturais e sociais presentes na mentalidade e nas estruturas da sociedade gaúcha. Outrossim, buscamos ressaltar o caráter literário das obras de Cyro Martins.

Palavras-chave: Conhecimento, narrativa literária, história, Cyro Martins, personagens femininas

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationships between Literature and History, with a focus on analysis of the female characters of the novel “Gaúcho a pé” trilogy, consisting of “Sem Rumor”, “Porteira Fechada” and “Estrada Nova”, written by the author and psychoanalyst gaúcho Cyro Martins. In this study, we believe that the author's literary narrative consists in an interweave between the creative imagination and the facts experienced by him. This results in a historical-literary knowledge that facilitates the process of self-knowledge of man as well as the understanding of the society in which he is inserted in. We use then studies about Literature and History from various researchers, among them: Barthes, Kundera, Forster, Henry James, Antonio Cândido, Todorov, Tacca, Hayden White, Sandra Jatahi Pesavento, Paul Veyne

and others. From these theoretical assumptions we proceeded the analyzes of three the author's works published between 1937 and 1954. We look at the history of Rio Grande do Sul present in the trilogy to understand the history of Rio Grande do Sul's women of the decades focused on the books. We used fictional literature to better understand the social and cultural questions present in mentality and Rio Grande society structures. In addition, we sought to emphasize the literary features in the novels written by Cyro Martins.

Key-words: knowledge- literary narrative- Cyro Maratins -female personages

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CYRO MARTINS: O AUTOR E SUA OBRA.....	21
1.1 Cyro Martins: vida e obra.....	21
1.2 Trilogia do gaúcho a pé: uma gênese do processo de degradação sócio-econômica do homem do campo sul-rio-grandense.....	27
2. LITERATURA E HISTÓRIA: A VISÃO LITERÁRIA DE FATOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS.....	35
2.1. ASPECTOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA.....	35
2.1.2 A relação literário-histórica.....	37
2.1.3 A História e o historiador	39
2.1.4 A elaboração e criação da História e da Literatura.....	41
2.1.5 O ponto de vista do historiador	42
2.1.6 A Literatura como fonte da pesquisa histórica	43
2.1.7 A vida real como influência na criação literária.....	45
2.1.8 História e Literatura na formação da identidade social e individual.....	47
2.2 OS FATOS HISTÓRICO-SOCIAIS E SUA REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA.....	49
2.2.1 A história do Rio Grande do Sul presente na trilogia.....	49
2.2.2 A ocupação das terras sulinas.....	52
2.2.3 A imigração alemã, italiana e a expansão da economia gaúcha.....	56
2.2.4 A política brasileira e os partidos políticos no Rio Grande do Sul.....	58
2.2.5 O governo Borges de Medeiros e a Primeira Guerra Mundial.....	60
2.2.6 O fim da primeira grande guerra e a crise da economia gaúcha.....	63
2.2.7 O governo provisório de Getúlio Vargas.....	64
2.2.8 A ditadura Vargas.....	68
2.2.9 O início do processo de êxodo rural.....	69
2.2.10 Período populista.....	72

3 AS VOZES AUSENTES: PERSPECTIVAS DAS PERSONAGENS FEMININAS GAÚCHAS EM CYRO MARTINS.....	76
3.1 A história da mulher.....	76
3.2 A mulher nos romances <i>Sem rumo</i> , <i>Porteira fechada</i> e <i>Estrada nova</i>	86
3.2.1 O silêncio feminino em <i>Sem rumo</i>	86
3.2.2 A luta das mulheres pela sobrevivência em <i>Porteira fechada</i>	93
3.2.3 A opressão e as personagens femininas de <i>Estrada nova</i>	101
3.2.4 Considerações sobre a mulher gaúcha do início século XX de acordo com as personagens da trilogia de Cyro Martins.....	109
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

“Os homens sempre procuraram instintivamente, na magia da arte o seu poder de cura”. Cyro Martins

Existem diferentes tipos de narrativas e uma das suas mais importantes características é a capacidade de serem onipresentes, de estarem em diferentes tempos, lugares e culturas. Essa característica levou Roland Barthes, em sua obra *Análise estrutural da narrativa*, a procurar uma definição que englobasse os diversos tipos de narrativa:

Inumeráveis são as narrativas do mundo. Há em primeiro lugar uma variedade prodigiosa de gêneros, distribuídos entre substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para que o homem lhe confiasse suas narrativas: a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas essas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopéia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (...), no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. Além disso, sob essas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e freqüentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de cultura diferente, e mesmo oposta; a narrativa ridiculariza a boa e a má literatura; internacional, trans-histórica, transcultural; a narrativa está aí, como a vida. (1971, p. 18)

Neste trabalho vamos considerar apenas a narrativa literária ficcional a partir de estudos realizados por alguns críticos da teoria da narrativa e suas concepções com relação a romance e seus personagens. A narrativa ficcional é realizada no plano verbal, pois só ocorre através de palavras que expressam fatos vividos por diversos seres fictícios, as personagens, em um lugar já pré-estabelecido, com duração certa. Os homens sempre usaram a narrativa como uma forma de expressar ideias, opiniões e, sobretudo, como uma forma de autoconhecimento, de conhecer as outras pessoas, os diferentes seres com que convive, o mundo em que habita, realizando, dessa maneira, uma busca constante para entender a sua existência.

Para isso criou mundos imaginários, habitados por seres fictícios, que apresentam características reais, podendo elas advir ou não da vida real: “Quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou. Por

isso, NARRAÇÃO e FICÇÃO praticamente nascem juntas” (LEITE, 1989, p. 6). A condição das personagens de serem seres fictícios com características do mundo real, juntamente com o enredo e a técnica utilizada pelo escritor são responsáveis pela verossimilhança interna da obra, o que permite ao leitor uma maior aproximação com texto através do processo de identificação leitor/personagem.

Ao considerarmos que as primeiras narrativas ocidentais eram em verso, convém lembrar as ideias de Platão e Aristóteles, dois dos primeiros estudiosos da narrativa. Seus estudos e conhecimentos serviram de base para os atuais pesquisadores do assunto. Platão e Aristóteles divergiam opiniões em relação à ficcionalidade da obra. Para o primeiro, em *A república*, a arte em geral é vista como uma imitação da imitação, pois acredita que o mundo em que vive é uma cópia do “Mundo das Ideias”, verdadeiro mundo de onde viemos:

Do mesmo modo diremos, parece-me, que o poeta, por meio de palavras e frases, sabe colorir devidamente cada uma das artes, sem entender delas mais do que saber imitá-las, de modo que, a outros que tais, que julgam pelas palavras, parecem falar muito bem, quando dissertam sobre a arte de fazer sapatos, ou sobre a arte da estratégia, ou sobre qualquer outra com metro, ritmo e harmonia. Tal é a grande sedução natural que estas têm, por si sós. (1949, p. 461)

Aristóteles, por sua vez, na obra intitulada *Poética*, expõe suas ideias sobre poesia, as quais diferem em parte das de Platão. Se, para esse último, a poesia e a arte em geral, eram imitação da imitação, Aristóteles crê que a poesia é e sempre será imitação, mas não uma imitação ilusória e sim reveladora de características fundamentais da constituição natural dos seres, chegando a considerar o poeta um filósofo, por expressar não só fatos passados, mas o que poderá acontecer futuramente. Dessa maneira, o poeta tem a capacidade de revelar possibilidades:

Pelo que atrás fica dito, é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu; mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade. O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato do primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois a obra de Heródoto houvesse sido composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Para tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. (2003, cap. IX)

Milan Kundera, em seu livro *A Arte do Romance*, defende a importância das narrativas porque possibilitam certa “abertura ao mundo das possibilidades” para o leitor, oferecendo-lhe uma realidade virtual para que possa compreender a sua existência e toda a complexidade

que a acompanha: “O espírito do romance é o espírito da complexidade. Cada romance diz ao leitor: ‘As coisas são mais complicadas do que você pensa’” (1986, p. 21).

Mas o romancista e crítico tcheco vai além ao afirmar que esta busca de compreensão da vida realizada pelo homem é a verdadeira função do romance. Para ele, todas as obras de ficção narrativa de todos os tempos procuram uma resposta para a difícil compreensão da personalidade e da individualidade humana e conclui que: “O romance que não descobre uma porção até então desconhecida da existência é imoral. O conhecimento é a única moral do romance” (1986, p. 11), por isso considera o romance como um grande conhecedor da alma humana:

O romance conhece o inconsciente antes de Freud, a luta de classes antes de Marx, ele pratica a fenomenologia (a busca da essência das situações humanas) antes dos fenomenólogos. Que soberbas descrições ‘fenomenológicas’ em Proust que não conheceu nenhum fenomenólogo! (1986, p.34)

Dessa maneira, Kundera chama o romancista não de filósofo, mas de explorador da existência, pois, para ele, o interessante é que o homem possa estudar a si mesmo e analisar suas capacidades e potencialidades: “O romance não examina a realidade, mas sim a existência. A existência não é o que aconteceu, a existência é o campo das potencialidades humanas, tudo aquilo que o homem pode tornar-se, tudo aquilo que é capaz” (1986, p. 42).

A mesma concepção tem Henry James. Em seu livro *A arte da ficção*, James expõe que representar a vida real é a principal função do romance e salienta que, para que isso ocorra, é preciso que haja uma total liberdade em sua composição:

Um romance, em sua definição mais ampla, é uma impressão direta e pessoal da vida: isso para começar, constitui seu valor, que é maior ou menor de acordo com a intensidade da impressão. Mas não haverá intensidade alguma e, portanto valor algum se não houver liberdade para sentir e dizer. (1995, p.29)

Antônio Cândido em *A personagem de ficção* observa que para um ser ter uma noção exata de outro ser são necessários dois tipos de conhecimento, um finito e outro infinito. O conhecimento finito corresponde ao conhecimento do corpo físico e o conhecimento infinito relaciona-se ao da mente, sendo esse impossível de ser apreendido em sua totalidade e finitude, pois considera as pessoas como seres complexos, que não demonstram todos os seus pensamentos íntimos, e além disso, estão em constantes mudanças comportamentais.

Por isso, enfoca que um ser jamais terá uma noção bem elaborada e completa sobre quais são as características psicológicas e do que se passa na mente de outro ser quanto de sua parte física. Por isso crê que o conhecimento humano é fragmentário e que devido a essa “incapacidade” do homem nasce uma das principais funções do romance: “Neste ponto tocamos numa das funções capitais da ficção, que é a de nos dar um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres” (2002, p. 64), pois acredita que no romance os motivos de determinadas atitudes dos seres são explicados pelo romancista, por isso o escritor é responsável em revelar a verdadeira essência humana, sendo essa sua principal função.

Já em 1927, Edward Morgan Forster em seu livro *Aspectos do romance* esclarece a função que considera ter a narrativa ficcional. Para isso, preocupa-se em diferenciar historiador de romancista:

Tudo o que é observável num homem, quer dizer, suas ações e parte de sua existência espiritual que pode ser deduzida de suas ações – cai no domínio da história. Mas seu lado romanesco ou romântico (sa partie romanesque ou romanrique) inclui ‘as paixões genuínas, isto é, sonhos, alegrias, tristezas e meditações que a polidez ou vergonha impedem-no de mencionar’; e expressar este lado da natureza humana é uma das principais funções do romance. (1970, p.35)

O autor ainda menciona que o romancista busca seus fatos na realidade e pode transformá-los conforme objetiva causar determinados efeitos em seu leitor, por isso tem a total liberdade de modificar parcialmente ou inteiramente esses fatos: “Um romance é baseado em fatos + ou – x, sendo a incógnita o temperamento do romancista, e essa incógnita sempre modifica o efeito dos fatos e algumas vezes o transforma inteiramente” (1970, p.34 – 35). Essa afirmação nos faz entender que a história da narrativa ficcional não precisa, necessariamente, ser retirada do que entendemos como “lógico”. O texto literário pode (e deve) apresentar situações incomuns, que desloquem o leitor da sua passividade desde que isso provoque uma sensação prazerosa, o prazer que se espera ao ler um texto.

Se Forster enfatiza o valor e o trabalho do autor, Tacca comenta em *As vozes do romance*, que não só a participação do autor, mas também a do leitor é responsável para que o romance atinja sua função, tendo em vista que cabe ao escritor assentar informações em linhas e cabe ao leitor empregá-las: “É em suma, uma espécie de recomposição do mundo, operada

pelo leitor a partir de uma limitada quantidade de informação, habilmente repartida entre autor, narrador e personagens”.(1983, p.18)

Dessa maneira, a realidade é observada e captada pelo autor, que vai permeá-la de fantasia e imaginação, o mesmo trabalho fará o leitor. Se levarmos em conta que a palavra escrita é uma forma de comunicação, como todo ato comunicativo precisa de emissor (escritor) e receptor (leitor), esse último, portanto, faz parte do processo tanto quanto o escritor. Sem leitor não há obra literária. A Literatura existe para ser desfrutada por outro ser que não seja o autor.

Para que o autor possa expressar a sua visão de mundo através da ficção fazem-se necessárias as personagens no enredo narrativo. As personagens da narrativa são os seres responsáveis pela vivacidade da obra, pois são elas que desempenham um papel ativo no enredo. Elas nos são apresentadas pelas características que o autor lhes atribui, essas características são atributos verbais, mas que dão a ilusão de pertencerem à realidade. Forster preocupa-se em fazer a distinção entre o *homo sapiens* (homem real) e o *homo fictus* (personagem fictício). Para esse autor o escritor escreve sobre aquilo que conhece, pois é um ser humano, conhece suas características e algumas das demais pessoas e, por isso pode utilizar esse conhecimento para compor sua ficção:

É criado nas mentes de centenas de romancistas, que possuem métodos de gestação antagônicos e a seu respeito não devemos generalizar. Ainda assim, se pode dizer algo sobre ele: geralmente nasce, é capaz de morrer, requer pouco alimento ou sono, está incansavelmente ocupado com relações humanas, e – o mais importante – podemos saber mais sobre ele do que sobre qualquer um dos nossos semelhantes, porque seu criador e narrador é um só. (1970, p. 43)

Dessa maneira, inicialmente, a personagem pode ter características reais criadas pelo autor, mas é um ser de palavras e suas atitudes devem corresponder à verossimilhança interna da obra. Isso a torna um ser livre, pois pode agir com atitudes que não correspondem às do autor ou de outra pessoa real em que possa ter sido inspirada Como afirma Tacca : “[...] olhando mais de perto, descobrimos que nenhuma dessas entidades corresponde a uma forma de existência (referencial, ‘real’), mas que cada uma se constitui exclusivamente no plano do discurso e só a partir dele.” (1983, p.14)

Assim, a personagem é um ser verbal, dotado de intenções que apresentam características reais filtradas do mundo pela sensibilidade do escritor, e esse, para criá-la necessita de imaginação, observação e memória. Através desse processo de criação é que elas tornam-se transparentes à visão leitora, conforme menciona Antônio Cândido:

[...] a grande obra de arte literária (ficcional) é o lugar em que nos defrontamos com seres humanos de contornos definidos e definitivos, em ampla medida transparentes, vivendo situações exemplares de um modo exemplar (exemplar também no sentido negativo). Como seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, social e tomam determinadas atitudes em face desses valores. Muitas vezes debatem-se com a necessidade de decidir-se em face da colisão de valores, passam por terríveis conflitos e enfrentam situações-limite em que revelam aspectos essenciais da vida humana: aspectos trágicos, sublimes, demoníacos, grotescos e luminosos.

Esse autor ainda enfatiza que há três elementos essenciais em um romance: o enredo, as personagens e a técnica utilizada pelo escritor, salientando que esses três elementos devem estar interligados para que ocorra um bom desenvolvimento da obra. Levando em consideração o que diz respeito às personagens, cabe-nos comentar que são essas as responsáveis pelo desenrolar da trama existente na obra:

Geralmente, da leitura de um romance fica a impressão duma série de fatos, organizados em enredo, e de personagens que vivem estes fatos. É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino – traçada conforme uma certa duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam. (p. 53-54)

É importante comentar que, assim como os seres humanos, as personagens apresentam características próprias, algumas se salientam em relação às demais, outras são comuns, corriqueiras e triviais, há ainda as que são semelhantes às outras e as que se distinguem por terem características particulares. Devido a isso, houve uma grande preocupação dos críticos literários em qualificar as personagens conforme o papel que desempenham na obra, Forster classifica-as em: planas, as que “são construídas ao redor de uma única qualidade” (1974, p.54) e redondas, as que são capazes de surpreender o leitor, de causar impacto com suas atitudes inesperadas.

Dessa maneira, a personagem deve ser vista como um ser fictício que existe, existe em palavras, mas existe, pois é um produto da fantasia humana, mas para essa criação o escritor precisa observar o mundo ao seu redor, seus problemas sociais e as pessoas que estão envolvidas nessa questão para compor seus romances. O que não significa que vá elaborar uma cópia idêntica de um ser vivo, ou que irá copiar totalmente a sua realidade porque isso é impossível, como cita Cândido:

[...] é impossível, como vimos, captar a totalidade do modo de ser duma pessoa, ou sequer conhecê-la; segundo, porque neste caso se dispensaria a criação artística; terceiro, porque, mesmo se fosse possível, uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico, diferente e mais completo, que é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção. (2002, p. 65)

Cyro Martins em *Para início de conversa*, autor que estudaremos mais a fundo posteriormente, apresenta a personagem como um ser que deve ser “livre” ao mesmo tempo em que tem uma estreita relação com o autor:

[...] uma vez lançado o personagem na página em branco e permitindo que ele ande à vontade por uma folha ou duas, precisamos então adivinhar seus pensamentos e desejos e ir dando corda à sua maneira de ser, de sorte que criador e criatura permaneçam ao longo da estrada novelística. Claro que iremos sofrer com seus tormentos. Mas, em compensação, suas alegrias também são nossa. (1990, p. 129)

Esse escritor, no prefácio de *Sem rumo*, ainda salienta que a personagem deve ter características próprias para que a obra literária seja melhor aceita pelo leitor e para que possa atingir seus objetivos:

Imobilizar as personagens e retalhá-las em vincos sólidos de escultura pode constituir um processo para condensar o belo e atingir a eloquência. Mas não resta dúvida de que, se o ficcionista deixar essas mesmas figuras moverem-se por si mesmas, no sentido que se empresta em Literatura ao movimento espontâneo das personagens, impondo-se pela sua glória ou pela sua miséria, estabelecerá uma aproximação muito mais íntima com o leitor, contagiará mais facilmente a sua emoção estética, encontrará mais fraca oposição à sua mensagem. (1997, p. 16)

Kundera salienta que não há uma fórmula mágica pra conseguir essa vivacidade do ser fictício, nem é necessário seguir algumas das normas do realismo psicológico, como dar o máximo de informações sobre a personagem, conhecer o passado dela para entender suas atitudes presentes, nada de intromissões do autor na obra etc., é, pois necessário dar uma espécie de “abertura” ao leitor para que ele possa se incumbir de dar vida a esse ser. Para exemplificar essa sua tese, cita uma experiência própria sua como leitor: “Dom Quixote é

quase impensável como ser vivo. No entanto, em nossa memória, que personagem é mais vivo do que ele? [...] Quero dizer com isto que a imaginação do leitor completa automaticamente a do autor.” (1998, p.35)

Diante dos posicionamentos apresentados, concluímos que os seres fictícios do romance podem ou não ser baseados na vida real, são possíveis até de serem adaptados, transformados e modificados segundo a intenção criativa do autor. Percebemos que há somente um tipo de personagem: a inventada. Mas que esse ser possui ligação com a realidade existencial tanto do romancista, como do leitor, o que ocasiona a inserção do leitor na história da obra.

A arte, em geral, é utilizada pelo homem como uma forma de expressão dos seus sentimentos, e a Literatura, ao nosso ver, é a expressão artística que mais deixa traços marcantes no ser humano, pois utiliza como instrumento uma das mais importantes, senão a maior, capacidade humana: a linguagem. Por isso a narrativa literária é envolvente. Ela propicia ao leitor um conhecimento abrangente, que possibilita uma vasta gama de interpretações, auxiliando o homem na sua eterna busca de autoconhecimento e de compreensão do mundo em que vive.

É com essa concepção, agora direcionada à narrativa ficcional, que nos lançamos à tarefa de elaborar um estudo literário e histórico, focalizando as personagens femininas, da trilogia do gaúcho a pé, composta por *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova* do psicanalista e escritor gaúcho Cyro Martins. Essa obra é de extrema relevância por se tratar de testemunho de uma época no Rio Grande do Sul agropastoril, tendo por economia principal as atividades pecuárias das grandes estâncias.

Optamos por esse autor devido à grande capacidade que apresenta em captar os problemas sociais reais do Rio Grande do Sul na época histórica do início e primeira e segunda metades do século XX, sem se utilizar do ufanismo muito recorrente na nossa literatura regionalista. Também por ser um grande psicanalista e um escritor que se sobressai na cultura regional do Rio Grande do Sul. Cyro Martins é um autor que consegue expor o ser humano em seus sentimentos e desejos mais profundos. Extremamente observador, realista e humanista, ele nos propicia um conhecimento do panorama socioeconômico, histórico e cultural em que vivia a mulher gaúcha, pelo viés da sensibilidade, expressando valores e sensações que não são captadas pela realidade científica da história.

Ao abordar o tema do êxodo rural Cyro Martins procura recriar em sua ficção literária uma época histórica do Rio Grande do Sul no início do século XX. Dessa forma esse autor se enquadra na classificação de Fabio Lucas (1970, p. 52) como um ficcionista social, pois procura retratar em suas personagens tipos e heróis sem perspectivas de um futuro melhor, mutilados pela sociedade, mas que aspiram ser íntegros, mesmo que essa sociedade os force a tomar atitudes consideradas errôneas. Para esse autor, o caráter social da ficção brasileira aparece “[...] quando as personagens e as situações criadas possam constituir expressão viva de relações entre grupos sociais.” (1970, p. 53).

Ao estudarmos um autor que afirma pretender expressar uma realidade vivenciada na campanha gaúcha em suas páginas de ficção, adentramos no princípio da representação literária. Sobre esse assunto consideramos os estudos e opiniões de Fabio Lucas quando afirma que “Não podemos esquecer nunca da obra de arte como forma de conhecimento e aprofundamento do mundo real.” (1970, p. 15), ou a reflexão de Antonio Candido ao comentar sua visão de Literatura como uma transposição do real onde “[...] se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica [...]” (2002, p 53) e Hayden White, quando expõe que na História há tanta ficção quanto na Literatura e, por isso, essa última também pode ser vista como um registro histórico concreto e acessível para o pesquisador da área:

Tampouco é incomum para os teóricos da literatura, quando se referem ao “contexto” de uma obra literária, supor que esse contexto – o “meio histórico” – tem uma concretude e uma acessibilidade que a obra em si nunca pode ter, como se fosse mais fácil perceber a realidade de um mundo passado constituído com base em milhares de documentos históricos do que sondar as profundezas de uma única obra literária que se apresenta aos olhos do crítico que a estuda. Mas a suposta concretude e acessibilidade dos meios históricos, estes contextos dos textos examinados por estudiosos da literatura, são elas próprias produtos da capacidade fictícia dos historiadores que estudaram estes contextos. (2001, p. 106)

Como entendemos a Literatura como uma forma de conhecimento do mundo em que vivemos, temos por objetivo desse trabalho verificar como é construída a história, principalmente a história das mulheres, nas narrativas literárias. Procuramos mostrar que a Literatura transmite um conhecimento histórico ao leitor e, portanto, Cyro Martins, em sua trilogia, apresenta o Rio Grande do Sul do início do século XX com os problemas enfrentados pelo povo gaúcho. Se ele expressa em suas linhas os problemas que enfrentava a sociedade

gaúcha na época, também apresenta a mulher gaúcha caracterizada com sua submissão e silêncio. Poucos livros de História do Rio Grande do Sul enfocam a vida que levavam as mulheres nesse Estado, pois houve a preocupação dos historiadores em relatar os grandes feitos heróicos dos homens gaúchos nas guerras em que lutaram. Por isso buscamos na Literatura ficcional estudar as personagens femininas de *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*. Acreditamos que nessas obras, Cyro Martins expõe com maestria como era a vida dessas mulheres, duplamente oprimidas em relação aos homens do tempo.

Nosso trabalho será composto de três capítulos. No primeiro capítulo, de fundamentação teórica, enfocamos o psicanalista e escritor Cyro Martins e as concepções de respeitáveis escritores, críticos e psicanalistas sobre a vida e obra literária desse importante autor.

Já no segundo capítulo realizamos, primeiramente, uma explanação teórica a respeito dos conhecimentos históricos e literários, para isso utilizamos concepções e opiniões de diversos estudiosos do assunto como Hayden White, Elizabeth Torresini, Sandra Jatahy Pesavento, Paul Veyne e outros. A seguir, elaboramos uma análise literário-histórica das obras que constituem a trilogia do gaúcho a pé. Nelas, observamos como a história está presente nas narrativas literárias em estudo. Os fatos da história gaúcha em que nos baseamos e elaboramos a análise foram retirados do livro *História do Rio Grande do Sul* de Sandra Jatahy Pesavento.

Por fim, no terceiro e último capítulo, organizamos um estudo histórico das mulheres, baseado na pesquisa de Rosalind Miles com a obra *A história do mundo pela mulher* e demais obras que vieram a enriquecer o assunto. Após esse apanhado histórico formamos uma análise das personagens das três obras em estudo, principalmente das personagens femininas, buscando entender o contexto social, econômico e cultural do universo feminino presente na trilogia do gaúcho a pé, de Cyro Martins.

1. CYRO MARTINS: O AUTOR E SUA OBRA

1.1 Cyro Martins: vida e obra

Antes de apresentar as análises das obras, lembramos, nesse capítulo, um pouco dos ideais, perspectivas e opiniões do autor. Pretendemos entender como se dá o seu processo de criação artística e o que ele almeja advertir às pessoas com sua trilogia. Dessa maneira, aqui enfocamos Cyro Martins, o homem e o escritor, através de comentários de críticos e estudiosos de suas obras, de pessoas que conviveram com ele, e, principalmente, do próprio autor quando comenta e explicita o seu processo de criação literária.

Cyro dos Santos Martins é filho de Apolinário (chamado Bilo) e Felícia dos Santos Martins, nasceu em Quaraí – RS, em 5 de agosto de 1908. Nessa pequena cidade interiorana estudou no colégio municipal, com um professor de nome Caravaca que apresenta-se como personagem de duas obras do escritor: do livro de contos *Rodeio*, publicado em 1976 e do romance *O professor*, publicado em 1988. Aos 12 anos mora em Porto Alegre para estudar no consagrado Ginásio Anchieta, experiência que resulta na novela *Um menino vai para o colégio* escrita em 1942. Com apenas 15 anos começa a escrever artigos e contos.

Com 19 anos ingressa na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, retorna a Quaraí já formado no ano de 1934 para exercer sua atividade médica, nesse ano publica o livro de contos *Campo fora*. No ano seguinte o autor utiliza o termo “gaúcho a pé” em uma conferência. Essa expressão serve para designar sua conhecida trilogia, que traz como tema a crise enfrentada pelo homem do campo, que perde seu cavalo e sua liberdade campesina. Durante três anos de prática médica em sua cidade natal conhece a miséria social estabelecida pela crescente modernização da campanha gaúcha, o que o leva a escrever o romance *Sem rumo*, primeiro romance da trilogia do gaúcho a pé, em 1937 na cidade do Rio de Janeiro onde foi estudar Neurologia

Em 1942, época da segunda guerra mundial, publica *Mensagem errante* e em 1944, *Porteira fechada*, segundo romance da trilogia do gaúcho a pé, que se encerra com *Estrada nova* (1954), eleito o melhor romance do escritor pela crítica literária. Em 1957 lança *Paz nos campos* onde expõe contos e novelas que serão utilizados para outras publicações.

Entre os anos de 1958 a 1964 tem vários trabalhos traduzidos para o alemão e o espanhol. Nos anos seguintes mostra-se preocupado com os problemas sociais e culturais de seu tempo, lançando ensaios psicanalíticos como: *Do mito à verdade científica* (1964), *A criação artística e a psicanálise* (1970), *Perspectivas do humanismo psicanalítico* (1973), *Orientação educacional e profilaxia mental* (1974), *Rumos do humanismo médico contemporâneo* (1977). E publica antologias de contos como: *A entrevista* (1968) e *Rodeio (estampas e perfis)* (1976), também analisa obras de seus amigos em *Escritores gaúchos* (1976).

Cyro Martins publica, além dos já mencionados, cinco romances: *Enquanto as águas correm* (1939), *Sombras na correnteza* (1979), onde homenageia seu pai Bilo, tendo como pano de fundo a revolução de 1893 e 1923; em 1980 publica *A dama do saladeiro* (contos), em 1982 *O príncipe da vila*, e em 1983 e 1984 os respectivos ensaios: *O mundo em que vivemos* e *A mulher na sociedade atual*, onde se mostra um escritor preocupado com o papel e as condições da mulher na sociedade atual; em *Gaúchos no obelisco* (1984), comenta a revolução de 1930 ironicamente, e em 1985 lança *Na curva do arco-íris*.

Em 1986 é homenageado na 32ª Feira do Livro de Porto Alegre, homenagem também aos seus 80 anos, em 1990, um grupo de amigos lança o prêmio Literário Cyro Martins. Ainda nesse ano lança um livro de memórias intitulado *Para início de conversa*, sendo que seu último livro de ficção *Um sorriso para o destino* é publicado em 1991, após esse ainda lançou dois ensaios psicanalíticos: *Caminhos* (1993) e *Páginas soltas* (1994). Cyro Martins veio a falecer em 15 de dezembro de 1995 em Porto Alegre, com 87 anos, tendo reformulado toda a sua obra em companhia de seu editor ainda em vida.

Atualmente é considerado um dos maiores escritores sul-rio-grandenses. Os livros da sua trilogia do gaúcho a pé: *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*, são, com certeza, exemplos de romances de cunho social do Rio Grande do Sul. Foi um dos poucos escritores a ser reconhecido ainda em vida e a tentar demonstrar a marginalização do homem do campo em uma sociedade de tecnologias, por isso muitos críticos o consideram precursor dentro da sua especificidade literária.

Toda a bibliografia de Cyro Martins acima citada foi retirada do site <http://www.celpcyro.org.br>, Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise Cyro Martins, organizado por Maria Helena Martins, filha do escritor. Trata-se de uma instituição que trabalha com a obra do escritor e promove estudos acerca de literatura e psicanálise. Além de disponibilizar o acervo do autor para pesquisas, desenvolve projetos, o que resultou na qualificação OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Proc. MJ nº. 08026.013493/2004-01), por ser uma instituição sem fins lucrativos e ter por finalidade promover a cultura.

Após exposta a biografia, é importante para nosso estudo conhecer um pouco do homem, do escritor e do psicanalista Cyro Martins, a fim de que possamos melhor compreender seus escritos, a escolha de seu tema, seus personagens, sua linguagem, seu humanismo, enfim, sua obra literária. Os comentários sobre o escritor que se seguem foram retirados de *Cyro Martins 90 anos*, organizado por Maria Helena Martins e publicado em 1999. Nesse livro encontramos opiniões de críticos e estudiosos da obra do escritor gaúcho tais como: Cláudio Martins, filho do escritor, Isaac Pechansky, Tânia Franco Carvalhal, Lea Masina, Liana Timm e Décio Freitas. Utilizamos ainda o site <http://www.celpcyro.org.br>, de onde tiramos outras explanações da vida desse autor, essas anotações estão melhor explicadas em notas de rodapé, por fim, nos valem das palavras do próprio Cyro em obras como: *A criação artística e a psicanálise* e *Para início de conversa*.

Primeiramente, convém apresentar um depoimento que julgamos essencial e que pertence a seu filho Cláudio Martins (1999, p.80), cuja preocupação é em apresentar o pai como um ser humano determinado e corajoso:

A sua energia de vida, permanente e admirada por todos que o cercavam, alimentou-se muito da visão humanista, que o caracterizou nas letras e na ciência, auxiliando-o na superação das adversidades de sua vida com determinação e coragem.

Essa visão humanista que Cláudio enfoca, o autor deixa transparecer através da Literatura. Isaac Pechansky (1999, p. 114) o define como um homem extremamente sensível, detentor de um dom, o dom da palavra como forma de expressão. Para Isaac, Cyro consegue articular perfeitamente as palavras para atingir seus objetivos, por isso é considerado um grande entendedor da alma humana:

Dotado de grande sensibilidade, bem poderia ter enveredado por qualquer um dos caminhos da atividade criadora. Mas, por um desses mistérios ainda não bem explicados, o rumo que escolheu foi o da criação literária, ou seja, o caminho da palavra como forma de expressão. Escolheu, não como resultado de uma vontade consciente exclusiva, mas por uma determinação interior, um dom, que desafia a argúcia de tantos que buscaram, e ainda buscam, uma explicação para esse fenômeno quase mágico da natureza humana.

O autor, no entanto, mostra-se bastante humilde em relação a sua criação artística. No ensaio *A criação artística e a psicanálise*, comenta que não se considera um escritor de carreira visto que escreve para passar o tempo, para uma distração. Isso não significa que não tem um certo carinho pelas suas narrativas:

[...] embora tenha começado cedo, não me tornei um escritor de carreira, permanecendo na condição de escritor bissexto, pois toda minha literatura foi feita no rabo das horas. O melhor das minhas possibilidades intelectuais foi consagrado à medicina, em especial à psiquiatria e à psicanálise. Mas essa afirmação não significa menos ternura pelo que realizei no plano da ficção literária. (1970, p. 87)

Na narrativa ficcional de Cyro é possível observar o apego que apresenta a sua terra, aos costumes, à linguagem e, sobretudo aos tipos humanos da campanha gaúcha que procura retratar. Tânia Franco Carvalhal (1999, p. 35-36) aponta que “[...] a conciliação do popular com o erudito nos permite reconhecer, de pronto, as origens gauchescas do autor cuja formação letrada levou à recriação literária de temas, personagens e cenários pertencentes ao domínio da experiência campeira”.

Sobre isso, o autor afirma que “a criação artística é concomitantemente recriação” (MARTINS, 1970, p. 34) e que o espaço utilizado em suas narrativas foi absorvido de suas lembranças das brincadeiras infantis no campo:

[...] o rememorar a infância não me aborrece. Pelo contrário, tenho experimentado emoções gratificantes ao debruçar-me sobre o bocal desse poço [...] Não tenho más lembranças dos grandes perturbando meus “faz-de-conta”. Assim, sozinho, no meio duma enorme gadaria de osso e com vários cavalinhos-de-pau, longe das casas, mais de cem metros, eu ficava horas inteiras inventando histórias de vida campeira, de estância, de negócios de gado, de tropeadas, de aparte de boi para o saladeiro, de domas. Enfim, era uma construção fantástica baseada na realidade do dia-a-dia que embebia os meus olhos [...] os meus brinquedos eram inventados por mim, com toda a pobreza de recursos da campanha [...] (MARTINS, 1990, p. 20)

Da mesma maneira, ele observa que seus personagens procuram ao máximo retratar os tipos sociais da campanha, pessoas que chegavam à venda de seu pai à beira da estrada:

Na venda chegavam tipos de todos os naipes. E eu, quando não estava lá pela minha estância de mentira ou não andava campereando de verdades, montado no meu petiço doradilho, estava lá na venda, bisbilhotando os fregueses que chegavam, cada um com seu jeito, alguns estranhos, que iam de passagem e chegavam para tomar um trago, enquanto outros eram conhecidos, fregueses de livreta. Mas bem que às vezes apareciam uns tipos raros e meus olhos luziam indagadores e sorrateiros, louquinhos por descobrir as estranhezas do cabra. (MARTINS, 1990, p. 20)

O autor também enfatiza que seus temas advêm das inúmeras histórias e causos contados pelo pai e pelos peões que chegavam à venda de seu Bilo:

Juntava os causos já ouvidos de banditismo, contados pelo meu pai ou pelos peões, no galpão. Juntava todas essas histórias e de várias fazia uma, dramatizando-a, solito, usando como instrumento para armar a imaginação os meus cavalinhos-de-pau, o gado de osso ou os rodeios de pedrinhas bonitas. (MARTINS, 1990, p. 21)

E conclui que suas vivências de infância e adolescência na campanha do Rio Grande do Sul, mais propriamente na localidade de Cerro do Marco, distrito de Quaraí, influenciaram na capacidade criativa de elaborar ficção literária:

[...] muito antes de repensar literariamente a vida campeira, eu a dramatizei no pêlo-a-pêlo dos meus brinquedos de guri de campanha. Hoje não tenho dúvidas de que aqueles exercícios de imaginação, continuados durante anos tiveram grande influência no meu gosto pela ficção. (MARTINS, 1990, p. 21)

Como um estudioso da psicanálise, Cyro considera a vivência um fator fundamental para a criação literária acreditando que “as que calam e dão romance são as da infância e adolescência.” (1990, p. 117) e que, no caso dos escritores, as impressões vivenciadas no dia-a-dia são as bases essenciais para despertar emoções que mais tarde serão expostas e melhor trabalhadas nas obras literárias:

Sem muitos rodeios nem teorias, direi que arte e vida estão sempre irmanadas... Não que o escritor vá reproduzir nos contos e romances sua própria vida. O escritor, o mais das vezes, projeta nas suas páginas de ficção, quase sempre sem se aperceber, emoções que suas vivências lhe despertaram. (MARTINS, 1990, p. 105)

Léa Masina apresenta Cyro Martins como um homem constantemente preocupado com a questão social e com a verdade, para ela o autor era “homem de trato lhano, generoso, de gestos largos e riso fácil, que escrevia sem demagogia, mantendo-se fiel a uma literatura realista e crítica”. (1999, p.137)

Essa mesma opinião tem o autor sobre si mesmo. Ao relatar o processo de criação da realista trilogia do gaúcho a pé, expõe sutilmente o olhar sensível que possuía em relação às misérias alheias e a preocupação que tinha em expor o mais próximo possível da realidade o cotidiano do homem pobre do campo:

Os pobres da campanha não passavam fome. Tomavam leite e comiam carne, arroz, feijão preto, abóbora nascida guacha ao redor do rancho, sim, guacha, sem mãe. [...] Quase todos os posteiros, os que tinham como obrigação declarada cuidar o fundo das estâncias, aqueles plantavam uma lavourinha de milho, batata-doce, melancia e abóbora. E o patrão sempre lhe cedia uma ou duas vacas de leite. Mas, não restam dúvidas, eram marginais, porque não tinham a menor chance de melhorar de nível social e econômico. Em síntese, senti minha própria gente, e eu mesmo, muito perto da condição de marginal, não no sentido de delinqüente, mas no de impossibilitado, por escassez de recursos, de participar da sociedade que vive em torno. (MARTINS, 1990, p. 116)

Através de suas obras, Cyro impressiona por ser um grande observador do homem, da natureza humana, numa linguagem clara “Cyro escrevia direto e simples como falava” (PECHANSKY, 1999, p. 53), dando a impressão de que tentava facilitar para que o enredo permanecesse na memória do leitor. A maior preocupação desse escritor era entender o ser humano, talvez por isso suas personagens apresentam uma certa profundidade de sentimentos que, para Liana Timm (1999, p. 63) derivam do grande conhecimento do autor pois “além de escritor, era um sabedor na prática, das necessidades, possibilidades e dificuldades humanas”.

Nessa mesma linha, Décio Freitas (1999, p. 22) vai além e situa a importância de Cyro Martins pela crítica que faz à história do Rio Grande do Sul:

Curiosamente, são os escritores que fazem, na literatura, a crítica da história do Rio Grande do Sul. São as visões mais lúcidas, as dos escritores. Um deles foi indubitavelmente o Cyro. Eu ficava pensando naquele homem tão suave, como ele era e, no entanto, com tanta força em sua crítica, devastadora, sobretudo corajosa.

O próprio autor procura definir-se ao comentar sobre o importante papel que o escritor desempenha para a sociedade onde está inserido. Para isso, o autor observa que é preciso analisar e transmitir às pessoas, através da escrita, algumas das experiências subjetivas vividas para que essas possam entender o mundo em que vivem e melhorá-lo, tornando-o mais humano:

É assim que vemos o artista, o escritor, como órgão social, cuja função precípua consiste em elaborar e transmitir, esteticamente, experiências subjetivas e impressões sensoriais providas do mundo exterior, mas transfiguradas pela projeção. (1999, p. 195)

1.2 Trilogia do gaúcho a pé: uma gênese do processo de degradação sócio-econômica do homem do campo sul-rio-grandense

Em sua trilogia Cyro Martins procura dar uma possível explicação para a miséria que há nas grandes cidades gaúchas, principalmente ao redor delas, em sua periferia. Sua obra narra a gênese desse processo de superlotação das grandes cidades, tal como se vê hoje.

De certa maneira Érico Veríssimo e Cyro Martins abordam o mesmo tema: o Rio Grande do Sul em sua fase campesina, das grandes fazendas de campanha e sua criação de gado, base da economia sul-riograndense da época. Uma das diferenças de estilo entre os dois escritores está no fato de Érico focar preferencialmente em seus romances a classe alta, de condições sociais e econômicas elevadas, desde seu início até seu fim, sua ruína; Cyro Martins, pelo contrário, preocupa-se em dar voz aos pequenos proprietários, peões, posteiros, arrendatários, carreteiros, agregados e outros tipos sociais desamparados, que perderam o pouco que tinham e se viram obrigados a migrar para a cidade em busca de um futuro melhor para a família.

Nesse texto, procuramos antecipar brevemente o enredo dos livros que compõem a trilogia em estudo e que será melhor desenvolvida nos capítulos de análise. Já que apresentamos comentários críticos sobre suas obras, é importante que possamos entender um pouco do universo ficcional de *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*.

Em *Sem rumo* é narrada a vida de um peão de estância chamado Chiru, que vive na Estância do Silêncio e é criado livremente. Devido às surras e humilhações que sofre do capataz decide fugir da estância ainda jovem. Após sua fuga, tenta ganhar a vida de diversas maneiras como carreteiro, mascate e boteiro, sendo que à época dessa última ocupação era ano de eleição (primeira vez do voto secreto no Rio Grande do Sul) e Chiru identifica-se com a ideologia do partido da oposição, por isso sofre grande pressão do partido que está no poder.

Chegado o dia da votação ele se atrapalha ao depositar a cédula e essa sua atitude é interpretada como prova de infidelidade, o que lhe causa a perda do emprego de boteiro. Ao encontrar outro serviço numa obra do governo, na construção de uma ferrovia, é novamente demitido acusado de ter apoiado a oposição. No fim do romance Chiru não sabe em quem

votou, e sua família está sem destino, novamente desempregado, Chiru está, literalmente, sem rumo.

Em *Porteira fechada* o autor utiliza a técnica do *flash back*, pois a história inicia pelo seu fim, o narrador retrocede no tempo e remete o leitor ao passado, para relatar a vida de Guedes e sua família. João Guedes arrenda um pequeno pedaço de terra que lhe serve apenas para sustento de um fazendeiro, que se enforca por causa de dívidas. A terra passa, então, para Júlio Bica, estancieiro local que aumenta suas propriedades demasiadamente. Ao assumir a propriedade Júlio Bica exige que Guedes abandone sua terra com a explicação de que fará lá um campo para o engorde de bois. Dessa maneira, Guedes, sua esposa e mais cinco filhos partem à cidade para tentar uma vida melhor.

Na cidade Guedes não encontra emprego, o que o leva a beber e frequentar um boliche, onde faz amizades com outros que estão na mesma situação. Ao ver a família passar fome, ele obriga-se a roubar ovelhas das fazendas próximas da cidade para vender o pelego e utilizar a carne como alimento. Num desses roubos é preso em flagrante e vai preso. Sua esposa tenta de todas as maneiras libertá-lo e pede auxílio a parentes ricos, porém de nada adiantam seus apelos. Ao ser solto, Guedes é obrigado a vender o único vínculo que ainda lhe resta com o passado: os arreios, fato esse que aumenta sua tristeza e humilhação. Alguns dias após é encontrado morto perto de uma sanguinha.

Em *Estrada nova*, Cyro preocupa-se em traçar um caminho para o processo de modernização que ocorre na campanha gaúcha do início do século XX devido ao grande crescimento do mercado tecnológico. O romance inicia com o suicídio do velho Policarpo, homem que foi expulso do campo, e se enforca com o maneador na pensão onde vive Ricardo, um jovem contabilista que nasceu na campanha e foi para a cidade servir e estudar. Com essa triste cena, Ricardo resolve “voltar aos pagos” para ver como está seu pai Janguta, a mãe e a irmã, temendo que estejam na miséria.

As terras que o pai de Ricardo arrenda pertencem ao Coronel Teodoro, estancieiro bruto e individualista, que domina a região com seu poderio financeiro e está muito preocupado com o comunismo. Teodoro expulsa a família de Janguta e Ricardo enfrenta o fazendeiro, alegando haver pessoas que lutam pela questão social, que se preocupam com as pessoas que saem do campo sem terem para onde ir e que logo tudo seria demudado. Por causa dessa

afirmação passa a ser visto como comunista pelo Coronel Teodoro, que faz uma queixa à polícia e ordena a prisão do jovem, mas a polícia não chega a tempo. Ricardo sai dos campos livre, passa em São João Batista para noivar com Celeste, moça que conhece na visita aos pais, e depois intenciona rumar para Porto Alegre.

Em São João Batista, partidos conservadores e progressistas se enfrentam. Lá Ricardo é visto como um aliado das mudanças políticas e lutador pela igualdade social. O moço, porém, resolve voltar para sua casa sem engajar-se em nenhum partido político, pois acredita que logo as coisas irão melhorar para os homens do campo. O mesmo pensa Janguta ao ir embora a pé da campanha, rumo à cidade, sem nada, mas esperançoso de que logo haverá um novo caminho, uma nova estrada, para sua gente.

Em decorrência de ter causado todos esses acontecimentos, Teodoro sente que sua ganância não levou a nada e que existem pessoas que enfrentam seu mandonismo e autoritarismo, vê que os tempos estão mudando e decide mudar-se, também, para a cidade.

Dessa maneira, a trilogia do gaúcho a pé recria um Rio Grande do Sul do início do século XX com seus problemas humanos, sociais, políticos e econômicos. *Sem rumo* mostra o início do processo de expulsão do homem do campo, de classe baixa, menos favorecido: do peão, do carreteiro, do capataz, do agregado, etc., *Porteira fechada* aborda um momento de desespero total do gaúcho, que se vê obrigado a sair do campo, despreparado para as exigências da vida citadina, o que o leva ao suicídio, e em *Estrada nova*, há um êxodo rural completo, até mesmo dos grandes proprietários de terra pela falta de recursos e pela grande infiltração tecnológica na campanha gaúcha, o que não impede que o autor finalize dando uma esperança à classe marginalizada do campo.

Sobre essas obras Cyro Martins comenta que não teve em nenhum momento e intenção de elaborar uma trilogia, e sim de representar as figuras sociais da campanha rio-grandense:

Essa trilogia, que não nasceu trilogia, mas que, embora sem intenção premeditada, ao longo do seu e do meu caminho foi adquirindo essas características, enriqueceu-se de densidade humana de livro para livro, a ponto de eu agora poder dizer, sem exagero, que quase todas as figuras representativas das diversas camadas da população da campanha rio-grandense e das cidades estão aí, em desfile, com seu pitoresco, com as suas altanerias, com seus trapos, com suas humilhações, enfim, com seus aspectos formais e essenciais, principalmente. (1997, P. 12)

Dessa maneira, a narrativa ficcional desse autor aponta um tempo de mudanças sociais, de inconstância e de empobrecimento do povo sul-rio-grandense do campo, pois a sociedade modernizava-se, começava a aumentar a população das cidades, a indústria e o comércio cresciam intensamente.

Na verdade, as massas campeiras foram sendo pouco a pouco dispensadas – por que não dizer excluídas? – por desnecessárias, numa decorrência lógica do rumo que tomavam as lides campeiras. Com efeito, o gaúcho pobre não foi chamado a participar do ciclo que se iniciava, de intensa comercialização da pecuária. (MARTINS, 1997, p. 27)

Tânia Franco Carvalhal (1999, p. 37) afirma que Cyro em sua trilogia, a que ele mesmo aplica a designação de trilogia do gaúcho a pé, vai contrapor à feição idealizada do gaúcho uma versão mais realista e coerente com mudanças econômicas e sociais porque a figura passa a ser obrigada a apejar do cavalo, a migrar para centros urbanos e a enfrentar a perspectiva do horizonte reduzido.

Deste modo, não é só o gaúcho pobre que é obrigado a sair do campo por causa dos grandes latifúndios, mas também os grandes estancieiros, pelo progresso dos tempos e pela modernização que adentra na campanha e expulsa aqueles que não sabem fazer outra coisa senão as lides campeiras. Assim, a problemática que Cyro aborda é social, coletiva, como afirma José Clemente Pozenato:

Mas acredito que Cyro Martins começou a fazer romances em que as personagens aparecem quase que em plano de conjunto. Sem desmerecer a força de personagens particulares, como Chirú e outros, o que a visão do leitor apanha é o quadro social, todo, presente na narrativa. (1999, p. 48)

Carlos Jorge Appel, em seu estudo crítico *As coxilhas sem monarca* comenta sobre a temática de Cyro Martins, e para isso utiliza as próprias palavras do autor quando comenta que foi convidado, em 1935, pelas damas de caridade de Quaraí para fazer uma conferência na Semana do Cobertor, uma campanha municipal para os desabrigados. Para isso, Cyro se perguntava:

Sobre o que falar? Qual será o assunto mais interessante para o público e, ao mesmo tempo de algum valor social? Cheguei à conclusão de que o mais lógico seria abordar um tema que incluísse fundamentalmente a gente a qual se destinavam os cobertores e demais abrigos que estavam sendo angariados na cidade.¹

¹ http://www.celpcyro.org.br/v4/Fortuna_Critica/couxinhas.htm

Esse mesmo autor, no texto acima referido, enfatiza que Cyro era o médico que percorria todos os dias os casebres que circundavam a cidade, alguns construídos de barro, outros de lata, de todo e qualquer material que estivesse disponível no lixo, e as cenas dolorosas que presenciou nesse submundo o fizeram refletir que eram os latifúndios os responsáveis por esse êxodo rural. Decidido que naquela conferência abordaria a questão do êxodo rural, afirma em *Para início de conversa* a forte emoção que sente quando vê essas pessoas que migram do campo em busca de uma vida melhor na cidade:

Os leitores que me perdoem, mas sempre me emociono com o destino de nossos patrícios, que perderam o cavalo e a distância e foram morrer miseravelmente na aldeia das cidadezinhas, ou então são hoje maloqueiros nos arredores das cidades grandes. (1990, p. 68)

Em seus romances o homem campeiro está em decadência social e moral, inapto para as mudanças que surgem, sentindo-se humilhado e sem perspectiva de um futuro melhor, porque seu caminho não tem rumo e as estâncias estão de porteiras fechadas, o que não significa que não haja uma solução para essa crise, uma estrada nova, uma esperança.

A grande inovação de Cyro Martins é apresentar um gaúcho pobre, marginalizado, sem o cavalo, o símbolo de grandeza, valentia e coragem daquele gaúcho romântico até então retratado pelos escritores rio-grandenses. Seus gaúchos são homens abandonados à própria sorte, como enfatiza Elizabeth Pires Rizzato, em seu texto *Cyro Martins e o gaúcho: mito, ideologia e regionalismo*:

Cyro Martins elege a mesma personagem usada pelos seus pares nas décadas anteriores – o gaúcho, o peão – só que despido de todas as glórias – um gaúcho decadente, vivendo numa sociedade também decadente. Ocorre agora o contraponto entre a campanha idealizada da estância, do galpão, da fartura, do cavalo, da distância e a crise dessa mesma estância, da subdivisão dos campos, da mestiçagem dos rebanhos e do despovoamento.²

Cyro despe esse gaúcho de suas glórias passadas devido ao que observava na época de férias, quando retorna a Quaraí:

Jovem, acompanhava empolgado na imprensa e nos livros o arremesso idealístico do perfil do flete e do ginete e também ouvia nas rodas ruapraieiras entusiasmos sacudindo palas. Mas nas férias, quando voltava para a venda do meu pai, na beira

² http://www.celpcyro.org.br/v4/Estante_Autor/Cyro_Gaicho.htm

da estrada, o desfile que observava era bem diferente, configurando um afresco de decadência que nenhuma retórica nativista conseguiria encaixar numa inventiva rósea. Havia lugar, sim, para o patético, naquele doloroso desandar, rumo ao sem rumo.³

Sobre o seu tema literário, o escritor afirma que sua obra é considerada localista e estabelece uma distinção fundamental entre localismo e regionalismo:

Bem diferente é o espírito que anima a literatura localista, mais prosaica, mais inclinada aos temas do cotidiano e ao estudo das depressões coletivas. Enquanto o regionalismo sublima as suas virtudes na glorificação do indivíduo, do tipo, do arquétipo e, no nosso caso, do “monarca das coxilhas” – o localismo evidencia os defeitos e as crises do grupo social em foco, sugerindo a reparação dos danos. (MARTINS, 1997, p. 25)

Para Cyro Martins em *Escritores gaúchos*, o regionalismo apresenta seu tema segundo as necessidades vigentes da sociedade. Assim, aquele gaúcho carregado de lirismo cede lugar ao gaúcho pobre e humilde, que enfrenta a dura realidade da vida no campo:

Quanto à produção regionalista contemporânea, podemos dizer que é escassa e, de certo modo, revolucionária. Revolucionária na forma, nos motivos e na visão sociológica da nossa gente campeira, hoje em grande parte emparedada nos arredores miseráveis das cidadezinhas e reduzida à condição “marginal”. É uma literatura sem grande brilho, mas que se esforça tenazmente por mostrar a verdade acerca da existência sem rumo do gaúcho a pé. (1981, p. 97)

Dessa forma, o autor esclarece que seu tema é oriundo da realidade social e cultural da campanha rio-grandense, pois a estância acaba de entrar num período de desordem e deixa de ser um lugar de coragem, bravura, valentia, “tudo o que a cerca agora é monótono” (MARTINS, 1997, p. 24), o que faz da obra de Cyro portadora de um conhecimento essencial da alma humana, das vivências do homem, tanto de suas alegrias quanto de suas frustrações e tristezas, como salienta o autor:

Como se vê, não persistem mais as condições humanas que faziam da campanha rio-grandense uma existência à parte, original, pitoresca. Além disso e em consequência disso, é fato conhecido por todos que a nossa campanha dia a dia se despoeva, não em benefício da cidade, mas para sobrecarga da cidade. O marginalismo é a expressão mais dramática dessa migração caótica, que por vezes assume as características abomináveis do enxotamento. (1997, p. 24)

Nesse caso, a criação artística de Cyro Martins pode ser considerada documento de uma época, se levarmos em conta o esforço desse autor em descrever o mais próximo possível a

³ Nota explicativa da 2ª ed. de *Estrada Nova*, 1976.

realidade da campanha gaúcha sem retratá-la com o saudosismo do regionalismo tradicional, até então utilizado pelos escritores gaúchos. Ernildo Stein em *O anti-herói documento de uma época* apresenta sua opinião a respeito desse assunto:

Ainda que a obra de Cyro Martins seja o registro de uma época que passou, pois novas mudanças sócio-econômicas criaram outros problemas e geraram outros fenômenos sociais, ela assume proporções definitivas como criação literária e como documento histórico. Ela vale como obra de grande valor estético e como testemunho humano.⁴

Cyro preocupa-se em apresentar o campeiro sul-rio-grandense como um homem que sofre, luta e enfrenta problemas, o que transforma um espaço local em um espaço universal, segundo Pozenato (1999, p. 44-45):

A região, sob esse ângulo, é um determinado ambiente físico, no qual vivem pessoas humanas que têm sua história. E é esse espaço com essa gente que interessa a Cyro Martins. Evidente que esse é também o seu espaço e a sua história, um espaço e uma história de gaúchos que se situam na região da fronteira, lindeiros com o Uruguai. Mas não é para reivindicar a gauchidade que Cyro Martins produz sua obra ficcional: é para revelar, ou desvelar, esse homem desse território.

O autor procura utilizar sua ficção literária como uma forma de denúncia do mandonismo e do grande problema de má divisão da terra no Brasil. Dessa maneira, Cyro expõe o direito do ser humano de possuir a terra, de viver nela, de ter acesso a ela, “sua literatura tem aspectos que precisam ser ressaltados: se liga as suas vivências da terra e a seu conhecimento da alma humana”⁵ ressalta Maria Helena Martins, filha do escritor, em entrevista com a jornalista Maria Wagner. Dessa maneira, podemos afirmar que Cyro Martins é um autor social e político ao mesmo tempo, por isso, sócio-político. Dessa maneira, ele faz uma análise das relações de poder existentes, e posiciona-se em defesa dos menos privilegiados, dos oprimidos do poder ao emprestar sua voz àqueles que não a têm.

Na mesma entrevista acima citada, onde a filha recorda suas experiências de convívio com o pai, é enfatizada a questão da linguagem utilizada por Cyro em suas obras. Uma linguagem extremamente simples, como se estivesse falando, entremeada por respirações e pausas, demonstrando certa preocupação em torná-la uma linguagem “viva” possibilitando uma maior aproximação do leitor com a obra, numa espécie de diálogo entre escritor e leitor.

⁴ http://www.celpcyro.org.br/v4/Fortuna_Critica/anti_heroi.htm

⁵ http://www.celpcyro.org.br/v4/html/CM_mestreSimplicidade.htm

O próprio Cyro, em *Cyro Martins 90 Anos*, observa que é importantíssimo que o autor abra espaços à mente criativa do leitor, para que esse possa dar asas à sua imaginação:

Entre o público e o artista, em especial entre o leitor e o ficcionista, deve ser mantida uma certa faixa de ambigüidade, [...] para deixar à margem a fantasia do leitor. Porque é preciso não esquecer que nos sustentamos principalmente à custa de fantasias. (1999, p. 24)

Para o escritor o papel do leitor é de extrema relevância ao ler a obra, porque vai “absorver” a visão do autor e ainda acrescentar a sua: “E cabe ao leitor concluir sobre a visão de mundo do escritor, só assim a leitura se tornará produtiva.” (1990, p. 103). Dessa maneira Cyro demonstra que possui uma qualidade rara como escritor: tem uma visão clara da sua obra.

De certa forma Cyro criou uma realidade fictícia que procura representar a realidade de crises e transformações que enfrentou e ainda enfrenta o homem do campo, imortalizando uma época histórica pelo viés da Literatura. Esse autor escreve com a pretensão de deixar algo de préstimo e em benefício da sociedade rio-grandense do sul. Ele tenta, através das palavras da narrativa ficcional, esclarecer o início do processo de marginalização que deu origem às periferias urbanas, de como se formaram essas vilas populares, em que época e de onde veio essa população. Ele mostra com sabedoria as mudanças socioeconômicas que ocorreram para que a população campesina migrasse para as cercanias das cidades, como afirma em *Cyro Martins 90 Anos*: “[...] nunca quis contribuir com a ampliação da mentira do monarca das coxilhas. Nunca tratei o gaúcho como personagem em estilo ufanista. Pelo contrário, procurei ser realista, para poder ser útil de alguma forma”.(1999, p.38)

Dessa forma a relevância sociológica da obra de Cyro Martins, a atualidade e a universalidade dos problemas sociais relatados em seus romances, que demonstram a realidade de determinada época na campanha do Rio Grande do Sul e permanecem atuais, permitem que seja considerado um escritor visionário, pois enfoca em suas páginas problemas sociais que permanecem até a contemporaneidade.

2. LITERATURA E HISTÓRIA: A VISÃO LITERÁRIA DE FATOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

2.1 Aspectos teóricos das relações entre Literatura e História

Nesse primeiro subtítulo, buscamos apresentar diversas contribuições teóricas de críticos que pesquisam, ou pesquisaram, sobre o assunto, dentre eles Hayden White, Elisabeth Torresine, Sandra Jatahy Pesavento, Jacques Leenhardt, Antonio Candido e outros. Já no segundo subtítulo elaboramos uma análise da História presente nas obras literárias em estudo. Utilizamos a História do Rio Grande do Sul na obra de Pesavento e verificamos como os fatores sociais, econômicos e históricos do início do século XX são representados em *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*.

Ao buscar um conhecimento aprofundado do ser humano e sua relação com o meio social onde vive é que percebemos grandes contradições e complexidades presentes nesse estudo, pois, como cita Hayden White em seu livro *Trópicos do discurso*: “Quando procuramos explicar tópicos problemáticos como natureza humana, cultura, sociedade e história, nunca dizemos com precisão o que queremos dizer, nem expressamos o sentido exato do que dizemos.” (2001, p. 13) A natureza humana pode ser apreendida através de diversos tipos de conhecimentos legados pelas artes, e dentro dessas, a Literatura em geral. Em relação a esses conhecimentos White acredita que “somente uma inteligência voluntariosa e tirânica poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas.” (2001, p. 39)

Esse novo pensamento atribuiu à Literatura certas capacidades cognitivas antes associadas somente à História e quebrou aqueles paradigmas de objetividade, racionalidade e utilitarismo das ciências sociais. A Literatura deixou de desempenhar somente uma função de evasão e descontração e ganhou, com isso, uma compreensão que vai além de seu valor estético, passando a ser considerada "uma manifestação cultural, portanto uma possibilidade

de registro do movimento que realiza o homem na sua historicidade, seus anseios e suas visões do mundo...”⁶ (MENDONÇA, C. V. C. de; ALVES, G. S.)

Elizabeth Torresini em *História e literatura* menciona a necessidade de um conhecimento histórico e literário para compreendermos o passado e tentar uma possível explicação para nosso presente. Ela salienta que devemos pensar a: “[...] complementaridade entre História e ficção, como reveladoras do particular e do universal, como possibilidades de atingir a essência humana na sua dimensão pessoal e coletiva.” (2007, p.16)

Ao discutir História e Literatura, a autora salienta que não há como subestimar os valores de uma ou criar dívidas entre ambas, visto que cada uma apresenta conhecimentos extremamente necessários ao ser humano, na sua eterna busca de autoconhecimento: “Pensar a História através da Literatura significa estabelecer um diálogo bastante particular entre a factualidade do discurso histórico e a ficcionalidade do discurso literário, sem, no entanto, propor um juízo de valor ou uma noção de dívida.” (TORRESINI, 2007, P. 11)

Desse modo, o fato de Literatura e História serem elaboradas de maneira diferente não significa que tenham utilidades distintas. No artigo intitulado *A construção da identidade pessoal e social através da História e da Literatura* do livro *Discurso histórico e narrativa literária*, organizado por Sandra Jatahy Pesavento e Jacques Leenhardt, esse mesmo autor afirma que dois discursos distintos podem ter a mesma função social. Por isso, mesmo que elaboradas de maneiras diferentes Literatura e História buscam apresentar um conhecimento da realidade:

“Enquanto ficção, tanto a narrativa literária quanto a histórica pressupõem uma ordenação do real e a busca da coerência através de uma relação de elementos e do estabelecimento de relações entre os dados.” (PESAVENTO, 1998, p. 12)

Dessa maneira, fica claro que o conceito Aristotélico de Literatura como uma representação da realidade e da História como uma cópia fiel dessa mesma realidade deixa a desejar se pensarmos que caberia somente à História a única possibilidade de registro dos fatos passados e a Literatura teria por função tornar o real uma ficção verossímil e não retratar

⁶ Retirado do artigo “Os desafios teóricos da história e a literatura”. Disposto em: <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>

a realidade. Foi através dessa antiga concepção que a História recebeu o estatuto de ciência social portadora da verdade absoluta do passado humano.

Hoje, sabemos que o texto literário, além de ser objeto de estudo e espaço de pesquisa para os historiadores, é uma forma de aprofundamento do real, pois foi escrita em um determinado tempo histórico, por homens que viveram aquela realidade, sentiram as emoções de seu tempo, seja por experiência de vida ou através de relatos orais e escritos de seus antepassados.

2.1.2 A relação literário-histórica

Pesavento, na obra referida anteriormente, cita as concepções de dois críticos a respeito da História e da Literatura: Paul Veyne e Carl Shorske. As concepções desses estudiosos são fundamentais para o entendimento da complexa relação entre Literatura e História. Ambos seguem a mesma linha de raciocínio, pois “como referem Paul Veyne e, mais recentemente, Carl Shorske, a história não é uma ciência do tipo das exatas, ou biomédicas e há muito se despiu do manto de rainha.” (PESAVENTO, 1998, p. 14)

Essa mesma linha de pensamento segue a historiadora Maria Pilar de Araújo Vieira (ORG.) na obra *A pesquisa em história*. Para ela, a História não pode ser considerada uma ciência exata, pois retrata os homens e seus conflitos externos e internos. Sobre isso, enfatiza que os homens sempre viveram com

[...] ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política. Nesse sentido a luta de classe é, ao mesmo tempo e na mesma medida luta de interesses e valores. (1989, p. 7)

Essa autora salienta que no momento em que há uma dominação de determinada classe social sobre outra, haverá, conseqüentemente, uma resistência a essa dominação. Essa resistência, por sua vez, não precisa ser de forma aberta e explícita, pode ser de maneira implícita, por isso é extremamente importante, para a pesquisa em História, a maneira como a

população organiza sua vida social. Dentro dessa organização “certamente se articulam com formas literárias, com a música, a poesia, as práticas religiosas, etc.” (VIEIRA, 1989, p. 8)

Dentro dessa mesma linha de raciocínio, Antônio Candido, em *Literatura e sociedade – estudos de teoria e história literária* enfatiza que a mentalidade humana tem a mesma base para todos: um lado mágico e um lado lógico. Ambos os lados trabalham juntos e é impossível separá-los completamente. Por isso, comenta que, se o pensamento humano tem uma mesma base o que difere são as manifestações dos desejos e opiniões desse homem, que serão expressos de acordo com o meio social onde vive: “... pois se a mentalidade do homem é basicamente a mesma, e as diferenças ocorrem, sobretudo nas suas manifestações, estas devem ser relacionadas às condições do meio social e cultural.” (2002, p. 43-44)

A arte é uma criação humana e a Literatura representa uma atividade artística do homem, que se faz necessária à sociedade, como afirma Candido: “...a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada.”(2002, p. 55) Essa práxis artística, para o autor, é fundamental tanto para a sobrevivência social do homem, quanto à uma boa organização da vida em sociedade desse, pois acredita que as manifestações artísticas são manifestações e atuações do ser humano, numa busca de um equilíbrio individual e coletivo no meio onde vive.

Se a Literatura é, também, uma forma de organização social, traz consigo seu valor de historicidade, que consiste em uma carga histórica expressa através de palavras, que buscam retratar a realidade, virtudes e defeitos, anseios e desejos, do homem de determinada época, apresentando-o ao leitor. Sobre isso já discutia White ao afirmar que: “A maioria dos pensadores contemporâneos não concorda com a hipótese do historiador convencional de que a arte e a ciência são meios essencialmente distintos de compreender o mundo.” (2001, p. 40)

Pesavento observa que “as vinculações entre literatura e história correspondem a uma abordagem bastante antiga” (1998, p. 19), e que o principal vínculo que as liga é o fato de ambas utilizarem o discurso escrito narrativo para apresentar seus conhecimentos. Porém, se as duas utilizam a linguagem como meio de expressão, a História para narrar os acontecimentos passados e a Literatura para utilizar os fatos passados na composição de seu discurso, onde está e quais são os limites, igualdades e diferenças entre História e Literatura?

A autora acima referida acredita que o entrecruzamento entre a ciência histórica e a arte literária está na noção de representação. Pesavento cita a representação como uma “presentificação de um ausente, que é dada a ver por uma imagem mental ou visual que, por sua vez, suporta uma imagem discursiva.” (1998, p. 19) o que estabelece uma relação entre imaginário e realidade concreta.

Com isso, podemos afirmar que História e Literatura são narrativas que buscam dar uma explicação para o real, estão presentes em todos os espaços e tempos, pois as pessoas sempre se expressaram através da linguagem oral, escrita, não-verbal (imagem), sonora (música), etc. Concordamos com Sandra Jatahy Pesavento quando afirma que ambas as disciplinas buscam acima de tudo um conhecimento, uma explicação para a vida e o ser humano, por isso, História e Literatura possuem relações muito estreitas.

Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão oriunda para ultrapassá-lo. Como narrativas, são representações que se referem a vida e que a explicam.⁷ (2006)

2.1.3 A História e o historiador

O historiador é um ser humano, e, portanto, é pesquisador ao mesmo tempo em que é agente na História. Sua função é reunir e selecionar dados para estabelecer ligações entre um fato e outro, com o objetivo de aproximar-se o máximo possível da realidade passada. De modo que o resultado dessa seleção serão fatos interpretados pelo historiador em resposta às perguntas que foram feitas durante a pesquisa, o que confirma que a História depende quase que totalmente da interpretação do historiador. Pesavento posiciona-se a respeito do narrador na História. Para ela, o historiador se transforma em narrador ao relatar os fatos ocorridos descobertos em sua pesquisa:

Neste campo temos também o narrador – o historiador – que tem também tarefas narrativas a cumprir: ele reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamentos entre eles, elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada e se vale de estratégias de retórica para convencer o leitor, com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido. ⁸ (2006)

⁷ Disposto em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>

⁸ Ibidem.

Dessa forma, o historiador apresenta fatos verossímeis com a realidade passada, não totalmente reais, mas passíveis de concordância, já que não irá criar os fatos no seu sentido absoluto, vai descobri-los e atribuir-lhes sentido. Paul Veyne em *Como se escreve a história* menciona que o historiador simplifica e organiza os fatos durante sua pesquisa, de maneira que faz uma síntese narrativa parecida com o nosso procedimento ao lembrar os últimos dez anos que vivemos. Devido a isso o historiador “tem a liberdade de recortar a história a seu modo [...] pois a história não possui articulação natural.” (1982, p. 19)

Além disso, Veyne salienta que um leitor crítico e profissional não acreditará fielmente em um texto histórico, também não o subestimar, irá vê-lo com um amplo campo de possibilidades: “Para todo o leitor dotado de espírito crítico e para a maior parte dos profissionais, um livro de história não é, na realidade, o que aparenta ser, assim, ele não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império.” (1982, p. 18)

Hayden White afirma que o historiador, no momento em que recolhe os fatos e pesquisa os acontecimentos passados, irá salientar alguns e suprimir outros, de acordo com o fim que deseja obter durante o ato da leitura:

[...] nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si só constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são os elementos de estória. Os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou uma peça. (2001, p. 100)

Dessa maneira, a História deve reimaginar alguns aspectos do passado e apresentá-los de maneira verossímil e persuasiva. As fontes históricas são indícios formados acerca do que pode ter acontecido, com a versão do historiador e o enredo elaborado por esse a partir da seleção dos documentos. Através desses fatores existentes na pesquisa em História é que notamos a presença da ficcionalidade em seu discurso.

2.1.4 A elaboração e criação da História e da Literatura

Para Droysen, citado por White (2001, p 68) o registro histórico é incompleto porque podemos saber o que aconteceu, mas não há como saber exatamente o porquê dos fatos terem ocorrido de tal maneira. Isso significa que o pesquisador em História deve fazer certas inferências sobre os acontecimentos passados de maneira que possa visualizá-los como uma realidade constituída de ações entrelaçadas, formadoras do contexto histórico-social da época. Essa capacidade de “ver” um acontecimento passado, para Droysen, é um ato cognitivo diferente do utilizado pelo romancista ao elaborar uma obra, pois esse último elabora uma atividade artística, enquanto o primeiro elabora uma representação literária adequada à realidade.⁹

Entretanto, sabemos que o romancista, ao narrar fatos, expõe crenças, sentimentos, medos, organizações, reações, possibilidades e outros fatores sociais de determinada época tanto quanto o historiador, talvez de maneira mais fiel que esse. A grande diferença consiste no fato de que o ficcionista tem a liberdade de criar fatos e personagens, enquanto o historiador utilizará personagens já existentes e irá apresentá-los conforme seu ponto de vista. Isso porque a História depende de arquivos e o historiador parte de fatos ou fontes para compor sua narração: “Todavia como a história preserva sua ambição de construir um conhecimento científico, é dependente dos arquivos, dos métodos de pesquisa e dos critérios de cientificidade aplicados a estes.” (PESAVENTO, 1998, p. 11)

Essa mesma pesquisadora afirma que a Literatura, por sua vez, utiliza da liberdade da criação artística para expressar sua voz narrativa. Dessa maneira, para elaborar uma narrativa literária, não é necessário partir do fato acontecido, pois o fato será o resultado do seu discurso:

A narrativa literária, no caso, não exige a “pesquisa documental”, típica da atividade do historiador e que se encontra na base de seu trabalho, mas não dispensa o conhecimento/leitura daquele conjunto de informações que lhe dará o suporte para a contextualização da narrativa. (PESAVENTO, 1998, p. 11)

Assim, o historiador tem um compromisso com as evidências na sua tarefa de reconstruir o real, e seu trabalho é testado e comprovado, mas a leitura que faz de uma época

é uma dentre tantas possíveis de serem elaboradas. Vieira comenta que a investigação da experiência humana é modificada, de historiador para historiador de acordo com as experiências de vida e as concepções de mundo que cada um tem: “A subjetividade está presente no trabalho do historiador, independente de ele se dar conta ou não, influenciando na compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas na forma de expressão da atividade humana.” (1989, p. 29).

No entanto, essa autora cita que mesmo que a experiência de vida do historiador esteja presente em seu trabalho, esses conhecimentos também são históricos, pois o historiador é um resultado, um filho de seu tempo. Devido a isso podemos concluir que a história tem um duplo sentido, já que é modificada pelo ser humano ao mesmo tempo que modifica-o pela sua narração, interpretação e projeção. É nesse ponto que entra em discussão uma questão extremamente complexa: o olhar do historiador.

2.1.5 O ponto de vista do historiador

No livro *Discurso histórico e narrativa literária*, organizado por Pesavento, Roberto Reis em seu artigo (Re) lendo a história, enfatiza que a interpretação histórica existe em um determinado tempo e dependerá muito do meio social onde está inserido o historiador. Esse autor acredita que: “Lê-se sempre a partir de uma dada posição social, ideológica, institucional, lugar este passível de ter seu perfil histórico definido” (1998, p. 235). Da mesma maneira, Reis considera a inserção do escritor, seja ele ficcionista ou historiador, em um tempo histórico porque acredita que todo texto é produzido em determinadas circunstâncias históricas e expressa todo um projeto ideológico de uma classe.

Hyden White comenta que: “[...] a noção do que possa parecer uma percepção clara e precisa de um domínio do acontecimento histórico difere de historiador para historiador” (2001, p. 81), por isso é difícil para o historiador lidar com os diferentes testemunhos de um mesmo fato histórico, já que muitas versões e relatos são elaborados em cima de um só incidente.

⁹ O comentário de White refere-se à obra “Grundriss der Historik” de Droysen.

White ainda considera o bom historiador aquele que tem consciência do trabalho e da pesquisa que elabora, que considera a brevidade de suas descobertas, que podem, ou não, serem passageiras. Esse historiador é aquele que lembra seu leitor sobre a natureza provisória de suas descobertas e reconhece seus registros como incompletos. Esse crítico finaliza definindo a escrita histórica como literária, criadora de ficção:

O modo como uma determinada situação histórica deve ser configurada depende da sutileza com que o historiador harmoniza a estrutura específica de enredo como conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. (2001, p. 102)

Dessa maneira, podemos concluir que o ponto de vista difere de historiador para historiador, pois um mesmo fato pode ser contado sob diversos ângulos, diferentes opiniões e interpretações. O autor de História tem certa liberdade em escolher a maneira como irá relatar os fatos de acordo com o público a que se destina. Por isso, a História está a todo o momento permeada de ficção, mesmo que tenha que provar seus fatos, existe a liberdade imaginária no momento em que o historiador relata os fatos que pesquisou. Portanto, a História possui ficção em suas páginas, não tanto como no texto literário, mas mais do que muitas vezes supomos.

2.1.6 A Literatura como fonte da pesquisa histórica

Ao pensarem na complexidade da História, os historiadores voltaram-se para o estudo das diversas linguagens presentes na vida cotidiana do ser humano e que podem revelar muito de seu passado. Para dar conta da tarefa que lhe cabe, o historiador atual sente-se na obrigação de variar seu material investigativo, voltando sua atenção para as diversas formas de expressão humana: literatura, música, pintura, relatos, etc. Tudo se constitui em fontes para a pesquisa histórica, basta que o pesquisador tenha selecionado seu tema e elaborado suas perguntas. Através disso, ele descobre e coleta dados que buscam explicar como ocorreu determinado fato passado.

A narrativa ficcional tornou-se um objeto extremamente valioso para o historiador, por revelar tensões e testemunhos de uma época, conforme comenta Maria Pilar de Araújo Vieira:

“É um objeto privilegiado para alcançar mudanças não apenas registradas pela Literatura, mas principalmente, mudanças que se transformaram em literatura, pois, mais do que dar um testemunho, ela revelará momentos de tensão” (1989, p.21)

A Literatura constitui uma fonte para a História porque representa sensivelmente o mundo e essa outra maneira de ver a realidade pode orientar o historiador para outras fontes, onde ele possa observar com um olhar diferenciado do costumeiro. Dessa maneira, a Literatura torna-se uma fonte especial para o historiador, ao lhe oferecer acesso ao imaginário, que, por sua vez, permitirá que ele enxergue traços e pistas diferentes das oferecidas por outras fontes.

Sandra Jatahy Pesavento concorda que a Literatura é uma grande fonte de pesquisa histórica e salienta que o historiador, ao pesquisar um acontecimento em uma obra literária deve examinar, acima de tudo, a representação de mundo presente nela: “Para o historiador a literatura continua a ser documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta.” (1998, p.22)

De certa maneira o texto literário apresenta um engajamento político, pois para ser formulado houve uma seleção, por parte do escritor, de imagens e discursos, recriando a memória social de um povo de determinada época. Cyro Martins em *A criação artística e a psicanálise* apresenta o escritor como um ser que expressa o seu tempo, participante ativo da sociedade: “Na verdade, a grandeza do artista depende essencialmente de sua autenticidade. E esta decorre da fertilidade do solo humano no qual sua inspiração se enraíza. Essas raízes o fazem necessariamente partícipe do campo social.” (1970, p. 40)

Vieira menciona a grande carga de realidade social expressa no livro de ficção literária, e comenta a grande capacidade da ficção literária em formular para o leitor problemas sociais muito parecidos com os reais enfrentados pelas pessoas de diferentes épocas, com a habilidade de focar por vários ângulos a situação vivenciada:

Ela pode expressar possíveis não realizados. Oferece uma avaliação do real na medida em que tem uma visão problemática da realidade. Nessa avaliação acaba selecionando a existência de elementos que obstaculizam a realização das propostas e elementos que ajudam. (1989, p. 21)

Antônio Candido afirma que: “Com efeito, todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais.” (2002, p.12). É nessa liberdade da elaboração literária que o escritor se permite modificar o mundo real com o objetivo de tornar a escrita mais expressiva, mas procurando transparecer a realidade de seu tempo.

2.1.7 A vida real como influência na criação literária

Antonio Candido acredita no valor social da arte e nos efeitos que ela causa no público receptor, pois enfatiza que na obra estão fatores do meio onde foi elaborada e isso produz nos indivíduos um efeito prático que modifica “[...] sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.” (2002, p. 21)

Fabio Lucas (1970) comenta sobre o valor da narrativa ficcional como expressão social de uma época. Para esse autor, a narrativa novelesca fornece, com uma maior nitidez, os elementos daquilo que podemos chamar de opinião ou espírito de época.

No momento em que procuramos relacionar romance e sociedade, levamos em consideração não só o que a Literatura significa, mas o seu uso social através dos processos de interpretação. Leenhardt (1998) observa que no momento da atividade leitora, ocorrem diversas mediações, entre elas, a identificação leitor/texto é a mais importante, juntamente com a função cognitiva de a Literatura estar ligada ao meio social. Devido a isso, Pesavento afirma que um dos pontos em que diferem Literatura e História está justamente no público a que cada uma se destina:

O que distingue o discurso literário do histórico é a modalidade de leitura que ele tenta provocar. O texto mais radicalmente ficcional é dominado pela categoria da empatia, da identificação, a qual está presente também na obra histórica. Já o texto histórico inclui alguma distância entre o leitor e o discurso do historiador. (1998, p. 13)

A escritora ressalta que História e Literatura são passíveis de interpretação, cada uma a sua maneira, já que na narrativa histórica não há muita liberdade de interpretação, enquanto

no texto literário há aberturas que permitem uma gama maior de interpretações por parte do leitor.

Hayden White (2001) assinala que o historiador, ao utilizar como meio de expressão de seus conhecimentos a narração escrita, vai utilizá-la para um propósito específico, já que vai escolher os fatos e “recortá-los” segundo seus interesses narrativos. Nessa atividade os fatos históricos passam de dados para constituírem um plano verbal que é escrito com um propósito definido. Devido a isso, o autor acredita que a História é uma “história – para”, porque destina-se a um determinado público com algum objetivo.

Se ambas, tanto a narrativa literária como a histórica destinam-se a um público seletivo, devemos considerar o papel formador da narrativa em relação ao leitor. Jacques Leenhardt, afirma que: “[...] a leitura, aquela da história como aquela da ficção, é constitutiva do cidadão como tal.” (1998, p. 44), e para dar crédito à sua afirmação o autor utiliza Rousseau, que acredita na capacidade da Literatura em auxiliar na construção do cidadão por causa dos mecanismos psicológicos que coloca em ação.

Cyro Martins, sobre um ângulo psicanalítico acredita nesse poder de “construção” do homem presente na Literatura, desde que, entre o leitor e o escritor haja uma certa distância, que consiste em pouco envolvimento emocional, para que o leitor possa fantasiar ao ler o texto:

Entre o público e o artista, em especial entre leitor e ficcionista, deve ser mantida uma certa faixa de ambigüidade [...] para deixar margem à fantasia do leitor. Porque é preciso não esquecer que nos sustentamos principalmente à custa de fantasias. (1970, p.12)

Esse escritor também salienta que o público é o grande responsável em estabelecer uma relação entre o próprio escritor e sua obra, já que, ao ler, o público auxilia o escritor no entendimento de si mesmo, de sua *self image*¹⁰:

¹⁰ Imagem que uma pessoa faz de si mesma num dado momento e numa determinada situação.

E a arte surge, na plenitude da sua função expressiva e catártica, como objeto bom, como objeto ideal. Para o artista e para o espectador. Para o artista, porque vivencia a obra como um complemento do próprio ser que a ajuda, do lado de fora, a configurar a imagem que faz de sua 'self image' e a compreender o sentido de sua existência. Para o espectador, pela função especular e as conseqüentes oportunidades de identificação projetiva que toda obra de natureza artística oferece a quem admira. (1970, p. 26)

Além de auxiliar o escritor na sua busca de conhecimento, a arte será elaborada segundo determinado público receptor, isto é, um público projetado pelo artista no momento de feitura: “Ao contrário do que possa transparecer de certos conceitos demasiado narcisistas de arte, a criação artística, quanto mais genuína, mais ligada estará à imagem do público fantasiada pelo autor, através de um mecanismo de identificação projetiva” (MARTINS, 1970, p. 27). Assim, o escritor, ao elaborar sua narrativa, deve investigar os fatores socioculturais e suas influências, isto é, a estrutura social, as ideologias e aos valores presentes naquela sociedade que deseja retratar.

Dessa maneira, podemos refletir sobre a grande capacidade e abrangência da Literatura em elaborar e expressar problemas sociais individuais, mas que podem ser inseridos em um contexto universal: “A construção literária poderia atingir o universal pelo tratamento dos temas particulares e regionais, sem que com isso se empobrecesse.” (PESAVENTO, 1998, p. 27)

Sociologicamente, podemos considerar a obra literária acabada no momento em que exerce alguma função, em que atua na sociedade. Ora, como já dissemos anteriormente, a arte é uma forma de comunicação que exige um comunicante (artista), um comunicado (obra) e um comunicando (público), através desses surge um quarto elemento: o efeito que essa obra repercute no indivíduo e, conseqüentemente, no meio onde se insere.

2.1.8 Literatura e História na formação da identidade social e individual

A História e a Literatura seguem caminhos distintos, mas que convergem no momento em que representam uma identidade porque ambas jogam com estratégias de convicção, da verossimilhança, da credibilidade e da autoridade da fala, pois, “literatura e história contribuem para a atribuição de uma identidade, social e individual, provocando modelos de

comportamento”. (PESAVENTO, 1998, p. 14). Ambas apreendem o real e oferecem leituras possíveis da vida, além de apresentarem ao leitor o jogo do poder e forças sociais existentes na sociedade que buscam retratar.

Ao longo dessa pesquisa podemos constatar o grande esforço empreendido pela Literatura e pela História para apresentar uma realidade que, por mais que não seja totalmente verdadeira, possa ser aceita, pois, as duas permitem ao presente uma leitura do passado. Sem dúvida é a história que tem uma fala “autorizada” sobre os acontecimentos passados, já que a Literatura não tem intenção de comprovar a realidade dos fatos narrados. Essa última, porém, também expressa uma carga de realidade em suas linhas: “Há, pois, um componente manifesto de ficcionalidade no discurso histórico, assim como, da parte da narrativa literária, constata-se o empenho de dar veracidade à ficção literária” (PESAVENTO, 1998, p.22)

Cyro Martins enfatiza que o passado é de extrema relevância para a criação artística: “Parece, pois, que estamos no caminho certo quando afirmamos que na criação artística o passado desempenha um papel importante” (1970, p. 30)

Hayden White afirma que não há Literatura sem historicidade nem História sem ficção: “Com efeito, pode-se afirmar que, assim como não pode haver explicação na história sem uma estória, também não pode haver estória sem um enredo por meio do qual ela seja convertida num tipo particular de estória.” (2001, p. 79)

Dessa maneira, indiferente de ser um texto literário ou histórico, ele precisa ser bem articulado e convincente para passar uma impressão de veracidade ao leitor. Devido a isso escritores de ficção buscam contextualizar seus personagens, ambientes e acontecimentos para que sejam aceitos pelo público leitor. Mas é preciso ter em conta que Literatura e História têm maneiras diferentes de expressar a realidade, procuram recriar o mundo, cada uma com níveis distintos de aproximação da realidade.

O texto literário é uma forma de expressão da maneira de sentir, pensar e agir, a Literatura é um objeto que testemunha o seu tempo, é um registro dos seres humanos de um momento histórico porque é escrita com a sensibilidade do homem em determinado momento histórico. Assim, a Literatura elabora e transmite a energia que a envolve, entrando nos domínios da História Cultural, já que procura registrar a vida e, sobretudo, impressão de vida,

e com isso vai na raiz dos problemas e das possíveis explicações para os diferentes atos humanos.

Se o texto literário constitui um relato de impressão de vida e de sensibilidade dos seres humanos, podemos concordar com Cyro Martins quando afirma que: [...] aceitamos facilmente que o artista seja órgão social, cuja função precípua consiste em elaborar e transmitir esteticamente experiências subjetivas e impressões sensoriais providas do mundo exterior” (1970, p. 40)

O escritor e o historiador desempenham uma tarefa de extrema relevância. De certa maneira eles expõem, refletem e analisam o comportamento humano e a realidade social onde este comportamento aflora. Elizabeth Torresini afirma que:

Romancista e historiador são profissionais da nova sensibilidade ocidental. Ao longo do tempo, eles transformam-se em intérpretes especializados desse mundo em profunda transformação, propondo novas maneiras de entendimento do cotidiano, da vida em sociedade, das relações dos homens com a natureza e com o sobrenatural. (2007, P. 35)

Literatura e História são narrações que possibilitam e facilitam ao ser humano entender-se a si próprio e aos demais. Também facilitam às pessoas o entendimento de seu passado para que possam apreender o mundo que as rodeia no presente e dar uma possível explicação para o futuro. Ambas têm a capacidade mobilizadora de influenciar os seres a procurarem soluções para os problemas enfrentados na atualidade, principalmente, para as crises nas relações humanas dos tempos modernos.

2.2 Os fatos histórico-sociais e a Literatura

2.2.1 A história do Rio Grande do Sul presente na trilogia

Literatura e História são complementares. Mesmo que sejam elaboradas de maneira diferente, ambas exercem a mesma função social no auxílio ao ser humano na sua eterna busca de conhecimento do mundo em que habita e também de seu mundo interior. É possível encontrar situações históricas nas obras literárias, bem como situações literárias na História,

pois muitas vezes o conhecimento histórico é elaborado a partir das impressões pessoais do autor.

Na trilogia do gaúcho a pé, de Cyro Martins, composta por *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*, encontramos situações históricas que também estão retratadas nos livros de História do Rio Grande do Sul. O principal livro utilizado para essa pesquisa foi História do Rio Grande do Sul de Sandra Jatay Pesavento. Através dessa obra buscamos relacionar os fatos históricos apresentados pela História verificando sua presença na literatura. Procuramos estabelecer os contrapontos e pontos de vista entre ambas de maneira que elaboramos a análise que segue nesse texto, a qual visa a um entrelaçamento entre os fatos da História do Rio Grande do Sul com o enredo das três obras estudadas. É certo que se a Literatura é uma arte, portanto uma criação quase instintiva e tem seu próprio tempo, algumas situações encaixam-se perfeitamente com a época retratada na história, já algumas apresentam-se deslocadas, por vezes antes do fato histórico, por vezes após.

Dessa maneira ao unir Literatura e História julgamos poder extrair um real conhecimento da História do Rio Grande do Sul e de seu povo. A “exatidão” da História é complementada pelos dramas pessoais vivenciados pelas personagens de Cyro Martins. Desse modo, o pesquisador obtém um conhecimento mais abrangente da vivência dos homens da época, de seus anseios, desejos, medos e das situações impostas pela sociedade em constante crescimento e industrialização. É importante salientar que as obras possuem um tempo histórico predominante em seu enredo, que engloba de, aproximadamente 1923 a 1954, porém alguns fatos deslocam-se no tempo, são citados no livro de História de Pesavento em determinada época e nas obras literárias outras distintas, por isso é impossível retratar os fatos históricos com uma sequência exata nas narrativas literárias em estudo.

Sem rumo inicia a história de sua narrativa em aproximadamente 1923, quando Borges de Medeiros estava no governo do Estado do Rio Grande do Sul e concorria a reeleição: “[...] teremos eleições este ano. O nosso candidato, como sempre será o impoluto Dr. Borges de Medeiros, presidente do estado [...]” (1997, p. 67) e estende-se até meados a década de 1930, mais aproximadamente nos anos de 1933 ou 1934, no período da República Nova quando ocorre a primeira eleição municipal após Getúlio Vargas ter assumido o governo provisório do país, pois estão renovando os títulos eleitorais para o pleito municipal: “Ah, não, esse título

não serve. Agora é tudo novo, liso e direito. Estamos na República Nova, amigo. O Brasil começou outra vez!” (1997, p. 115)

Porteira fechada apresenta seu enredo no tempo de 1938, durante o Estado Novo: “Quevedo tentou em vão tirar uma sesta naquele meio-dia escaldante de dezembro de 1938, revirando-se na cama, com uma inquietação de pesadelo” (1993, p.72), mas, apresenta situações que envolvem Borges como governador do Estado e que datam desde os anos de 1917 até 1927, quando Getúlio Vargas é indicado como sucessor governamental do Estado do Rio Grande do Sul. Isso acontece quando as personagens recordam-se dessa época e relatam-na em flash-backs:

“O coronel, enquanto mateava resolvia. E resolvia com cautela, porque queria resolver bem. Não desejava, de maneira nenhuma, trazer dissidências para o seio do partido. Não ignorava o quanto isso desagradava o Dr. Borges. Deveria agir com política, sem deixar transparecer a cilada” (1993, p. 106).

A obra *Estrada nova* apresenta situações de 1923, com Borges no governo do Estado, enquanto as personagens relembram o passado. Isso também ocorre em 1937, durante o Estado Novo: “Mas um belo dia, isso não foi muito antes da guerra, lá por fim de 37, no ano do Estado Novo, apareceu um castelhano endinheirado e o dono não teve dúvidas de negociar com ele” (1992, p. 26). A guerra referida acima, é a Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em 1939. As personagens dessa obra vivem atualmente no período populista: “[...] E hoje? Quando se interroga assim, tem pensamentos melancólicos. Hoje, numa eleição, naquela, por exemplo, que estava pintando, a do Getúlio novamente? [...]” (1992, p.59), a eleição de Getúlio para presidente do país novamente ocorreu em 1951 e o tempo histórico da obra segue durante o governo de Getúlio, antes de seu suicídio em 1954, um período onde ocorrem diversas mudanças no campo social:

[...] com a Guerra recém terminada, o Estado Novo caído, o comunismo mandando na metade do mundo. E os jornais e os rádios não cessavam de falar em reformas sociais, em direitos dos trabalhadores, em greves, em Reforma Agrária, em assistência social, em salário mínimo e outras complicações pelo estilo. (1992, p. 60)

Essas mudanças no campo social acima expressas, são reflexos de todo um processo histórico, social e econômico do Estado do Rio Grande do Sul, pois foi o último Estado a ser integrado no Brasil Colonial. Sua descoberta ocorreu no século XVI através de expedições litorâneas que buscavam pau-brasil para comércio.

2.2.2 A ocupação e exploração das terras sulinas

O estado gaúcho permaneceu inexplorado durante anos, visto que não oferecia atrativos lucrativos, pois na Europa ocorria a fase de transição do Feudalismo para o Capitalismo e os principais produtos de exploração no Brasil eram as riquezas minerais e a cana-de-açúcar.

Somente no século XVII os interesses da coroa portuguesa, que intitulou-se a dona das terras brasileiras por tê-las descoberto, voltaram-se para o Rio Grande do Sul. Esse interesse repentino pelas terras gaúchas devia-se ao fato de que nesse Estado havia índios, que tornavam-se necessários para a mão-de-obra escrava e que eram levados ao centro do país pelos bandeirantes. Em 1626, com os ataques dos bandeirantes paulistas às Missões Jesuíticas, localizadas onde hoje está o país do Paraguai, os indígenas fugiram para o território gaúcho. Em 1640 houve um grande combate entre indígenas e bandeirantes paulistas que resultou no aprisionamento de muitos índios, a população restante localizou-se nas proximidades do Rio Uruguai, deixando o gado que pertencia às reduções livres no território do Rio Grande do Sul. Esses rebanhos, livres, reproduziram e produziram uma imensa gadaria selvagem que foi a fonte básica da economia sulina durante anos e motivo de apropriação das terras do Rio Grande do Sul para a caça do gado xucro.

Em 1680 foi fundado o primeiro núcleo português na região do Rio da Prata, chamado Colônia do Sacramento, essa localização proporcionou o conhecimento aos portugueses das imensas reservas de gado, desenvolvendo, dessa maneira, uma atividade predatória. O gado xucro era caçado para a exportação de couro para a Europa o que atraiu olhares para o Estado até então sem ocupação e o Rio Grande do Sul tornou-se conhecido pela forte riqueza pecuária. Com isso, os Jesuítas voltaram para o estado com a intenção de fundar as Missões e criar gado.

No fim do século XVII ocorreu uma grande mudança no sistema econômico brasileiro, o açúcar entrou em decadência e a descoberta de minas onde hoje localiza-se o estado de Minas Gerais compensou os problemas da baixa açucareira. Como era necessária muita mão-de-obra para o trabalho de escavações nas minas, os bandeirantes voltaram ao Rio Grande do

Sul buscando comida e matando gado xucro para o abastecimento da grande massa populacional que concentravam as mineradoras. As vacarias eram atacadas por tropeiros e contrabandistas, tipos sociais da época, descritos por Sandra Jatay Pesavento: “O tipo social por excelência deste período – o tropeiro – era necessariamente um chefe de bando armado” (2002, p. 14).

A distribuição das sesmarias gaúchas ocorreu na década de 1730. Gados e terras foram distribuídos para tropeiros e militares que deram baixa, assim surgiram as primeiras grandes estâncias Sul-riograndenses. Essas estâncias possuíam expressivos rebanhos e tinham como mão-de-obra para os serviços campesinos os peões, que nada mais eram que homens sem paradeiro, sem moradia, como alguns índios fugitivos e tropeiros de gado, sempre subalternos a seus senhores. Nas obras literárias encontramos a Estância do Silêncio, de *Sem rumo*, a Estância dos Salsos, de *Porteira fechada* e a Estância Velha de *Estrada nova* para exemplificar essas grandes fazendas retratadas na história, que, mesmo estando exemplificadas em obras literárias que focalizam um tempo posterior, resquícios da época da colonização.

Os estancieiros tinham como mão-de-obra barata os peões, que eram geralmente, homens sem um rumo definido para suas vidas, sem, muitas vezes saber de onde surgiram, qual era sua origem e descendência. Esses tipos humanos são representados em *Sem rumo* pelas personagens de Clarimundo e Chiru.

Clarimundo é retratado pelo narrador como um homem seco e de traços indígenas, sua descendência, talvez, viesse dos índios que fugiram das Missões e buscaram abrigos nas fazendas: “Clarimundo não a cumprimentou nem olhou para ela. Arrastou o banco com o pé e sentou-se com o porte entonado de quem manda. Torceu devagar, distraído, as pontas do bigode ralo, de índio” (1997, p.40).

Chiru é um menino que vive na Estância do Silêncio. Não lembra dos pais, nem sabe quem são e desconhece seu local de origem. Não tem um nome propriamente dito, conhece-se apenas por Chiru, afilhado de Nicanor Ayres, dono do Silêncio:

Em todo o caso, se chegasse a vez...não desmentiria a raça. Raça? Quem seria o seu pai? Um índio guapo, talvez um índio vago... Se lhe perguntassem na coluna o nome de seu pai, o que responderia? Diria a verdade? Diria? Uma pergunta daquelas lhe faria um redemoinho nas ideias. Mas, se fosse o caso, total, na guerra como na guerra... Responderia , até meio entonado: “Seu comandante, eu não tenho marca, não conheço pai nem mãe! Não sou de gente de condição. Sou afilhado de seu Nicanor Ayres, isso sim, dono do Silêncio.” (1997, p. 82-83)

Através do trabalho árduo e não recompensado dos peões de estância o Rio Grande do Sul desenvolveu como fruto principal de sua economia o charque e com o crescimento das charqueadas foi sendo introduzido no Estado o trabalho escravo. O negro foi o principal trabalhador das charqueadas sulinas e permaneceu como serviçal nas fazendas durante séculos, já que a lei Áurea foi assinada em 1888 e em meados da década de 1950 no livro *Estrada nova* Dona Almerinda tem como serviçais domésticas e amigas duas negras, uma velha, chamada Anastácia, outra nova com o nome de Amélia, que trabalham na Estância e tem como pagamento de seus serviços o local para morar e a comida, em nenhum momento é mencionado o pagamento das duas serviçais.

A atitude do Coronel Teodoro com Anastácia revela o autoritarismo e o mandonismo com que agia em relação a seus empregados. Após uma grande reflexão a respeito da vida que levava, e dos tempos que apresentavam mudanças no seu sistema de vida, fatigado da vida e dos homens, Teodoro pede um copo de água à negra Anastácia e lhe agradece pela primeira vez em anos de serviço, expressando que recém havia se dado conta de que a negra não tinha obrigação de servi-lo como pensava:

- Me dá um copo d'água, Anastácia! – disse Teodoro, com uma maciez que não lhe era comum. Ao mesmo tempo pensava: garantido que o diabo da china já havia de estar farejando o que lhe passava pela cabeça. Aquilo era um azougue.

- Gracias, estava bem fresca.

Anastácia branqueou os olhos com espanto. Ué, o que estaria para acontecer santo Deus? Não tinha lembrança de lhe ouvir um muito obrigado, por mais que ela lhe servisse com o melhor jeito do mundo. (1992, p. 191)

Com a grande produção e venda de charque para as mineradoras do centro do país, surgiu, no estado gaúcho a primeira camada social rica, não tão aristocrática quanto a açucareira nordestina, mas com vozes de mando muita vezes autoritárias, pois mesmo que o Estado fosse o último a ser colonizado em nível nacional e o último a utilizar trabalho escravo sempre houve relações de poder entre as camadas sociais: “Isso todavia não indica que padrões autoritários de mando não tenham existido e se exercido violentamente, numa

sociedade composta de senhores de terra, gado, charqueadas e escravos” (PESAVENTO, 2002, p. 19). Teodoro, personagem principal de *Estrada nova*, representa o fazendeiro poderoso, senhor de tudo e temido por todos que vivem em sua fazenda e na vizinhança, sua autoridade oprime a todos.

Como o Rio Grande do Sul estava gerando lucros no final do século XVIII e início do século XIX, a coroa portuguesa e a coroa espanhola ambicionavam o seu solo, por isso lutaram por séculos até definirem sua posse. Durante essas lutas, surgiram vários tratados, como o de Utrecht, de Madrid, de El Pardo e de Santo Idelfonso. Nesses tratados pouco o Rio Grande do Sul pertencia a Portugal pouco à Espanha, por isso a língua espanhola é frequentemente utilizada no Estado até os dias atuais, principalmente nas regiões fronteiriças. Essa linguagem híbrida é encontrada diversas vezes nas falas de vários personagens de Cyro em toda a trilogia.

As disputas pelas terras sulinas, causou certa revolta nas populações indígenas, que reconheciam-se como donos e recusavam-se a entregar suas posses, o que ocasionou a Guerra Guaranítica, onde milhares de índios foram exterminados. Muitos desses índios ficaram sem moradia e sem família. Com as Missões destruídas e abandonadas pelos padres alguns partiram em busca de trabalho e abrigo, alojando-se como peões nas estâncias.

Com medo de perder as terras gaúchas para a Espanha, a coroa portuguesa obrigou-se a outorgar poder e autoridade aos estancieiros gaúchos e distribuiu cargos e o restante das sesmarias entre eles. Ao possuir o poder, os estancieiros usavam-no para seus interesses particulares e tornavam-se cada vez mais ricos e poderosos com a crescente venda do charque. A solução encontrada pela coroa foi a de povoar o restante das terras desocupadas com imigrantes.

Os primeiros colonizadores foram trazidos da ilha de Açores e buscavam uma vida melhor em terras desconhecidas, mas mesmo que a colonização açoriana começasse em 1764, em meados de 1922, 1923, o agricultor segue seu trabalho com poucos recursos e incentivos governamentais como podemos perceber em *Sem rumo*. Nesse romance, Tomás Barbosa representa o imigrante e lavra o pequeno pedaço de terra pertencente à Estância do Silêncio, onde trabalha como chacareiro. Não possui terra própria e seu trabalho é árduo, trabalha tradicionalmente, da mesma maneira dos imigrantes de quase dois séculos passados, mas

demonstra o grande prazer que sente em cultivar e trabalhar na terra, próprio dos imigrantes que eram trabalhadores esforçados e disciplinados:

Chupou o beijo, sacudiu a regeira, convidando a junta: Negrito, Sinuelo, bamo, boi véio!

O capim ergueu-se, ondeou, a terra se abriu, as raízes viraram para cima. Um cheiro bom de terra fresca subia dos regos recém-abertos. Lento, pesado, o andar dos bois. Mas o ferro se arrastava, virando a terra, daqui pra lá, de lá pra cá, de ponta a ponta do eito. Cumprindo o seu destino. [...] Ele, arado e bois formavam um bloco único, semovente, uma força telúrica os levava de rastos. (1997, p. 87)

2.2.3 A imigração alemã, italiana e a expansão da economia gaúcha

O surgimento da fábrica moderna fez com que nascessem relações assalariadas de produção. Quando foi proclamada a independência em 1822, o café estava em ascensão como o primeiro produto de exportação brasileira, o que fez surgir uma classe social de elite formada pelos grandes cafeeiros, que começaram a controlar a política do país.

O Rio Grande do Sul, nesse período, apresentava forte desenvolvimento da pecuária voltada para o charque que abastecia o mercado interno brasileiro. Os presidentes de províncias eram nomeados pelo centro e governavam segundo os interesses desse, o que resultou em diversas rebeliões nos Estados de zonas periféricas Brasileiras. No Rio Grande do Sul eclodiu, em 1835, a Revolução Farroupilha, que durou dez anos de constantes lutas entre gaúchos e o governo central. Os farrapos acusavam o governo de má gestão do dinheiro público e de gastar segundo seus interesses ao cobrarem impostos do Estado Sul-Riograndense explorando-o, por isso

[...] tornava-se claro para os gaúchos que o Rio Grande era relegado à posição de “estalagem do Império”: fornecia soldados, cavalos e alimento durante as lutas fronteiriças; a guerra desorganizava sua produção mas não recebia indenização por danos sofridos. (PESAVENTO, 2002, p. 38)

A Revolução Farroupilha era sustentada pelos estancieiros que cediam seus peões para servirem ao exército revolucionário porque idealizavam a independência política do Estado gaúcho em relação ao centro, mas com a continuação dos laços econômicos. Como o Estado gaúcho não conseguiu competir economicamente com o centro, estava empobrecido, foi assinada a paz dia 28 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde, com o acordo entre o Estado e

os poderes centrais de: liberdade aos escravos, incorporação dos oficiais gaúchos no exército brasileiro com o mesmo cargo que já possuíam, estabelecimento da linha divisória com o Uruguai, as dívidas do Estado gaúcho seriam pagas pelo governo central, entre outras de ordem militar. Esses acordos vieram a beneficiar, acima de tudo, a pecuária sulina e os grandes criadores, que foram os que tiveram gastos com a Revolução.

Ainda no século XIX ocorreu a vinda dos imigrantes para o solo brasileiro. O forte desenvolvimento do capitalismo fez com que em alguns países, como a Alemanha, o capital se acumulasse nas mãos de poucos e a indústria fez com que o camponês abandonasse o campo e o trabalho artesanal. Isso acarretou numa massa populacional sem terra e sem trabalho que viram na imigração para o Brasil a possibilidade de reverter essa situação e mudar sua condição de vida para melhor. Já para os países que recebiam esses imigrantes a vantagem era a de abandonar o trabalho escravo e utilizar a mão-de-obra livre, que renderia mais lucros.

Os alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824, sua chegada respondia aos interesses do governo em povoar as áreas ainda virgens, porque as terras de fácil ocupação já pertenciam aos estancieiros e açorianos, que chegaram primeiro, restando somente áreas de intensa vegetação e difícil localização. O poderio central também interessava-se na colonização alemã para uma certa “neutralização” do poder exercido pela oligarquia regional e diversificação dos produtos internos do país. A primeira colônia alemã do Estado localizou-se em São Leopoldo, onde fundaram escolas, cemitérios, vendas, etc. Os imigrantes que não se adaptaram à agricultura fixaram-se na cede do município dando início à indústria familiar, exercendo profissões como sapateiros, carpinteiros, marceneiros, moleiros, etc. Deve-se muito aos colonos alemães, que contribuíram para o desenvolvimento econômico e cultural do Estado gaúcho.

A imigração italiana veio com outra finalidade: “[...]formar no sul núcleos coloniais imigrantes bem sucedidos que pudessem servir como foco de atração à imigração estrangeira para o país” (PESAVENTO, 2002, p. 46). Como chegaram ao Rio Grande do Sul após os alemães, somente em 1875, os italianos receberam lotes menores de terra na serra, já que as melhores terras estavam ocupadas. Enfrentavam a comercialização alemã e a concorrência de uma rede comercial já montada, o que os levou a comercializar produtos que ainda não havia no mercado, como o vinho.

Acontece que, acostumada a mandar e ter o controle da situação, para a elite regional, a imigração não atendia a seus interesses porque que os imigrantes trabalhavam para si e não para os estancieiros no trabalho pecuário. Dessa maneira a agricultura dos imigrantes não recebeu auxílio do governo até 1840. Prosperaram intensamente e rapidamente as colônias bem localizadas, que conseguiram fornecer seus produtos ao centro urbano mais próximo. Nos anos de 1870 a agricultura imigrante já exportava seus produtos para o centro do país, o que beneficiava o comerciante e não o pequeno proprietário.

É preciso ressaltar que os imigrantes tinham por função básica somente o trabalho, não lhes era dada voz atuante na política estadual: “Dentro de uma realidade onde o poder regional era dominado por latifundiários da pecuária, as possibilidades de atuação política dos imigrantes foram quase nulas” (PESAVENTO, 2002, p. 49).

2.2.4 A política brasileira e os partidos políticos no Rio Grande do Sul

A política brasileira do século XIX constava duma relação dualista partidária: o centro cafeeiro era governado de maneira que permitia a circulação do poder por toda a classe dominante. No Rio Grande do Sul havia o PL (Partido Liberal) que lutava pelos interesses dos estancieiros locais e o Partido Conservador, fundado em 1848, que, ao defender os interesses do poder central, garantia recebimento de parte da classe dominante regional dos benefícios políticos. Em determinadas situações eram realizadas “ligas” partidárias, com a finalidade de manter o poder da classe dominante e excluir a voz do povo humilde.

Na década de 60, parte dos liberais reagiu contra as coligações, formando o Partido Liberal Histórico, que recebeu muitas adesões. Mas, ao chegar ao poder da Assembléia Legislativa houve uma forte contradição: agiam de maneira conservadora, o que causou a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense em 1882.

Nesse mesmo século adentrou o capitalismo no Brasil, resultado das grandes exportações de café e com ele a introdução do trabalho assalariado, a indústria, bancos, urbanização e outros adventos. Mas o capital permanecia acumulado nas mãos de poucos.

Algumas classes trabalhadoras começaram a se destacar, devido à circulação do capital. As transformações ocorridas fizeram surgir novas classes como a burguesia e a classe média que se revoltaram e organizaram a queda do regime monárquico para o republicano.

No Estado gaúcho ocorreu uma baixa no capital de giro em relação às outras áreas, visto que exportava para o abastecimento do mercado interno brasileiro. A zona de imigração alemã e italiana apresentava uma maior facilidade para abraçar o sistema capitalista ao contrário da pecuária, que ainda era a principal atividade econômica do estado. Teodoro, de *Estrada nova*, reflete sobre essa mudança econômica e chega a pensar na possibilidade de trocar a pecuária pela agricultura: “Entretanto, o seu ramo era aquele, a pecuária. Sair dele, meter-se em qualquer outro negócio, seria arriscar-se sem necessidade, nada aconselhável na sua idade” (1992, p. 61).

O PL pouco pode fazer para defender os interesses dos sesmeiros e diante dessa crise surge nova ideia de República do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) que, fundamentado no Positivismo de Comte, tinha Júlio de Castilhos como representante principal. Em 1891 Castilhos foi eleito governador estadual e, nesse mesmo ano, deposto pelo Partido Republicano Federal e novamente reconduzido ao poder em 1892, o que ocasionou a Revolução Federalista em 1893: os liberais liderados por Silveira Martins formaram o Partido Federalista Brasileiro opondo-se ao governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul e Floriano Peixoto no Brasil. A vitória ficou com Floriano e Castilhos porque uniram-se ao exército.

Os federalistas depuseram as armas em 1895, com a condição de que a constituição fosse revista e de que a reeleição fosse proibida no Estado. A Revolução Federalista garantiu a continuação e centralização do poder, pois em 1898 Castilhos passou o poder a Borges de Medeiros: “[...] Borges deu seguimento à obra de Castilhos, consolidando no Estado o regime republicano autoritário e centralizado” (PESAVENTO, 2002, p. 79). Esse regime autoritário de Borges de Medeiros comprova-se em *Estrada nova* na voz do Coronel Teodoro, ao recordar as “boas lembranças” do passado, tempos onde os fazendeiros não eram tão sacrificados: “No tempo do Dr. Borges de Medeiros, no Estado, e do coronel Januário no Município, as eleições se faziam por assim dizer a grito “no mais”. Ninguém vinha amolar a paciência dos outros com ‘problemas nacionais’” (1992, p. 44).

2.2.5 O governo Borges de Medeiros e a Primeira Guerra Mundial

A filosofia do PRR de “viver as claras” revoltou certa parcela da população. Com a imposição por parte do governo do voto a descoberto, estava garantido ao partido a permanência no poder estadual. Algumas pessoas se rebelaram contra essa imposição, a utilização do termo “algumas”, dá-se ao fato de que muitos aceitaram as medidas autoritárias do governo, pois, na política positivista, essa atitude não era algo fora da realidade do povo gaúcho que, ao longo de seu período formativo, viveu sob violências e arbitrariedades. Dessa maneira, a cada eleição ganha, mesmo que trocasse o governante, a ideologia partidária permanecia a mesma, o que permitia que houvessem mais eleições com a vitória garantida. Em *Estrada nova*, Teodoro recorda o passado e comenta o governo de Borges de Medeiros:

O borgismo mandava e desmandava no Estado, discricionariamente, montado numa lei eleitoral que facilitava a votação em massa de todos os defuntos do Rio Grande, desde que fosse do interesse do governo, o que acontecia sempre. Os defuntos eram governistas. Talvez viesse daí a frase que vezes sem conta lera e ouvira no tempo do borgismo: “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”. (1992, p. 63)

Se, em *Estrada nova* o Coronel Teodoro recorda esse passado, em *Sem rumo* Manoel Garcia recebe, nos dias em que vive, uma proposta de trabalhar como professor do distrito. Em troca dessa ajuda o Coronel Dutra não lhe exige nada demais, apenas seu voto para o PRR e seu candidato Borges de Medeiros:

- Pois então ficamos acertados. Você será nomeado professor rural, deixará esta vidinha miserável, própria de indivíduos incapazes, porque rabiça de arado não foi feita para mãos de têmpera de um Manuel Garcia. E em troca dessa mudança de vida, uma verdadeira loteria, o que lhe exigimos? Veja o nosso desprendimento – nada! Apenas o seu voto e a sua cabala nas redondezas para o dr. Borges de Medeiros, o maior rio-grandense vivo! (1997, p. 67-68)

Com o direito à reeleição proibido, o PRF contava que havia encontrado uma maneira de voltar a ter certos poderes políticos, esquecendo-se que a filosofia do PRR continuaria viva mesmo com novos governadores no poder. Dessa maneira, os anos que se seguiram foram ótimos para o Partido Republicano Rio-Grandense, que recebia todo apoio do governo central até mesmo para a implantação da viação férrea nas terras gaúchas.

Nessa época, o Rio Grande do Sul abastecia o mercado interno brasileiro com produtos agropecuários (charque e couros); o maior problema enfrentado foi a falta de acesso à tecnologia dos criadores de gado, pois os rebanhos não cresciam devido a doenças e pestes que causavam grandes perdas e prejuízos econômicos, pois, muitas vezes, era volumoso o número de bovinos mortos e sacrificados. Também houve poucos cuidados com a questão genética, o cruzamento do mesmo sangue durante anos tornou o gado enfraquecido, isso resultou em pouco peso. Os campos também não estavam bem cercados, as divisórias permaneciam indefinidas.

Os criadores ainda dependiam do tempo, os fenômenos meteorológicos precisavam estar de acordo com seus interesses, pois, com os campos cheios de gado uma simples seca, ou alguns dias de chuva além do previsto, causavam grandes perdas já que o campo não propiciava espaço suficiente para o alimento bovino. Essa questão é retratada em *Estrada nova* e é um dos grandes medos do Coronel Teodoro: “- Mas os meus campos – acentuou Teodoro, com um certo exagero na fala e no gesto – estão muito povoados. Por isso receio que uma sequinha qualquer se faça sentir logo-logo” (1992, p. 69).

Com todos esses problemas, o estancieiro ainda dependia dos preços oferecidos pelos compradores de charque, de lã, carne, e outros produtos oferecidos pela pecuária. Os compradores, por sua vez, dependiam do preço do mercado interno brasileiro. Não havia possibilidade de competir com o preço estabelecido pelos frigoríficos, o lucro, então, permanecia nas mãos das casas de comércio onde esses produtos eram vendidos. Dessa maneira os criadores de gado também sofriam explorações, claro que nada comparável à miséria em que viviam os peões de estâncias, os agricultores, os carreteiros e os empregados das lojas de comércio como comenta Chiru em *Sem rumbo*:

Estavam se logrando, os trouxas. Os criadores, os compradores e revendedores de gado, os donos dos saladeiros e seus empregados mais copetudos, a gringada dos frigoríficos, então, esses todos, sim, tinham razão de falar. E os donos de venda. E os capatazes de tropas. Mas já o peão de tropa, o peão de estância, o agregado, o plantador de chakra, o caixeiro de venda e o peão de carreteiro como ele já fora...Os patrões que pra eles também interessava. Mas o certo era que, vinha ano, passava ano, e eles, essa gentinha toda, ele inclusive, cada vez mais pelas caronas. (1997, p. 99-100)

A falta de recursos levou os estancieiros a fundarem a União dos Criadores, em 1912, órgão que passou a defender seus interesses, buscando novas técnicas, promovendo debates,

sempre com o objetivo de formar um frigorífico que respondesse aos apelos dos pecuaristas: o frigorífico Rio-Grandense. A eclosão da Primeira Guerra Mundial foi o fator que propiciou uma melhora na economia gaúcha, que exportava carne e demais alimentos produzidos para os países bélicos.

Paralelamente a essa crise superada pela pecuária, a agricultura colonial passava por graves problemas com a competição de produtos agrícolas de outros Estados que se localizavam no centro do país. Também ocorria esgotamento do solo e a divisão da terra como herança de pai para filho, de filho para neto e assim por diante com famílias numerosas a ponto de não ter mais como fracionar. Também ocorria uma monopolização dos lucros pelos comerciantes que pagavam preços baixos ao produtor.

A maneira que os produtores rurais encontraram para sair da crise foi exportar para novos mercados, como o Prata. As necessidades criadas pela guerra também favoreceram a agricultura gaúcha a sair da crise, de modo que em 1920 o Rio Grande do Sul aumentou a produção e exportação. A cultura do arroz expandiu-se nesse período e tornou-se uma grande fonte de renda, muitas terras onde havia criações de gado foram arrendadas para o cultivo desse grão. Esse fato econômico é mencionado no início do romance *Estrada nova*, quando seu Fábio recorda a crise que o fez vender seu campo e lembra do alto valor do arroz na época:

- Pois é, mas o linho estava em moda naqueles anos.
- Eu me lembro, deu a febre do linho neste Rio Grande.
- Aguarde até o fim do caso. O linho só me deu prejuízo. Mas o arroz, no primeiro ano, livrou as despesas. (1992, p. 27)

Com a agricultura e a pecuária fortificados pelas necessidades geradas pela guerra, o Rio Grande do Sul acumulava dinheiro e, por isso, começava, calmamente, o processo de industrialização. Esse processo recebeu todo o apoio necessário do governo que pretendia obter apoio político e financeiro dos pecuaristas.

O período da Guerra, como dispunha de um ótimo mercado para o Rio Grande do Sul, foi o melhor período do governo Borges de Medeiros. Mas no plano social a situação estava delicada, greves agitavam o Estado, os operários estavam organizados em sindicatos, havia tendências socialistas, devido a isso o governo

[...] se dispunha a ‘incorporar o proletariado à sociedade moderna’, o que, em última análise, traduzia-se, na prática, em fazê-lo trabalhar para o progresso econômico de forma ordenada. Considerava, também, que as questões que surgissem deveriam ser solucionadas entre patrões e empregados. O estado deveria interferir, como mediador, quando se dificultasse o acerto, ou como órgão repressor, quando a segurança fosse ameaçada. (PESAVENTO, 2002, p. 81)

Na década de vinte o Rio Grande do Sul, enfrentou um momento difícil. O fim da Primeira Guerra Mundial em 1918 ocasionou um baixo consumo e uma baixa na exportação de carnes, assolou, então, uma crise financeira que ocasionou inflação, concessões de empréstimos, recessão e redução de créditos aos donos de campo.

2.2.6 O fim da primeira grande guerra e a crise da economia gaúcha

Com o fim da Primeira Guerra Mundial o governo precisava de dinheiro para fazer funcionar a viação férrea implantada em 1920 e o Porto de Rio Grande em 1919, por isso obrigou os criadores a devolver no prazo de noventa dias o dinheiro emprestado pelo estado durante o período de guerra: “Sem ter para quem vender seu gado e tendo de pagar, num momento de crise, empréstimos contraídos em momentos de euforia, muitos criadores foram a falência” (PESAVENTO, 2002, p. 84).

Sem encontrar uma saída para a forte crise que enfrentavam, os estancieiros pressionavam Borges para que defendesse a pecuária, mas o governador não abriu mão de priorizar a solução dos transportes, por isso a eleição estadual de 1923 ocorreu conturbadamente. Em *Sem rumo* o PRR é o partido situacionista da época e que busca a reeleição de Borges de Medeiros: “- O que eu ia dizer, e disto você deve estar cientificado, é que teremos eleições este ano. O nosso candidato, como sempre, será o impoluto Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado e chefe incontestável do Partido republicano Rio-Grandense.” (1997, p. 67)

Em 1923 Borges, que concorria ao quinto mandato contra Assis Brasil, obtém vitória nas eleições, isso causou revolta nos opositoristas que alegavam fraude e organizaram uma revolta armada com a intenção de derrubar Borges do poder e modificar a Constituição do Estado para proibir a reeleição consecutiva. Em *Estrada nova* é mencionada essa passagem histórica em 1922, quando estavam acontecendo as campanhas políticas de ambos os candidatos: “Em 22, por ocasião do pleito Assis-Borges, o Rio Grande se alvorotara de novo [...]” (1992, p. 63)

A classe dominante fora do poder revoltou-se com a situação e exigiu do governo Borges de Medeiros dedicação exclusiva aos problemas pecuários, não obtendo resposta aos seus apelos organizou a Revolução de 23, comandada por Assis Brasil. Em 1923 dois grupos disputavam o poder: de um lado os federalistas, com a Aliança Libertadora que pregava o liberalismo e democracia, de outro lado os partidários de Borges, defendendo a centralização e o autoritarismo. A Revolução de 23 é descrita em *Sem rumo* por Chiru, enquanto descansa junto ao oitão do rancho e pensa na solidão em que se encontra a Estância do Silêncio:

Ah! Estava bom. Solzinho morno. Um rincão, aquele, mais bem de João Antônio que de Chiru. No entanto, gostava de ficar horas perdidas, solito, no oitão já meio alcatruzado do galpão velho. Apreciava muito corara-se ali. Pucha! Que estava triste aquela estância...No galpão, apenas Clarimundo, Felipe e o velho João Antônio, que dia a dia mais se encorujava no seu canto e minguaava no porte. Os mais andavam quem sabe donde, gauderiando nos matos, nas grotas, emigrados para o Uruguai alguns, e outros, decerto, já incorporados. Nas tropas do governo ou da revolução? (1997, p. 75)

Ainda em 1923 houve um acordo entre ambos os partidos. Com o pacto de Pedras Altas definiu-se que a Constituição seria revista e que Borges, depois do quinto mandato, não mais se reelegeria. No final da década de vinte, o Rio Grande do Sul apresentava uma organização social baseada nos sindicatos, que eram apoiados pelo governo para defender os setores lucrativos do Estado de maneira que tornava-se permanente o apoio político.

2.2.7 O governo provisório de Getúlio Vargas

Com o final do governo Borges de Medeiros ascendeu Getúlio Vargas ao governo gaúcho em 1928. Sua política baseou-se na defesa da pecuária gaúcha, para isso criou o

Banco do Estado do Rio Grande do Sul e concedeu crédito fácil, juro baixo e prazo longo aos criadores. Houve redução de tarifas ferroviárias e apoio à ideia do frigorífico nacional, isso contentou a ambas as facções ao verem seus interesses atendidos e resultou na sua união com a formação da Frente Única Rio-Grandense (PRR e PL). Com essa união partidária, os rio-grandenses lideraram a oposição à Washington Luís, para o governo central e para isso criaram a “Aliança Liberal” que foi vencida pelas urnas, causando outra revolta armada: a Revolução de 30.

A “Aliança Liberal” formada por Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, defendia seus interesses contra a monopolização do poder que exercia São Paulo. Para isso indicaram à presidência do país Getúlio Vargas contra Júlio Prestes, candidato da situação. Esse último ganhou: “Os aliancistas identificavam o voto a descoberto – ‘a cabresto’ – como responsável pelas fraudes eleitorais que ocorriam” (PESAVENTO, 2002, p. 103).

Com a vitória de Júlio Prestes no país em 1930, e a morte do paraibano João Pessoa que havia defendido os interesses da Aliança, eclodiu a Revolução de 30, que constava de grupos armados que partiam dos três estados e que terminaram por derrubar Washington Luís do poder e empoçar Getúlio Vargas como presidente do governo provisório: “Vitoriosa a Revolução, iniciou-se o período da chamada República Nova, que se estendeu até 1937, quando se instalou a ditadura no país” (PESAVENTO, 2002, p. 104).

Durante a República Nova o poder continuou nas mãos dos poucos, enganou-se quem pensou que com a troca de governantes a situação ia mudar. A classe dominante continuou a mesma, pois era a dona do capital e utilizou-o a seu favor com o suborno para continuar no poder. Nessa mesma época o café brasileiro enfrentava uma grande crise, o que significava a falência do modelo agroexportador que havia sido tão beneficiado até o momento. Isso fez com que o governo entendesse que a economia de um país não podia ser baseada unicamente em um só produto e começasse a incentivar a produção de outros gêneros como o algodão, por exemplo. Esse incentivo à produção ocasionou o crescimento da indústria, que desenvolveria o capitalismo como o sistema econômico vigente até os dias atuais no Brasil.

Com a queda do café a elite cafeicultora começou a perder seu poder, a burguesia industrial ainda não estava forte o suficiente para assumir o poder e não havia uma classe social em condições de ocupar o poder dos cafeicultores. Com isso o Governo da década de

30 preocupou-se em estabelecer uma cooperação mútua entre os burgueses, respeitando os diferentes interesses desses, seja nos setores comerciais, financeiros e industriais, o que originou uma nova elite que mesmo não sendo parte da burguesia de exportação, continuou a defender os interesses da burguesia interna e deu seguimento ao processo de capitalismo e centralização do poder e capital que se instalou no país.

Na República Nova o Rio Grande do Sul ocupava posição importante com relação a outros Estados brasileiros, pois com a Revolução de 30 e a ascensão de um gaúcho ao posto de presidente do país, o povo esperava um governo que melhor atendesse aos seus interesses. Os agropecuaristas e demais participantes da elite regional esperavam obter o apoio antes destinado aos cafeicultores paulistas. Isso não ocorreu e parte dos pecuaristas gaúchos, unidos aos paulistas, organizou em 1932 um movimento contra-revolucionário.

O governo central tinha por objetivo diversificar e integrar a economia produzida no país, uma medida capitalista, que só não seria feita caso os interesses das regiões não concordassem com os objetivos maiores do Estado. O estado gaúcho também fazia parte dos interesses do governo, pois tinha o papel de fornecer gêneros de subsistência para o mercado interno nacional, porém, os agropecuaristas não percebiam os problemas que esse sistema de dependência e ao mesmo tempo complementaridade trazia consigo.

O charque ainda era o principal produto sulino, mas enfrentava a forte oscilação de preço do mercado interno cada vez mais competitivo com a entrada dos frigoríficos estrangeiros, o que resultava em novas divergências entre os criadores de gado e o governo que começava a acreditar na agricultura como mais rendosa que a criação de gado. Aos poucos a pecuária começou a entrar em crise novamente.

Apesar de agricultura se mostrar mais rendosa, em *Estrada nova* o Coronel Teodoro acredita que um fazendeiro possui mais prestígios em relação a um agricultor, por isso estranha quando Leandro Antunes, seu vizinho, comenta que outro fazendeiro da região, Alfeu, começará o plantio em suas terras. Teodoro vê essa atitude como uma tolice do outro:

- Decididamente, está doido varrido. Isso não é cousa de gente certa, não. Tem jeito de ser chacoalhada de livro. Onde é que já se viu um fazendeiro que se preze se meter em plantações desse tipo, em grande escala? Por aqui nunca se viu! (1992, p. 96-97)

Mesmo que o Estado do Rio Grande do Sul e o governo federal soubessem da importância da relação e integração entre ambos, a classe dominante local não aceitou as medidas de centralização praticadas pelo poder executivo no pós-30, porque na verdade: “O atendimento aos problemas econômicos das regiões periféricas por parte do governo central tinha como contrapartida a submissão política das oligarquias regionais” (PESAVENTO, 2002, p. 108). É claro que os pecuaristas gaúchos queriam manter seu poder frente ao governo federal. Em 1932, Flores da Cunha (interventor federal no Estado) fundou o Partido Republicano Liberal – PRL – que aceitava os “cuidados” do centro como colaboração e não subordinação. Esse partido abrigou diversas camadas da burguesia gaúcha como agropecuaristas, comerciantes e industriais. Ainda nesse ano Flores da Cunha passou de interventor a governador do Estado gaúcho.

A união pelo poder entre as classes dominantes era resultado da crise que enfrentava a pecuária. Os estancieiros buscavam apoio dos setores mais ricos da sociedade e “Os representantes da burguesia industrial, por seu turno viam, no apoio à situação política no estado e na sua participação ativa no Congresso de instalação do partido, a oportunidade de se tornarem co-participantes do poder” (PESAVENTO, 2002, p. 109). Assim foi até 1934 quando findou o governo provisório e Getúlio Vargas permaneceu como presidente pelo PRL. Contra ele opôs-se a Frente única Rio-Grandense, composta por PRR e PL.

A década de 30 foi marcada pela cooperação sindicalista, pois os produtores cediam apoio político ao governo em troca de favores, dessa maneira qualquer manifestação de descontentamento da classe dominante que não estava no poder seria controlada, além dos sindicatos garantirem seu poderio frente às classes humildes, mantendo-as submissas. Um exemplo disso encontramos em *Estrada nova*, na personagem de Leandro Antunes, um fazendeiro que costuma presentear políticos em troca de favores pessoais:

- Agora, cá pra nós, não é nada cavalheiro. Muito engrandecido, isso sim. Gosta demais de ostentar as amizades importantes. Até dá nojo. Pra esses tais de deputados e secretários, está seguidamente regalando potrilhos de raça ou tourinhos e novinhos do plantel. Pra esses, se faz de buenaço. Pra um pobre, não dá nem um naco de carne. (1992, p. 37)

Como forma de reação aos sindicatos que obtinham apoio governamental pagando poucos impostos ou nem pagando, a população colonial começou a criar cooperativas, com a

intensão de unir-se para impedir o monopólio da classe dominante. É sobre essa exploração ao colono que o jovem Ricardo, de *Estrada nova*, pensa enquanto galopa pelos campos:

Além disso, comentava-se que os impostos, os institutos, os sindicatos e mil outras exigências oficiais estavam liquidando os colonos e, com isso, a própria economia do Estado, pois esses colonos, meios desesperados, emigravam para Santa Catarina ou, o que era muito pior, se mudavam para a cidade. (1992, p. 55-56)

2.2.8 A ditadura Vargas

Como a população estava se unindo em grupos de sindicatos e cooperativas, em 1935 Vargas implantou algumas medidas como um meio de segurança nacional. Uma das medidas tomadas pelo governo foi a criação da legislação social, que regulou as relações entre patrões e empregados, mas que tinha por objetivo principal submeter os empregados às leis vigentes para que não houvesse revoltas como na República Velha. Essas atitudes por parte do governo foram uma marcha para a ditadura que se instalaria no período a seguir denominado estado Novo.

Mesmo que *Estrada nova* situe seu tempo histórico após a República Nova no Período Poulista, as personagens se cuidam para falar de certos assuntos o que comprova que a ditadura pode ter saído do papel, mas na verdade, custou a ser extinta nas ações humanas. Ricardo comenta sobre homens que lutam para o bem dos pobres e dá uma ponta de esperança a seu Osório, mas o moço o previne que não deve sair por aí falando sobre isso, e que deve olhar bem a quem comenta sobre ideias de reformas sociais:

- Quero lhe prevenir, seu Osório, que os homens que falam nisso têm que falar com cuidado, olhar para os lados, averiguar bem com quem conversam, porque às vezes até são presos. Uma coisa que não devia de ser, mas é. Acontece, por exemplo, que os fazendeiros não querem saber dos campos povoados de gente, como antes, no tempo dos agregados. Eu não lhes tiro a razão de um tudo, mas que destino agarram os viventes desse ranchario? (1992, p. 42)

De início, a criação da legislação social, foi aplaudida pelos funcionários, mas após algum tempo, a real intenção do governo salientou-se aos olhos do funcionalismo, que começou a revoltar-se contra essa repressão: “Enquanto de um lado, recrudescia a ação do

Partido Comunista, outras organizações, contestadoras do regime vigente, apareciam no cenário nacional, encontrando repercussão no Rio Grande” (PESAVENTO, 2002, p. 113), devido a essas manifestações, o governo estadual, ainda representado por Flores da Cunha, preparou-se com armas e materiais para a ditadura, mas o centro cortou suas possibilidades de articulação, obrigando-o a renunciar e fugir para o Uruguai. O interventor federal do Rio Grande do Sul passou a ser o General Manoel de Cergueira Daltro Filho.

Em 10 de novembro de 1937 findou-se a República Nova e começou o Estado Novo. O Estado Novo (1937 – 1945) só pode ser implantado porque a burguesia nacional cedeu seus poderes ao governo em troca de segurança, progresso e paz social. Quem governou o país foi uma determinada classe apoiada pelo exército e que promoveu o golpe. Essa classe defendia o capitalismo e a burguesia e defendia como sistema vigente o autoritário-corporativo.

Durante o Estado Novo se solidificou a indústria e caiu o modelo de agroexportação, beneficiando o industrial do centro do país que já se beneficiava há algum tempo desde o desenvolvimento do café. Mas o Rio Grande do Sul continuou com a sua função de abastecer o mercado interno com produtos agropecuários, dessa maneira, cada vez tornava-se mais visível a distância entre o Estado gaúcho e São Paulo no processo industrial. Na década de 1940, por fim, desapareceram as charqueadas e surgiram cooperativas com melhores tecnologias para transformação da carne.

Acentuava-se o problema da divisão das terras, pois os minifúndios eram cada vez mais divididos entre herdeiros, que eram muitos para que o trabalho rendesse, de maneira que em pouco tempo a terra tornava-se escassa e o solo enfraquecido. A personagem de seu Osório, em *Estrada nova* representa esses pequenos proprietários que não têm como subdividir entre os filhos a pouca terra que lhe cabe: “- Escute só o meu caso. Eu, por exemplo, estou com o pé no estribo. Vendi o campito faz poucos dias. Ora, eu, me diga que é que eu ia fazer com essas poucas braças e este mundaréu de filhos?” (1992, p. 34).

2.2.9 O início do processo de êxodo rural

Com a desvalorização da agricultura e da pecuária, Os peões das estâncias que ainda restavam não recebiam pagamento pelos serviços prestados, seu salário consistia no direito à

alimentação e moradia. Alguns recebiam pequenos pedaços de terra para sobrevivência da família. A agricultura e a pecuária estavam desvalorizadas e, aos poucos, a tecnologia foi adentrando nos campos sulinos, trazendo alguns benefícios aos criadores e muitas tristezas aos empregados:

Entretanto, o completo cercamento dos campos e a introdução de alguma tecnologia nos métodos criatórios foi fazendo com que houvesse menor necessidade de braços para a criação. Acentuou-se, com isso, o processo de êxodo rural que já se manifestava desde os anos trinta. (PESAVENTO, 2002, p. 116)

Em *Porteira fechada* Júlio Bica, estancieiro da região, pensa na ocupação que dará ao campo que acaba de comprar, que é onde vivem Guedes e a família. Caso o arrendatário lhe peça para permanecer no local alegará que nos dias atuais não são mais necessários posteiros devido à tecnologia atual: “Além disso, posteiro não se usava mais. Pra quê? Uma estância como a sua, toda tapada, marchava lindo com três ou quatro peões. E isso mesmo porque era caprichoso, gostava de tudo arreglado. A rigor, até dois mensuais bastavam” (1993, p. 20).

Também Eusébio, carreteiro antigo, recorda, no velório de Guedes, a conversa que teve com esse há algum tempo atrás, quando o campeiro procurava um lugar para morar e recomeçar a vida. Nessa conversa, Eusébio comenta a difícil e dura vida dos homens camponeses, dos peões de estâncias, a desvalorização da moeda e finaliza seu pensamento com a certeza de que não há outra solução para os pobres da campanha senão morar na cidade:

“O que eu vinha enxergando desde tempito largo – prosseguiu Eusébio, alteando levemente a cabeça e a voz – era que nós todos, os pobres da campanha, ia acaba emangueirados, como capão pra consumo. E sabem onde? Aqui mesmo na aldeia, nesse cisco.” (1993, p. 40)

Os trabalhadores que abandonavam o campo e iam pra cidade esperavam uma melhor qualidade de vida, mas não estavam preparados para o trabalho citadino, sabiam apenas o trabalho camponês, de modo que muitos não se acertaram com a vida na cidade e morreram na miséria: “Uma vez fora do latifúndio, este trabalhador buscava cidades. Todavia, constituía-se uma mão-de-obra que era jogada no mercado de trabalho sem ter especialização nenhuma, pois suas habilidades na vida campeira nada valiam para a vida urbana” (PESAVENTO, 2002, p. 116).

Isso ocorre com Chiru, em *Sem rumo*. Ao perceber que a cidade não é o melhor local para se viver, essa personagem reflete sobre a vida que leva ali e vê seu envelhecimento precoce: “Meio-dia. Mortas, a cidade, a praça, as ruas. Meio morto, ele mesmo. Massacrado. Um caco de gente, e tão novo! (1997, p. 99).

Em *Estrada nova*, Osório comenta a falta de preparo que tem para a vida citadina, pois sabe que só entende de lides campeiras e do cuidado com os animais, mas não encontra uma solução a não ser abandonar o campo e tentar a vida no centro urbano mais próximo: “Tirando disso, eu e toda essa gauchada pobre que anda passando quem sabe o quê por aí afora, não entendemos de cousa nenhuma.” (1992, p. 34). A indústria não estava desenvolvida a ponto de acolher toda essa massa populacional campesina que chegava para viver na cidade. Dessa maneira, esse povo alojou-se pelas vilas marginais de periferia, num nível de subemprego, muitos migraram para Santa Catarina e Paraná.

As condições de vida na cidade já eram precárias na década de 30. Chiru, em *Sem rumo*, sente saudade da vida no campo, mas sabe que essa crise não é só ele que enfrenta, são todos os homens da campanha gaúcha, e, por isso, desola-se ao pensar em voltar para o interior, já que a vida lá não é mais a mesma: “E depois de muito engrolar, concluíram: é que não tinha mais ‘antigamente’! Ser peão de estância como os de agora, não.” (1997, p. 111)

Durante a ditadura do Estado Novo, os Estados eram governados por interventores nomeados pelo centro. Por causa do regime autoritário, os partidos gaúchos foram extintos, e símbolos estaduais como a bandeira e o escudo foram queimados. O governo queria obter poder absoluto e incontestável sobre a população e o Estado. Com isso, a população começou a revoltar-se e a fundar novos partidos, dentre eles o Partido Social Democrático e o Partido Comunista Brasileiro.

Em 1939 eclodiu a Segunda Guerra Mundial, e em 1942 o Brasil entra na Guerra ao lado dos Estados Unidos, sua posição foi tomada por interesses e ligações econômicas, pois os Estados Unidos deveriam emprestar dinheiro ao Brasil para que esse pudesse aumentar e melhorar sua industrialização.

Durante esse período conturbado mundialmente, as forças anti-Vargas uniram-se com a União Democrática Nacional (UDN), que defendiam um liberalismo democrático e atraíam as classes médias. Os principais nomes levantados contra Vargas eram: Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. Mas, Getúlio Vargas só foi deposto do poder em 1945 pelo ministro da guerra Góes Monteiro durante o período de campanha eleitoral. No final do Estado Novo o país passou, então, a ser governado pelo poder judiciário.

2.2.10 Período Populista.

Em 1945 iniciou-se o período da história do Brasil chamado de Populista. E nessa época, a economia nacional finalmente baseou-se, em primeiro lugar na indústria, a agroexportação passou a segundo plano já que a industrialização crescia e se fortalecia cada vez mais. As massas urbanas começaram a influir nas eleições do país porque a população emergente aumentava, e em uma sociedade democrática, o voto passou a ser uma maneira de solucionar problemas dessa classe, de modo que, em muitos casos, ele era vendido em troca de favores pessoais. Assim, quem votava com o governo tinha poder e liberdade de ações, como observamos na personagem de Lopes, em *Sem rumo*, que obtém lucros com fraudes, mas não é preso por causa do apoio ao governo: “Ladrão de gado provado, jogador, assassino (levava já duas ou três mortes na cacunda...) [...] No entanto, está aí, atirado pra trás, protegido pelos graúdos [...]” (1997, p. 112)

Em 1946 foi eleito para presidente do Brasil o General Eurico Gaspar Dutra, que, na verdade, representava a continuação do poder de Vargas, mesmo que longe dos seus olhos. O governador do Estado gaúcho foi Walter Jobin. A economia estadual continuava com base na agropecuária, mesmo que o centro favorecesse a indústria, por isso, o Rio Grande do Sul continuava em crise, pois, mesmo com frigoríficos à disposição dos criadores as empresas nacionais não obtiveram o “padrão de qualidade” exigido pelo mercado de exportação. Essas exigências com as carnes gaúchas levaram muitos estancieiros à falência já que a maioria dos criadores possuía dívidas com o governo pelos empréstimos concedidos na era Vargas: “As propriedades, ante a insolvência por dívidas dos pecuaristas, passavam para a esfera bancária,

sendo depois arrematadas por outros grandes fazendeiros, com o que se incrementou o processo de concentração da propriedade de terra” (PESAVENTO, 2002, p. 123).

Seu Osório, de *Estrada nova*, comenta sobre essa qualidade exigida pelo mercado, e expressa que a situação dos grandes pecuaristas também não é fácil nas relações comerciais: “- Apesar de que, noutras partes mais adiantadas, no estrangeiro, dizem que os cuidados com a criação exigem muito trabalho, muita circunspeção” (1992, p. 34). Com isso, a propriedade permanecia nas mãos de poucos que ainda mantinham áreas improdutivas, o que ocasionava um baixo capital de giro e a continuação da crise na economia sulina.

Em 1951, Getúlio Vargas retorna ao poder novamente e o governador do Estado do Rio Grande do Sul é Ernesto Dornelles. Em 1954 Getúlio suicida-se e em 1955 faz-se necessária outra eleição para presidência da república, onde entra Juscelino Kubitschek. Também em 1955 é eleito Ildo Meneghetti como governador do Estado gaúcho. Devido à baixa na economia, na década de 50, o Rio Grande do Sul representava o Estado com maior número de emigrantes e menor número de imigrantes. Em 1958 assume o poder estadual Leonel Brizola.

Já em 1961 Jânio Quadros assume o poder central e renuncia em agosto, dessa maneira assume seu vice João Goulart. As principais transformações econômicas dessa época ocorriam no centro, Rio de Janeiro e São Paulo. A União centrava suas atenções para esses Estados e o Rio Grande do Sul estava à margem dos planos do governo central, que começava a perceber as dificuldades em tornar a nação auto-suficiente, pois havia necessidade de capital e tecnologia para a indústria brasileira crescer e o capitalismo autônomo entrou em falência. O país em geral estava em desequilíbrio econômico durante o governo de João Goulart. Dessa maneira seu governo foi marcado por radicalismos de posições, com grupos interessados em reformas sociais e econômicas, uma inflação crescente e grande tensão social, o que levava a elite a acreditar que o governo era de esquerda.

Os principais partidos do estado eram o PSD, PL e PTB, cada um defendia diferentes soluções e ideias para a crise do estado. O Rio Grande do Sul, no Período Populista, teve alternância partidária nos governadores estaduais. Em 1963, Ildo Meneghetti foi reeleito governador do Estado já no governo central, João Goulart foi deposto do poder, em 1964, e seu cunhado Leonel Brizola, agora deputado federal, defendeu a política de reforma de base, com atitudes mais radicais que Jango. No Rio Grande do Sul, fora eleito Ildo Meneghetti, que

era contra as posições tomadas por Jango e Brizola. Em março/abril desse mesmo ano, o exército deu o golpe militar, obrigando Jango e Brizola a refugiar-se no Uruguai, após osso foi implantada a Ditadura Militar que durou até 1985.

Nesse estudo, utilizamos a obra de Pesavento por apresentar a História do Rio Grande do Sul até o ano de 1964, e se enquadrar no tempo em que se desenvolvem os fatos apresentados na trilogia do gaúcho a pé. O que observamos, ao realizar essa análise literária-histórica, é que apesar de alguns personagens viverem em épocas históricas distintas e serem de classes sociais diferentes, os problemas que enfrentam, na grande maioria das vezes, se repetem. Dessa maneira os tempos mudam, mas as questões a serem resolvidas permanecem as mesmas. As épocas mudam e o poder permanece nas mãos das mesmas pessoas opulentas que seguem seu domínio aos mais fracos e menos privilegiados financeiramente.

Ao utilizar fatos literários e históricos, torna-se possível obter novos conhecimentos, concepções e valores diferentes dos já estabelecidos, pois a Literatura trabalha com o homem, seus sentimentos e emoções, o que empresta à História uma nova maneira de se ver o mundo. Desse modo, nos é permitido que alguns fatos sejam recontados sob uma nova ótica, um novo ponto de vista com um conhecimento original e incomum do mundo e dos seres humanos.

As esperanças de uma mudança para as crises econômicas, sociais e humanas enfrentadas repetidamente ao longo da História nos vêm porque, assim como nas obras literárias estudadas, sempre haverá alguém na luta em favor dessas classes oprimidas. Sempre haverá um Dr. Alcides, de *Porteira fechada*, que deposita esperança e fé em uma transformação social, expõe suas brilhantes ideias e lega novas formas de agir e pensar às gerações futuras, pois, apresenta maneiras de analisar e apontar possíveis soluções para os problemas sociais que se apresentam.

Personagens essas, que ensinam ao leitor as diferentes formas de se ver a vida, de vivê-la, e expressam extraordinárias concepções do ser - humano. Criadas, obviamente, por alguém que realmente entende o homem, seus instintos e suas emoções na vida individual e em conjunto: Cyro Martins. Esse autor defende os menos favorecidos, em uma sociedade autoritária e egoísta deixando um ideal para que o leitor possa se apropriar e lutar diante das dificuldades de seu tempo:

“Nesta crise tão prolongada e tão asfixiante, conforta-nos a crença de que, quaisquer que sejam as artimanhas dos ‘coronéis’, os instintos de liberdade do povo não deixarão nunca de se expandir e crescer, como esses umbus gigantes das nossas taperas, que resistem aos tufões, às geadas e aos sóis calcinantes, enquanto tudo esboroa em redor!” (1993, p.118)

3. AS VOZES AUSENTES: PERSPECTIVAS DAS PERSONAGENS FEMININAS GAÚCHAS EM CYRO MARTINS

3.1 A História da mulher

Nesse capítulo, enfocamos as personagens femininas de *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*. Buscamos analisar a vida da mulher gaúcha apresentada nos romances, como eram as regras da sociedade, conceitos e valores a que eram submetidas e como eram tratadas pelo companheiro, quais eram suas obrigações e funções na sociedade gaúcha do início do século XX. Primeiramente apresentamos um estudo introdutório sobre a história da mulher. A principal autora que utilizamos nessa pesquisa é Rosalind Miles em sua obra *A história do mundo pela mulher*, e demais autores que vieram a contribuir para o assunto em questão.

Após essa retomada histórica que reflete as mudanças e transformações enfrentadas e vividas pelas mulheres durante séculos, voltamos nossa atenção para as personagens das narrativas literárias em estudo. Nelas, buscamos analisar as situações de opressão que enfrentam as personagens na projeção da sociedade rio-grandense do Sul do início do século XX realizada pelo autor Cyro Martins.

Nosso enfoque principal nessa análise é verificar de que maneira as personagens femininas vivem em uma sociedade extremamente rígida, machista e autoritária, regida por conceitos opressivos principalmente com o sexo feminino. Para isso consideramos a opinião de Fábio Lucas quando afirma que “[...] a personagem pode exprimir, em côres vivas, um conflito essencial da sociedade.” (1970, p. 51)

Rosalind Miles salienta que a mulher sempre foi excluída da história, raramente encontramos registros que retratam a participação feminina nos acontecimentos e transformações sociais. Mas sabemos que a mulher sempre existiu, e, portanto, estava presente nos grandes fatos históricos que hoje temos conhecimento. Dessa maneira, a mulher também fez a história:

O passado de nosso mundo está atulhado de incontáveis histórias de Amazonas e rainhas assírias guerreiras, deusas-mães e Grandes Elefantas, concubinas imperiais que subiram até governar o mundo, cientistas, psicopatas, santas e pecadoras, Brunhilds, Marie de Branvilliers, madre Teresa, Chiang Ch'ing. (MILES, 1989, p. 09)

Porém, apenas no século XIX começou o reconhecimento do papel histórico-social da mulher, já que antes disso eram os homens que na maioria das vezes, registravam, definiam e interpretavam os fatos. Devido a isso o domínio da história pertencia ao sexo masculino que retratava os grandes feitos de homens governantes e gênios, excluindo e sufocando diversas vozes femininas. Essa atitude machista acabou por sufocar muitas ideias e opiniões femininas que poderiam acrescentar novos conhecimentos aos atuais.

Rosalind Miles cita que as mulheres constituem a maior gênero de oprimidos que se tem notícia. Devido a essa opressão, os interesses masculinos e femininos sempre divergiam e o bom desenvolvimento de um significava uma baixa no desenvolvimento do outro: “Não é paradoxal que períodos históricos de grande progresso para os homens tenham muitas vezes, implicado em perdas e recuos para as mulheres” (MILES, 1989, p. 11).

Algumas mulheres permitiam a dominação masculina pelo fato de serem sobrecarregadas com as tarefas que lhes cabia e mais a maternidade, que envolvia tempo e proteção, proteção essa, que aceitavam vinda de seu marido. Dessa maneira, durante séculos a mulher foi sujeitada fisicamente e economicamente ao poderio masculino, sendo concedido aos homens, inclusive, o direito de matá-la sob suspeita de adultério.

[...] a dominação masculina foi elaborada em todos os aspectos da vida, sendo, na verdade, reinventada a cada época com vasta bateria de arazoados religiosos, biológicos, ‘científicos’, psicológicos e econômicos que sucedem na tarefa sem fim de justificar a inferioridade da mulher em relação ao homem. (MILES, 1989, p. 12)

De início, as mulheres primitivas, segundo registros históricos, possuíam mais liberdade e igualdade do que as de certas culturas que viriam se impor mais tarde. Nos tempos primitivos a mulher desenvolvia muitas atividades. Arqueólogos citam que na Idade da Pedra as mulheres ocupavam-se com tarefas como: coletar comida, cuidar dos filhos, trabalhar com couro fazendo roupas e demais artigos com peles de animais, cozinhar, fazer artesanatos como potes e cestas com cerâmica, capins, cascas de árvores e fibras, além de enfeites com dentes e ossos como colares, construir abrigos, fabricar as ferramentas necessárias para a sobrevivência dos seus, utilizar ervas para tratamentos medicinais. Além disso, elas

trabalhavam junto com os homens e não eram exploradas em seu trabalho, não havia fetiches sobre virgindade, nem existia a exclusividade sexual.

O primeiro pensamento simbólico de que se tem notícia é o da mulher endeusada. Deus era uma mulher para os povos primitivos, que a chamavam de “Grande Deusa”, reverenciando-a com mitos e cultos. O principal fato que contribuiu para a exaltação do feminino foi o nascimento, pois antes de compreender o processo de reprodução, os bebês simplesmente nasciam das mulheres, portanto, a mulher era responsável pela vida e sua continuidade. Por causa dessa falta de conhecimento sobre a reprodução humana, as mulheres possuíam o poder, tinham o controle do dinheiro, das propriedades, possuíam direitos conjugais respeitados e gozavam de liberdade.

Esse poderio feminino durou até o homem entender o processo de reprodução. A partir daí surgiu uma guerra entre os sexos que dividiu a sociedade por milênios. Os homens não buscavam a igualdade e sim a superioridade masculina, já que eles eram os filhos da Deusa, pois carregavam a “semente” da vida que cabia a mulher receber e servir-lhe como uma terra de plantio. Para esse fim, os homens usaram da morte e destruição, articularam ataques contra a natureza feminina e aos seus direitos, levaram as mulheres a um nível de quase servidão, como se fossem propriedade desses grandes filhos da Deusa: “Os novos sistemas social e mental, roubavam-lhes sua liberdade, autonomia, controle, e até mesmo o mais básico direito de controle do próprio corpo. Pois elas agora pertenciam aos homens – ou antes, a um homem”. (MILES, 1989, p. 77)

Com o surgimento do Judaísmo e do Islamismo em aproximadamente 600 ac – 600 dc, as mulheres sofreram um grande impacto, pois em qualquer sistema – judaísmo, confucionismo, Budismo, Cristianismo ou Islamismo – os homens eram apresentados como santos, filhos de um Deus único. Essa crença em um Deus único criava uma relação de poder do mais forte sobre o mais fraco quase indestrutível. É importante salientar que qualquer um desses sistemas religiosos enaltecia a supremacia masculina ante a inferioridade feminina.

A auto-elevação do homem transformou a mulher num ser inferior e a excluiu de tudo era considerado importante. A fé em um único Deus fazia acreditar que homens e mulheres eram seres opostos e, portanto, se o homem era o escolhido por Deus e possuidor de toda força e virtude, a mulher era considerada defeituosa e fraca:

[...] pois se os machos corporificam um certo grupo de características, e se com típica modéstia eles reclamam para si toda a força e todas as virtudes, então, necessariamente, as mulheres são criaturas opostas, e menores: fracas onde os homens são fortes, medrosas quando eles são bravos e estúpidas quando eles são inteligentes. (MILES, 1989, p. 112-113)

Com isso, as mulheres perderam seus direitos em escolher o companheiro e a separação de casais era, exclusivamente, uma vontade masculina. Além disso, elas eram proibidas de sair de casa, sujeitavam-se a toda e qualquer vontade do homem e foram consideradas inferiores e condenadas perpetuamente da condição de seres humanos. Por isso, o ataque ao corpo feminino é uma das consequências mais marcantes da história das mulheres, principalmente nessa sociedade onde prevalece o poder monoteísta patriarcal:

Na luta pela supremacia, as ideologias em botão tiveram a feliz inspiração de mudar o campo de batalha para uma área na qual até hoje as mulheres sentem-se expostas e vulneráveis – o corpo feminino. Virulentamente atacadas em função e através de seus seios, cadeiras, coxas e acima de tudo sua “vagina insaciável”, muitas mulheres foram perdidas para além de qualquer esperança de recuperação. (MILES, 1989, p. 116)

Na sociedade monoteísta, a mulher era vista como mera reprodutora e somente essa era a sua função, para isso houve uma grande influência de literatura ideológica, religiosa, social, biológica e psicológica pregando que o sexo feminino era em tudo inferior ao masculino. Para comprovar essa ideia, os homens atacavam o corpo feminino com a intenção de causar insegurança na mulher, já que esse é o local da sua individualidade. Vários são os escritos que comprovam os maus-tratos e violências sofridas pelas mulheres porque eram consideradas perigosas, seus cabelos poderiam provocar o sentimento de luxúria, seu rosto era uma armadilha de Vênus, mas sua arma mais potente era a língua, de modo que por muito tempo elas foram proibidas de falar.

O corpo feminino era visto como fonte de poluição, infecção e contaminação do homem, isso explica a violência sexual a que as mulheres eram submetidas: “Pois para a maioria das mulheres, criada na ignorância quanto ao que esperar, sem conhecer o homem em questão, e mal saída da infância, se tanto, a introdução à experiência sexual deve ter sido traumática”. (MILES, 1989, p. 128)

Michelle Perrot em *Os excluídos da história*, comenta sobre esse silêncio feminino citando uma ideia de Georges Duby: “[...] as mulheres se mantêm objeto do poder masculino,

elemento de troca nos arranjos matrimoniais e, finalmente, muito silenciosas. ‘Fala-se muito. O que se sabe delas?’, pergunta ele em conclusão.’ (1992, p. 171)

No entanto é importante ressaltar que nem todas as mulheres aceitavam as condições impostas e alguns homens já começavam a defender que a mulher deveria ler e escrever, pois, no fim da Idade Média o conceito de poder estava mudando, a força bruta desvalorizava-se. Dessa maneira, a mulher percebeu uma forma de mudar seu destino através do conhecimento, transmitido através da escrita e da leitura, por isso “[...] a principal via de escape da mulher para o mundo maior do conhecimento residia paradoxalmente atrás das portas trancadas de uma comunidade enclausurada”. (MILES, 1989, p. 149)

Os conventos europeus obtinham a dominação e poderio da sociedade patriarcal e representavam para as mulheres a única maneira de fugir da maternidade, do casamento forçado e da tirania dos pais. Como abdicavam de sua vida sexual, as religiosas eram invioladas, portanto, idolatradas por homens e mulheres, isso lhes fornecia certos poderes de liderança além dos políticos, que, como cita Perrot, permaneceu durante anos nas mãos dos homens para que houvesse “equilíbrio” social: “O poder político é apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado.” (1992, p. 175)

À medida que as mentalidades foram evoluindo o terror sexual envolvendo a mulher foi diminuindo. Essa mudança na forma de pensar dos homens na época ocasionou, porém, outra falsa ideia: a de que o cérebro feminino era fraco em comparação com o masculino e, por isso, muitas mulheres que tinham conhecimento de Química, Alquimia, Botânica, Astrologia, Ciências Naturais e Farmacologia eram consideradas feiticeiras, com poderes sobrenaturais para saberem tanto, já que sua inteligência era limitada.

A penalidade para a sabedoria feminina era a morte. Muitas mulheres que tiveram coragem de lutar contra a sociedade patriarcal e expressavam seus pensamentos e opiniões, além de criticarem as desigualdades entre os sexos, eram queimadas, enforcadas ou decapitadas em cerimônias públicas para que servissem de exemplo à outras mulheres, intimidando as demais para que não buscassem esse tipo de conhecimento, que deveria pertencer exclusivamente ao domínio masculino.

Juntamente com essa revolta feminina, em diversas partes do mundo, as mulheres começavam seu poderio político como, por exemplo, Branca de Castela, que governou a França em 1226. Em várias sociedades surgiram mudanças na mentalidade dos homens e das mulheres, que entendiam o conhecimento como a única forma de libertação da tirania em que viviam: “Com a emergência do mundo moderno, o conhecimento desdobrou-se como a estrada principal para a liberdade e o futuro.” (MILES, 1989, p. 164)

Mesmo com todas essas mudanças na forma de agir e pensar da sociedade houve resistência à educação feminina no início da Idade Moderna. Na convicção de que as mulheres não tinham função fora do casamento, a sociedade não via a necessidade de educá-las se para conceber, gerar e criar os filhos, além disso não havia uma vantagem econômica em ensinar novos conhecimentos a quem não sairia de casa para trabalhar.

No início do século XVI o mundo passava por mudanças. A principal era o processo de descoberta de novas terras através das grandes navegações. Nessa época o homem estava preocupado em descobrir novas fronteiras, com isso, suas mulheres eram responsáveis em, além de cuidar dos filhos, ordenar vacas, lavrar os campos, lavar, assar, limpar, cozinhar, cuidar dos doentes, preparar os mortos, entre tantas outras tarefas. Indiferente do país a qual pertencia, os afazeres femininos eram desvalorizados, assim, ver uma mulher amamentando ou limpando o chão era tão natural quanto o ato de respirar, e tanto quanto o ar que respiramos mereceu pouca atenção durante séculos, foi pouco estudado.

Faz poucos anos que a história da mulher passou a ser estudada. Ela só ganhou destaque quando as pessoas se conscientizaram que nas atividades e grandes feitos históricos, que envolviam guerreiros, descobridores, reis e papas, estavam as mulheres sustentando a base da verdadeira história, mesmo sem saberem a importância de seu papel:

Pois em todas as épocas elas simplesmente faziam o que precisava ser feito, fosse o que fosse. As mulheres jamais questionaram, por exemplo, o fato que, já sobrecarregadas com parcela desigual no trabalho da procriação da raça, tivessem que trabalhar também nos campos e fábricas – nem tampouco seus papéis de esposas, mães e donas-de-casa também implicassem em quantidade desproporcional e grande variedade de outros tipos de trabalho – doméstico, social, médico, educativo, emocional e sexual. (MILES, 1989, p. 175)

É preciso salientar que a mulher da cidade possuía certas mordomias que as campesinas não tinham. Na cidade a mulher podia receber certo grau de instrução, enquanto no campo

milhares trabalhavam e morriam em condições péssimas, sem ninguém para apontar por escrito o que sentiam, seus desejos, medos e frustrações, de modo que dessa classe houve poucos registros de sua condição de vida, sobraram somente os documentos que resistiram ao tempo e persistiram até que a história da mulher interessasse aos pesquisadores.

O interessante é que mesmo antes da revolução industrial, as mulheres faziam todo e qualquer tipo de trabalho, atuando em campos, minas, lojas, estradas, mercados, oficinas e em casa. Viviam ocupadas e nenhum trabalho era considerado em demasia para elas. Algumas inclusive utilizaram o comércio como meio de vida, já que sabiam as necessidades de sua família, saíam até os mercados para a venda daquilo que não havia necessidade em seu lar.

Foi durante os anos da época pré-industrial que surgiram as primeiras mulheres profissionais e as precursoras do trabalho intelectual remunerado. Indiferente do trabalho que assumia, a mulher desempenhou com competência e grande empenho de modo que

Conquanto o homem controlasse a terra de modo geral, seu controle não negava à mulher uma participação importante no processo de arar, plantar e crescer que estava acontecendo; e as mulheres, por seu lado, controlavam o produto, tanto no micronível do lar, quanto no macronível da disposição do excesso por troca ou comercialização. (MILES, 1989, p. 196)

No século XVII começam as grandes revoluções. Na conquista de novos territórios as mulheres auxiliaram os homens durante as lutas numa participação igualitária, sem se abalar com os preconceitos existentes de fraqueza física e incompetência mental, pois o sexo masculino ainda era tido como o melhor, mais forte e inteligente:

Mas na era de revoluções na qual agora o mundo estava entrando, esse foi apenas um dos muitos lembretes às mulheres que, embora todos devessem ser iguais na nova comunidade revolucionária, alguns nasceram com aquela coisinha que os fazia um pouco mais que os outros. (MILES, 1989, p. 205)

Mesmo que na coletividade a ação feminina tenha sido pouco valorizada, individualmente, as mulheres eram muito úteis, pois lutavam como soldados na proteção de suas propriedades, além de auxiliarem nas batalhas e cuidarem dos combatentes feridos. Dessa maneira, as mulheres sempre estiveram presentes e fizeram seu papel da melhor maneira possível: “Pois as mulheres lá estiveram, como anjos anotadores dos fatos, como deusas vingadoras, ou como monstros furiosos (dependendo do ponto de vista do observador) desde o início da luta.” (MILES, 1989, p. 207)

Com a mudança da economia agrícola para a industrial, a valorização da cidade e o descaso com o campo, a mulher saiu da casa para o trabalho fabril que lhes submeteu a ocupações exploradas, inferiores e de carga horária maior que a dos homens. Em todo lugar as mulheres trabalhavam mais por menores salários. O argumento utilizado pelos empregadores sobre os baixos salários das mulheres era a sua falta de preparo para o emprego devido à educação inadequada. Dessa maneira, a perspectiva de futuro da grande maioria do sexo feminino era o casamento ou a vida nas ruas. A falta de qualificação ocasionava a exclusão política, o que tornava impossível às mulheres qualquer reforma de direito à educação, à uniformidade salarial ou igualdade diante da lei.

Durante a Revolução Industrial as mulheres foram projetadas de suas vidas de trabalho rotineiras no lar para o trabalho da fábrica, sua disciplina e rigidez. O trabalho fora se tornou uma necessidade, pois só com seus salários era impossível sobreviver, obrigando-as, portanto, a ficarem presas ao matrimônio pela necessidade da sobrevivência, dessa maneira os homens ainda conservavam seu domínio:

Toda revolução é uma revolução de idéias – no entanto, inovar não é reformar. As revoluções do século XVIII, tão diferentes umas das outras em alguns de seus aspectos mais profundos, mesmo assim tiveram uma verdade singela em comum – todas elas foram a revolução para alguns, não para todos. E apenas algumas idéias foram derrubadas [...]. Das que sobreviveram, a mais resistente e duradoura foi a da superioridade natural do homem. (MILES, 1989, p. 224)

No o período de colonização, as mulheres estiveram sempre presentes, não só pela mão-de-obra para o trabalho, mas principalmente para a reprodução, já que os territórios de colonização apresentavam climas hostis e doenças, o que facilitava a morte infantil. Na vida nos impérios, as mulheres desenvolveram toda espécie de novas habilidades com a mesma facilidade que aprendiam os serviços domésticos, essas habilidades constavam de maneiras de sobreviver no local onde ocorria a colonização. Dessa maneira, muitas mulheres aprenderam a cavalgar em mulas, camelos, cavalos, bois, ou elefantes por distâncias imensas, a navegar à noite e enfrentar todo tipo de crise que aparecesse no novo mundo. A vida da mulher dos colonizadores e construtores de impérios era muito dura.

No século XIX as novas condições de trabalho que surgiram serviram para afastar mais a mulher de seu marido e de seus trabalhos domésticos pois, com um crescente

desenvolvimento, a ciência ficou com poder de definir o que era natural e normal no mundo. À mulher foi oferecido um status de segunda classe, pois a ciência a considerava um ser frágil fisicamente e intelectualmente, uma vez que a “Craneologia”, havia descoberto que a massa cerebral do homem era maior que a da mulher. O cérebro masculino era, portanto, mais inteligente que o cérebro feminino. Devido a isso, as mulheres que forçassem em demasia a utilização do seu cérebro podiam ter consequências gravíssimas: “[...] diátese (nervosismo), clorose (‘doença verde’ ou anemia, histeria, tamanho mirrado e magreza excessiva eram o menos que elas poderiam esperar por, sequer, tocar numa página de Catulo.” (MILES, 1989, p. 265)

As leis do século XIX foram as mais opressivas à emancipação feminina. Porém, mesmo com essa opressão, as mulheres conseguiram alguns de seus direitos, como o voto e o acesso à educação:

E sem dúvida falaram, levantando suas vozes por toda parte em favor da educação, da reforma das leis, do emprego, dos direitos civis e acima de tudo, do “Voto para as Mulheres!”. [...] as mulheres foram admitidas aos colégios secundários, às universidades e às profissões; receberam seus direitos à propriedade e às leis do divórcio antes que lhes fosse concedido o sagrado símbolo da cidadania plena. (MILES, 1989, p. 280)

No século XX do mundo cristão, permanecia a crença na superioridade do masculino: “Todas as mulheres continuavam a aprender no colo de suas mães que os homens eram mais importantes” (MILES, 1989, p. 259). Os homens estavam com medo de que a mulher conseguisse, pelos direitos conquistados, libertar-se da tirania sofrida e tornar-se um indivíduo autônomo. Esse receio masculino começou a concretizar-se, pois, nesse mesmo século, a luta feminina começou a dar resultado e a mulher conquistou o direito de recusar casar e ter filhos, com a descoberta da pílula anticoncepcional “[...] que consistiu em um impacto capaz de mudar um número de vidas tão grande quanto qualquer outra revolução deste século.” (MILES, 1989, p. 313)

Cyro Martins, nosso autor em estudo, comenta que a invenção da pílula anticoncepcional foi a responsável pelo fato de a mulher perceber as suas potencialidades, o que auxiliou em grande parte para o seu desenvolvimento e reconhecimento. Ao poder optar em ser mãe ou não, a mulher ocidental não tolerou mais o seu confinamento e começou a buscar igualdade: “A mulher principiou a prestar mais atenção sobre si mesma como ser

biológico, em especial às suas funções sexuais, e partiu em busca de aprendizado objetivo acerca da natureza do seu ciclo hormonal e das vicissitudes da feminilidade.” (1984, p. 12)

Aos poucos as mulheres conseguiram ir adentrando nas atividades sociais e políticas da sociedade principalmente em épocas de mudanças e crises nos sistemas vigentes do poder. Dessa maneira, elas iam se infiltrando e penetrando na vida pública, em períodos de inquietação e desordem como mudanças sociais e guerras, já que era nesses momentos que surgiam espaços e que tornava-se necessário a atuação feminina em diversos setores da vida econômica e social. Por isso, são poucos registros históricos em que aparece a voz feminina, uma vez que foram sempre os homens que organizaram as atividades públicas e de trabalho, e houve pouca aceitação e possibilidades para a mulher exercer alguma ação política.

Por isso ao voltarem sua atenção para os fatos passados as mulheres percebem que sua história precisa ser a todo tempo reinventada e redescoberta. Os sofrimentos femininos foram muitos, até nos dias atuais, percebemos que a igualdade sexual não existe totalmente, ainda há sistemas de dominação que situam o homem acima da mulher em diversas sociedades do mundo:

Em lugar nenhum sociedade nenhuma acabou realmente com a arcaica divisão do trabalho segundo o sexo, ou com as recompensas em bens e poder que a acompanham. Em lugar nenhum as mulheres gozam dos direitos, privilégios, possibilidades e lazer de que gozam os homens. Em toda parte o homem ainda se interpõe entre a mulher e o poder, a mulher e o estado, a mulher e a liberdade, a mulher e si mesma. (MILES, 1989, p. 330)

A História da mulher acima relatada e estudada se refere às mulheres européias e parece ter pouco em comum com a história da mulher gaúcha, mas sabemos que o Brasil foi um país colonizado em grande parte por sociedades européias que traziam seus costumes, tradições e sua organização patriarcal. Esses imigrantes localizaram-se, principalmente na região sul, por isso o Rio Grande do Sul foi um Estado que, durante séculos, adotou os costumes europeus, principalmente no que se refere a maneira de tratar a mulher.

Cyro Martins, em sua Trilogia do gaúcho a pé, retrata a péssima situação do homem do campo no início do século XX, pois adentravam os campos do Rio Grande do Sul a tecnologia. Esse avanço da indústria começava a causar o êxodo rural e o aumento da população urbana, o que gerava uma situação de desemprego e empobrecimento das

populações rurais desse Estado. Esse autor descreve com sabedoria e conhecimento essa crise enfrentada pelas famílias gaúchas nas primeiras décadas do século mencionado, mas o que nos interessa em suas obras é, principalmente, a situação da mulher gaúcha desse tempo. Temos pouquíssimos registros históricos que comentam a situação da mulher nessa época, razão pela qual usamos a literatura como meio de conhecimento e entendimento dessa sociedade patriarcal.

3.2 A mulher nos romances *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*

3. 2. 1 O silêncio feminino em *Sem rumo*

Com *Sem rumo*, Cyro Martins inicia a trilogia do gaúcho a pé, que consta também das obras *Porteira fechada* e *Estrada nova*. Já analisamos que o enredo de *Sem rumo* inicia em aproximadamente 1923 e estende-se até 1933 ou 1934, também já comentamos no estudo anterior que a história se passa na Estância do Silêncio, propriedade de Nicanor Ayres, considerado um bom patrão pelos peões e demais serviçais.

O personagem central do romance é Chiru, menino que sempre viveu na fazenda e não sabe sua origem, de seu parentesco sabe apenas que é afilhado de seu Nicanor, mas não possui regalias por essa proteção, vive como os demais peões do local. Na fazenda também trabalham outros personagens como Clarimundo, companheiro de Evarista, Maria e Manuel, que são casados, o viúvo Tomás Barbosa com os filhos, as empregadas Siá catarina e Leonor e os demais peões como Chiru: o anão Velasquez, o velho João Antônio, Felipe, Florindo, o negro Quileto e outros que não são mencionados mas que existem na obra porque são citados. Em uma lide campeira, em que os peões precisavam atravessar um rio, há dez cavalos que realizam a tarefa, mas em toda obra aparecem somente os nomes de Clarimundo, Chiru, Felipe e negro Quileto como aptos a realizarem o serviço campeiro: “Dez encontros de cavalos em fila começaram a cortar a corrente” (1997, p.61). Supõe-se, dessa maneira, que a fazenda tinha mais agregados que não são personagens da história narrada.

Doente e velho, seu Nicanor obriga-se a ir embora para a cidade em busca de um maior conforto e tratamentos médicos, deixando a estância aos cuidados de Clarimundo, seu

capataz, que é um homem extremamente severo, autoritário e violento. Em determinado momento surra Chiru, já moço, com agressividade. O jovem não aceita os maus-tratos recebidos e decide ir embora da Estância para juntar-se a uma coluna revolucionária da Revolução de 23 que passava perto da Estância naquele dia. Como não consegue alcançar as tropas, Chiru aloja-se na pequena chácara de Tomás Barbosa, o chacareiro antigo da Estância do Silêncio, que tem um filho carreteiro.

Após essa estadia na casa de Tomás Barbosa, a história toma novos rumos e Chiru já é carreteiro há dois anos, empregado de André Barbosa, filho de Tomás. Já está adulto o Chiru, encorpado e aparentemente mais maduro: “Estava entroncado e de braços grossos, bem outro, o Chiru.” (1997, p. 88). Esse seu emprego, porém, dura pouco, o rapaz é despedido porque bebe em serviço. A partir daí começa seu processo de ruína e decadência, pois não consegue permanecer por muito tempo em nenhum emprego. No último, de boteiro, não teve êxito por motivos políticos.

Com o passar do tempo, Chiru forma família com Alzira, filha dos posteiros da Estância. Isso ocorre quando ele se vê desnorteado e sem emprego, o que o leva a voltar aos pagos da infância para reviver boas lembranças. Ao retornar encontra Alzira a banhar-se no rio e sente desejo pela moça, enlaça-a pela cintura e a leva para viver com ele na cidade. Alzira, porém, já o esperava há alguns dias, pois os dois já haviam combinado a fuga há tempos. Na cidade o casal tem um filho, Joãozinho. Após passar por diversos empregos fracassados Chiru trabalha na construção de uma linha férrea, de onde também é despedido por motivos políticos. Seu chefe, na construção, era ninguém menos que Clarimundo, o capataz que o agrediu na Estância. No final da obra, Chiru e sua família estão partindo desse último emprego, a pé, sem rumo.

Chiru é um personagem que representa a população pobre de um Rio Grande do Sul em crescente transformação sócio-econômica, ele está decadente, humilhado, marginalizado, desempregado e sem perspectiva de um futuro melhor na cidade. As exigências da vida cidadina, o fazem terminar na miséria, na periferia dos centros urbanos.

Nessa obra encontramos muitos casais, alguns são casados, outros vivem juntos sem a documentação que estabelece a união conjugal, são eles: Clarimundo e Evarista, Manuel e Maria e Alzira e Chiru. Vamos analisar cada um desses casais, com o objetivo de verificar a

maneira como se dá a relação homem/mulher nas situações apresentadas na obra. Também buscamos constatar como era o tratamento do companheiro e da sociedade em geral, com as mulheres desse tempo na Literatura ficcional. Dessa forma se enquadram em nossa análise igualmente as mulheres solteiras que participam ativamente do enredo.

Clarimundo e Evarista vivem na Estância do Silêncio em uma pequena casa, humilde e simples, coberta de capim, sem reboco, com paredes tortas e pequenas peças. Evarista trabalha de dona-de-casa e realiza todos os afazeres de uma mulher: cuida da casa, das galinhas, dos filhos, lava roupas, etc. Evarista não gosta da presença de Clarimundo em casa, vive amedrontada pelo companheiro, um homem seco, autoritário e violento.

De início o casal tinha um bom relacionamento. Clarimundo uniu-se com Evarista quando essa já tinha filhos, e isso não foi empecilho para o casal até que Florindo, um peão da fazenda, ridiculariza a atitude do capataz, zombando dos cuidados dele para com aquelas crianças que não eram seus filhos. Diante disso, o capataz sente-se envergonhado em assumir Evarista e os filhos, passa, então, a rejeitá-los com gestos e atitudes grosseiras e frias, apesar de ter um forte sentimento que o prende à mulher e o impede de abandoná-la:

Aquela mulher, com filhos que não eram seus – embora soubesse disso quando a ligou à sua vida – não lhe servia. Mas havia qualquer coisa, dentro de si, mais poderosa que a sua vontade, que o impedia de encilhar o pingo e ir embora, a qualquer rumo. (1997, p. 40-41)

Em consequência dessas atitudes, Evarista sente-se reprimida diante da figura agressiva do companheiro e só se atreve a acariciar os filhos quando ele não está em casa:

Àquela hora era a única em que cevava o mate ao marido com prazer! Não tardava, ele saía para o galpão, para as mangueiras, para o campo, para a lida diária, enfim, a dar ordens. Ficava depois tão bom aquele quartinho apertado de cozinha, paredes tortas, sem reboco, e coberta de capim. Então, ela podia chegar sem constrangimento ao catrezinho dos filhos e mimá-los, acariciá-los, sem pensar, por momentos, na inclemência da vida. E tinha todo o pátio para andar à vontade. Ficava ligeira, remoçada. (1997, p. 39)

Evarista vive angustiada, sem saber o que se passa na cabeça de Clarimundo que está sempre distante, frio e silencioso, até mesmo na hora do mate, de manhã, antes de sair para as lides. O silêncio dele torna o clima pesado entre o casal e não permite nenhuma expressão da mulher, que não se atreve a sequer olhá-lo no rosto: “Evarista ergueu mais o olhar. Viu o lenço encarnado enrolando o pescoço do marido. Viu o queixo pontudo, a boca, os lábios

finos e contraídos, o bigode arisco, o nariz reto. Aí parou. Não se atreveu a fitar-lhe nos olhos.” (1997, p. 40)

Infeliz com a situação em que vive, ela deseja profundamente que o companheiro se aborreça dela e de seus filhos, que desista da vida conjugal e que os abandone, mas teme que Clarimundo possa imaginar o que se passa em seu íntimo, isso a torna uma mulher oprimida e amedrontada até em pensamentos: “Evarista pensava assim, mas tremia só de imaginar que ele um dia adivinhasse o seu desejo. Sabia, Clarimundo era capaz de tudo, até... Surpreendeu-se fitando o cabo da adaga do marido.” (1997, p. 41)

Seus momentos de liberdade são quando o companheiro sai para o campo. Nessas horas Evarista sente-se dona de si e gosta de viver, diferente dos momentos em que se sente uma prisioneira com a simples presença dele:

Sim, ainda estava presa, acolherada à sorte daquele indivíduo, que nem ao menos a temia, embora a odiasse. Se ele tivesse receio de sua traição e temesse uma punhalada bandida, ao menos estariam em igualdade de condições. Mas não. Era só ela, a amedrontada! (1997, p. 43)

Numa sociedade machista como a que vivia Evarista, ser mãe solteira era sinônimo de desvalorização e repressão feminina. No sistema patriarcal, a gravidez antes do casamento era vergonhosa, atribuía à mulher o conceito de fácil, prostituta. Esse foi o fator básico que levou Clarimundo ao distanciamento da mulher e dos filhos mesmo que a amasse. Evarista foi marginalizada e repudiada pelo companheiro devido aos valores impostos pela sociedade.

Outro casal da história é Manuel Garcia e Maria. Esse casal parece ter um bom relacionamento. Manuel morou na cidade, trabalhou no comércio, em firmas, foi reservista do exército e funcionário do banco, é um homem que sabe ler, e por isso, recebe um convite do coronel Dutra para ser o professor rural daquele distrito. Para deixar de lado a vida de chacareiro, vista pelo coronel como “[...] vidinha miserável, própria de indivíduos incapazes [...]” (1997, p. 67), deve em troca, votar no Dr. Borges de Medeiros, já presidente do Estado e chefe do Partido Republicano. Em sua visita a Manuel o coronel Dutra almeja conseguir mais votos para o partido e por isso, convence o chacareiro de que ele é o homem certo para o cargo de professor, já que tem caráter e sabe ler. Manuel Garcia, por sua vez, vê nessa proposta possibilidade de adquirir respeito e prestígio na vizinhança. Crê que esse trabalho

resultará em uma maior influência sua no distrito em que vive, e acaba por desistir do trabalho rural e aceitar a nova profissão.

Maria, esposa de Manuel, é a típica mulher de agricultor. Ela auxilia o marido nos serviços rurais: “Os bois, que Manuel e a mulher repontavam, pararam, enrolando a língua no pastical orvalhado da beira do cercado.” (1997, p.65). Quando o coronel Dutra chega, ela se retira para deixar os homens conversarem e, ao perceber que o coronel foi embora, ela segue o marido sem ele perceber, ao vê-lo soltar os bois do arado interroga-o sobre o porquê de sua atitude já que o serviço se atrasará. Ao perceber um comportamento diferente no marido frente a sua pergunta interroga-o com certo espanto: “O que é que tu tem, meu Deus do céu?” (1997, p. 69), ele lhe informa, então, a nova profissão que irá exercer.

Maria não gosta dessa atitude do marido, preocupa-se com o sustento da casa, percebe que Manuel está iludido com a conversa do coronel e tenta alertá-lo: “Tão de bobeando, home! Isso são lorotas...” (1997, p. 69). Manuel não a ouve, está a pensar em sua nova e importante posição.

A preocupação de Maria se confirma quando Manuel Garcia cai em si, vê que a profissão de professor rural não é promissora e se arrepende de ter vendido os bois que puxavam o arado no serviço da lavoura:

Manuel Garcia ficou parado na porta, bestificado diante do espetáculo. O que seria dele, do seu colégio, da sua vida, depois que os alunos aprendesse o ABC? Quem o mandara ser tão estúpido a ponto de vender baratinho o “laranja” e o “andorinha”? além do ABC tudo era uma cerração para ele.” (1997, p.72)

Podemos entender a relação de Manuel Garcia com Maria por não ser tão opressiva pelo fato de ele ser da cidade onde teve acesso a outros conhecimentos, culturas e à leitura. Manuel permite que a esposa se expresse, e isso nos leva a perceber que Maria possui uma visão da realidade e da vida tal qual ela se apresenta, com muito realismo, o que a leva a não crer nas promessas do coronel Dutra. Ela é uma mulher que fala, extremamente lúcida.

Apesar de ser uma mulher inteligente e perspicaz, sua opinião não importa ao marido, ele é quem toma as decisões, mesmo que essas envolvam o futuro de toda a família. Maria, mesmo que viva em melhores condições comparada a Evarista, também sofre com os valores

impostos pela sociedade, pois, mesmo que fale, não é ouvida, é oprimida, não tem voz ativa, vive em função da casa, do marido e dos filhos.

O casal Alzira e Chiru merece destaque em *Sem rumo*. A jovem Alzira sempre viveu no campo, a auxiliar sua mãe no serviço da casa. Ela sente-se presa e só naquele fundo de campo, não gosta da solidão em que vive, onde nem mesmo segredos é possível existir entre ela e sua mãe já que não há novidades naquela vida rotineira de rincão: “E que segredos iam ter elas, trancafiadas toda vida naquele rincão?” (1997, p. 103)

Ao tomar banho na sanga próxima a sua casa, a menina reencontra Chiru, antigo amor juvenil, que rumava à cidade na busca de uma vida melhor. A jovem vê nisso a oportunidade de conhecer algo novo, de mudar de vida, e vai com ele, porém decepciona-se ao conhecer a cidade. É a primeira vez que ela entra num povoado e imagina encontrar muito requinte e conforto, mas se depara com a miséria da vida citadina, casas velhas sem reboco, bêbados e ruas estreitas. Sua casa é de um lance, um rancho de capim e torrão.

Chiru e Alzira têm um filho. A moça cuida dos serviços caseiros enquanto Chiru é boteiro, faz fretes entre Brasil e Uruguai. Essa profissão, porém, não lhe agrada, pois, se reconhece como um homem do campo, que já experimentara a liberdade e largueza da vida na campanha:

A sua sina tinha que ser outra...outra...bem outra! Os filhos da puta! Quem? Todos. Fodam-se! Não nascera para viver arrodando o povo. Carregava no sangue um perpétuo apelo á vida que mal esboçara na campanha, guri ainda. Agora, os seus vizinhos, que viviam (viviam?) amontoados na imundície daquelas bibocas, achavam que estavam bem de vida. A profissão de boteiro era das melhorzinhas por ali... Muitos o invejavam. Coitados, não tinham mais o que invejar! (1997, p. 110)

Alzira enfrenta com Chiru todas as dificuldades da vida e assiste a decadência do companheiro. Vive sem esperanças de um futuro melhor, jamais expressa seus desejos para Chiru, permanece calada, resignada com a vida que leva, aparenta não ter forças, ser tomada pela timidez e aceitar a condição sub-humana de miséria em que se encontra:

Quando o índio chegou ao rancho, à meia-noite, quase borracho, Alzira, de cócoras, assoprava os carvões do fogareiro para refogar o guisado. Ao vê-lo, levantou-se com dificuldade, que a barriga pesava. [...] Soprou uma viração fresca no oitão, arrepiando a quinha mal feita da cumeeira. Dentro do rancho ventava como na rua. (1997, p. 110)

À mulher, na sociedade, cabe a condição incontestável de cuidar do filho e do marido. Essa regra imposta à conduta feminina fica expressa na atitude de Alzira em um velório. Já cansada de segurar o filho, que não para de chorar, ela sente os braços cansados, uma certa fraqueza. Pensa em pedir ajuda ao pai da criança, mas ligeiramente muda de opinião ao verificar que na sala há mais mulheres com seus filhos no colo. Rapidamente se recompõe e torna a embalar Joãozinho.

Ela, como todas as personagens femininas até aqui mencionadas, é uma mulher sem coragem de tentar um destino melhor para sua família, pois mesmo com a possibilidade de voltar para o campo, onde vivem seus pais, acata as decisões do marido e vive uma vida de miséria, cuidando da casa, do companheiro e do filho. A moça também não sabe como seria sua recepção caso retornasse para o campo, porque sua atitude de fugir com um rapaz sem ser casada na Igreja é vista como uma postura indigna de uma boa moça.

Leonor e Siá Catarina também surgem no decorrer do enredo. Em nenhum momento da trama é mencionada alguma união conjugal de ambas. Em uma passagem são citados os filhos de Leonor e nunca o seu marido, de modo que podemos entender que ela é mãe solteira e, portanto, desvalorizada perante a sociedade. Siá Catarina e Leonor são negras e empregadas de seu Nicanor, auxiliam D. Eufrásia, esposa do fazendeiro, nas tarefas do lar na casa grande da Estância. Quando o patrão muda-se para a cidade, cabe às duas serviçais tomar conta da casa, abrir as janelas de vez em quando para arejá-la e evitar o mofo, lavar, passar, cozinhar e costurar.

Ambas presenciam a cena em que Clarimundo bate violentamente em Chiru e penalizam-se, sentem vontade de interceder e pedir pelo menino, de o defender das relhadas do capataz, porém, a única coisa que Siá Catarina consegue dizer durante aquela cena bruta é uma frase de aparente indiferença, com a intensão de disfarçar seu medo: “-Está quente a chaleira Evarista? Botou erva nova na cuia? Tu sabes como é esse teu marido.” (1997, p.80)

Siá Catarina assume o papel de mãe de Chiru e auxilia na criação do menino, por isso, ao fugir da Estância, ele admite que sentirá saudades da negra velha: “Siá Catarina, dormindo, a negra velha, nem sonhava com aquilo... Era só de quem levava saudade.” (1997, p. 82)

Essas duas mulheres, apesar de não serem casadas, desempenham o mesmo papel das esposas: lavam, passam e cozinham para os peões da fazenda. Também assumem o papel de mãe se esse for preciso, como no caso de Chiru. Suas vidas são rotineiras, são apenas serviçais, mulheres e ainda por cima negras, dois motivos que as impedem de serem ouvidas. Amedrontadas, limitam-se a realizar suas tarefas diárias silenciosas, sem nunca dirigir a voz ou pedir algo a algum dos peões do lugar.

Dessa maneira, todas as personagens femininas de *Sem rumo* são mulheres amedrontadas, sem voz e participação nenhuma na sociedade onde vivem. Passam seus dias a trabalhar, cuidar dos filhos, do marido e da casa. Quando expressam opiniões não são ouvidas, são menosprezadas e na maioria das vezes, não revelam o que pensam, vivem temerosas uma vida de silêncio na fazenda que já carrega esse nome: Estância do Silêncio. Sem perspectivas de um futuro melhor e sem esperança, apenas sobrevivem, desiludidas. Nenhum caminho aponta um novo horizonte com melhores condições de vida. Elas vivem sem rumo.

3.2.2 A luta das mulheres pela sobrevivência em *Porteira fechada*

O segundo livro da Trilogia do gaúcho a pé foi lançado em 1944, se intitula *Porteira fechada* e apresenta seu enredo no tempo de 1938, mas envolve situações anteriores, dos anos de 1917 a 1927.

Esse título refere-se à falta de esperanças em uma vida melhor de vários personagens da obra, o principal é João Guedes. João Guedes é um homem trabalhador, mas não encontra uma solução para seus problemas financeiros e não consegue dar uma vida digna a sua família. Ele é arrendatário de um pequeno pedaço de terra que pertence à fazenda de Seu Bento. Vive no interior de Boa Ventura, com a mulher Maria José e os filhos. Certo dia pela manhã, recebe a visita de Júlio Bica, fazendeiro da região, que vem comunicar ser o novo dono de duas quadras de campos pertencentes a Seu Bento, nessas duas quadras que agora lhe pertencem está o pequeno pedaço onde Guedes e sua família vivem.

Após três anos à procura de um lugar para viver com sua família no campo, já desiludido de encontrar, João Guedes, decide mudar-se com a mulher e filhos para a cidade de Boa Ventura, seu último recurso. Maria José parte antes que o marido para a cidade e aloja-se na casa da prima, amiga de infância e juventude, Querubina. Por causa do parentesco Maria José imagina que receberá auxílio da prima nesse momento difícil em que se encontra e fica na casa dela até que Guedes encontre uma casa para morarem.

Já de início Maria José sente a diferença de classe entre sua família e a de Querubina. A começar pelas filhas, as de Maria José permanecem acanhadas, ariscas, as mãos coladas ao corpo, a cabecinha torcida, sempre juntinhas, Maria Inês, filha de Querubina e Oscar, demonstra ser divertida, espontânea e muito comunicativa ao cumprimentar as visitas.

Oscar, por sua vez, é um homem de posses e bem sucedido, ao contrário de João Guedes que não consegue emprego na cidade, pois só sabe trabalhar em serviços campestres e não está preparado para as exigências da vida citadina. Para fugir da miséria em que vive bebe no boliche do Capitão Fagundes.

Fagundes é um ex-subintendente de um distrito de Boa Ventura, trabalhou como polícia rural durante anos, onde abusou de seu poder por motivos políticos, e usou da força bruta por motivos banais, foi agressivo e cometeu diversos crimes. Cansado da vida de polícia rural, ele recebe promessas de aposentadoria e decide abandonar o campo, ir para a cidade com a mulher Fausta e os filhos para abrir uma venda onde pudesse trabalhar em seus dias de aposentado. As lembranças e remorsos das crueldades praticadas como polícia, porém, o levam à loucura.

Guedes bebe todos os dias no boliche de Fagundes, acompanhado de Quevedo e João Biga. Todos se encontram na mesma situação de miséria e reúnem-se para trocar lembranças dos tempos de “dantes” e embriagar as tristezas da vida atual. O tempo passa e Guedes não consegue emprego. Maria José resolve costurar, para manter a casa com o pouco que ganha. A família passa por necessidades e Guedes apela para a última alternativa de sustento da casa: roubar ovelhas de Júlio Bica, aproveitar a carne para consumo e vender o pelego. Maria José sabe de onde vem o dinheiro do marido, mas não tem coragem de impedi-lo, está desesperada, pois vê os filhos com fome.

Certo dia Guedes é preso em flagrante. Maria José busca o apoio de Querubina porque sente-se culpada pela situação. A prima reluta para não envolver-se no caso, mas, por fim, resolve ajudá-la, para isso conta com o namorado de Maria Inês, Hélio Bica, filho de Júlio Bica. Recém formado em Direito, Hélio ainda não exerce a profissão, Querubina vê nessa situação a possibilidade do jovem ingressar no mundo profissional e ainda adquirir um grande prestígio, pois, “Um moço rico, jovem advogado, batendo-se desinteressadamente por um miserável que roubara de seu próprio pai para matar a fome dos filhinhos!” (1993, p 81) parecia-lhe uma ideia esplêndida e que a colocaria numa posição superior em relação à prima. Mas, o jovem não aceita a proposta porque é filho de Júlio Bica e não quer ficar contra a classe dos fazendeiros, também está esperando uma nomeação para promotor ou juiz municipal.

João Guedes é condenado a três meses de prisão e adapta-se à vida na cadeia por não considerar uma das piores. Ao ser solto encontra a família com uma alegria acanhada e medrosa. Ele agora está hesitante e angustiado, sente que sai de uma prisão para outra pior e por isso não demonstra alegria em se ver livre, pelo contrário, deseja não ter saído da penitenciária:

Homem sem exaltação, sem rebeldia, sem rancor, mas bastante sincero para não enfrentar a realidade com cinismo, obstinava-se na idéia da pobreza irremediável, pensando unicamente nisto: não tinha nem onde cair morto! Não haveria meio de voltar pra lá, pra cadeia? (1993, p. 90)

Ao fitar a magreza dos filhos e o rosto sofrido de Maria José, ao ver os filhos com fome e quase a morrer por falta de recursos financeiros, ele decide vender seus apetrechos campeiros, primeiro o cavalo e depois os arreios para não vender a máquina de costura da esposa. Assim, Guedes corta de uma vez seu vínculo com o campo e a vida passada. Após alguns dias é encontrado morto com um tiro na cabeça perto de uma sanga próxima da cidade.

Maria José, esposa de João Guedes, é ativa. A obra apresenta-a como uma mulher trabalhadeira. De manhã, enquanto senta para matear com o marido, ela vai dando ordens aos filhos e acompanha o andamento das atividades com olhos vigilantes, enquanto Guedes mateia de cabeça baixa e pensativo. Sempre viveu na cidade, mas muda-se para o campo quando se apaixona por João Guedes, um peão de estância. Ela aceita se casar com o moço mesmo sabendo que esse não poderá lhe dar uma vida estável financeiramente, o que nos leva

a acreditar que se casou por amor, diferentemente da grande maioria das mulheres da narrativa.

Quando o marido recebe a visita de Júlio Bica ela e os filhos se recolhem, deixando os homens conversarem sozinhos. Após a conversa ela pergunta a Guedes o que o fazendeiro quer e ao saber que devem ir embora ela explode, expressa a raiva que sente com relação à classe dos fazendeiros: “Gananciosos, quanto mais têm, mais querem!” (1993, p. 22)

Ao mudar-se para a cidade, Maria José, agora acolhida na casa da prima, vivencia a diferença social e cultural entre as duas famílias, o que a leva a desejar uma vida diferente. O desejo de subir na condição social torna-a soberba e a faz esquecer da vida modesta que o marido lhe proporciona: “O desejo de subir um ou, se possível, vários degraus de condição social, o conforto e a fartura que se gozava naquela casa ampla, fizeram-na esquecer a sua humildade e os precários recursos de que dispunha.” (1993, p. 50)

Com o pouco dinheiro que possui, Guedes aluga uma pequena casa, retirada do centro, em um bairro simples de Boa Ventura. Maria José não gosta da casa nem do local e exige que o proprietário troque as tábuas do assoalho, do forro e os vidros quebrados. Essa sua atitude lhe rende um elogio de Querubina: “Tu ainda és a mesma, Maria José!” (1993,p.51). Ao receber esse comentário da prima, entendendo-o como um estímulo, ela faz o marido comprar um novo fogão de ferro, uma máquina de costurar também nova e cortinas para as portas principais da casa.

Apesar de estar consciente do pouco dinheiro que possuem e das condições humildes em que vivem, Maria José não sabe se deve ou não matricular as meninas em um agência de corte e costura. Querubina comenta, diante da dúvida da prima, sobre a importância das mulheres saberem costurar, bordar e coser para o futuro casamento. A prima ainda enfatiza que esses pequenos afazeres auxiliam muito as moças pobres, que podem ajudar com seus serviços, no sustento da família. Maria José gosta da opinião da prima por coincidir com a sua, mas a palavra “pobre” utilizada por Querubina, lhe causa certo desconforto: “Maria José por um lado ficou satisfeita, porque a opinião da prima, uma senhora tão sensata, coincidia exatamente com a sua, porém, por outro, doera-lhe aquele ‘pobre’, que caiu como uma gotinha ácida na sua ferida.” (1993, p. 51)

Aos poucos Maria José percebe a falta de interesse da prima em auxiliá-la e começa a trabalhar porque nota que a vida está cada vez mais difícil. Guedes vê a mulher emagrecer, o rosto murchar com expressões de rancor e desesperança, por isso decide roubar para sustentar sua família e sobreviver na cidade. Maria José sabe a maneira como o marido consegue alguns trocados e silencia, não tem forças para reagir contra essa atitude, está fraca e cansada da vida que leva.

Quando a filha mais velha, Isabel, também cansada da miséria em que vive, decide sair de casa e ir morar com o namorado, Maria José se opõe, pede, suplica chorando para que não vá. A jovem persiste em sua ideia e as duas mulheres lutam. Isabel derruba a mãe e sai de casa deixando-a caída em um canto a chorar. Para a mãe aquela atitude desonra a família que era pobre, mas honrada, até que não fossem descobertos os furtos de Guedes. Como vê a degradação financeira e moral de sua família, Maria José começa a reconhecer seus erros: “Ela também tinha os seus erros, reconhecia. Sempre fora uma boba, uma ridícula, com pretensões a coisas que não estava ao seu alcance.” (1993, p. 65)

Maria José finalmente cai em si quando o marido é preso. Ela recorre à Querubina, pois imagina que é a única pessoa a poder ajudá-la e, pela primeira vez, comenta sobre suas atitudes e afirma seus erros:

E o pior é que fui eu a culpada! Eu é que devia de estar lá onde o coitado está! Sabia de tudo e não me importava. Até encorajei o pobre pra essa coisa horrível! No começo sentia vergonha e medo que nos descobrissem. Mas depois fui me acostumando. E não era só por costume que eu não dizia nada, não era, te juro. Era também porque via aqueles inocentes com fome, esfarrapados, quase a ponto de saírem a pedir esmolas pelas ruas! Que suplício, meu Deus! Que ingratidão! (1993, p. 79)

Sem o auxílio da prima, Maria José espera o marido sair da cadeia enquanto costura. Ela agora está seca, esverdinhada, suando de noite e com tosse. Durante seus serviços ela pensa: “Esta máquina é o meu marido.” (1993, p. 94), mas com a morte de uma das filhas por tuberculose a freguesia se ausenta e ela não consegue dinheiro nem para comprar leite, razão pela qual aceita um litro que Querubina lhe manda diariamente.

Após a morte de Guedes, Maria José segue na luta pela sobrevivência sua e de seus filhos. Querubina penaliza-se ao ver tanto sofrimento, e sente que deve ajudá-la, decide tirar a

prima daquele casebre horrível, comprar-lhe uma casinha e auxiliá-la todo mês, porém, Maria José prefere ficar onde está e seguir sua luta sozinha, porque não acredita mais na bondade da prima.

Maria José é uma mulher diferente das já estudadas. Ela é ativa e expressa o que sente. Enquanto mora no interior, não passa necessidades e o marido tem forças, ela retira-se e não ouve a conversa dos homens, mas quando o processo de decadência começa e ela percebe o desamparo do marido, começa a impor suas vontades e toma a frente da situação. Mas, mesmo com essa força de vontade ela segue as normas de boa conduta da sociedade, por isso luta com a filha que deseja abandonar a casa e morar com o namorado chamando-a de “cadela esquentada” (1993, p. 65)

Essas atitudes da personagem nos levam a entender que Maria José torna-se diferente devido à situação de miséria em que vive. Ela fala e dá ordens porque vê que o marido está desmotivado e não reage, não tem ânimo para tentar uma vida melhor. O mesmo motivo a leva a costurar e adquirir seu próprio dinheiro com negócio próprio. Ela age de maneira diferente das demais personagens femininas por causa da situação miserável em que se encontra, dessa maneira, ela luta para sobreviver e ao mesmo tempo incentiva e quebra certos padrões que viam a mulher como uma serviçal do lar.

Outro casal que merece destaque em *Porteira fechada* é Querubina e Oscar. Esse casal vive na cidade de Boa Ventura e possuem um nível social bem diferente de Maria José e Guedes, de modo que as mulheres da cidade que conheceram as duas primas quando moças e solteiras comentam: “Vejam só o que é o destino. Hoje, a Querubina é uma senhora rica, de posição, da primeira sociedade, e a outra, a coitada da Maria José, vive atirada, casada com um peão de estância...” (1993, p. 43)

Oscar trabalha numa repartição e todo o dia vai ao clube da cidade jogar e distrai-se com os amigos. É um homem que ganha bem e possui certo prestígio na cidade, é leitor e pertence à camada social mais alta de Boa Ventura. Sua esposa vive em uma casa espaçosa, bonita e florida. Possui serviçais para a realização do trabalho doméstico. Em muitos momentos ela domina o marido, fala-lhe com energia e de cabeça erguida, a fitar-lhe os olhos com determinação, o marido, por sua vez, responde frouxamente. O casal leva uma vida tranqüila, Querubina senta-se em sua cadeira de embalo, acaricia Sultão, seu gato de luxo, e lê

revistas de moda, enquanto Oscar recosta-se para ler o jornal. Eles têm uma vida aparentemente calma, despreocupada e requintada.

Ao receber Maria José, Querubina procura demonstrar o mais rápido possível a diferença de nível social entre as duas famílias, de modo que recebe a prima vestindo um quimono de seda azul-claro, conversa com a filha, Maria Inês, sobre os trabalhos sociais que presta, dá ordens aos empregados e elogia o marido: “O Oscar é tão bom, Maria José!” (1993, p.48)

Maria Inês chega em casa com a fisionomia alegre e atitudes desembaraçadas. Ao cumprimentar as primas, a jovem distribui beijos entre risos e ditos graciosos. A mãe aprecia o deslumbramento que ela causa em Maria José e suas filhas, que permanecem acanhadas e assustadas. Após sua chegada, Querubina e a filha iniciam um diálogo onde excluem as recém-chegadas: “As recém-chegadas ficaram de lado, como meras espectadoras do diálogo entre mãe e filha. E era justamente isso que a repousada senhora queria, para deixar bem nítida de início a diferença de nível social existente entre as duas famílias.” (1993, p. 48)

Somente com a morte de Guedes e o abandono miserável em que se encontram Maria José e os filhos, Querubina lembra de comprar uma casa e auxiliar a prima. Sente-se com a obrigação de ajudar uma parenta pobre, desamparada e viúva, mas Maria José recusa sua ajuda. Querubina, então, tem a sensação de dever cumprido e ao deixar sua prima no casebre onde vive, após o enterro de Guedes, vai à modista para ver o andamento das costuras do casamento de Maria Inês.

Dessa maneira, Querubina e Maria Inês representam a mulher da classe social rica. São cidadinas, tem acesso à leitura e à escrita. Querubina, como a grande maioria das mulheres da época, exerce seu papel de esposa dando ordens aos empregados e averiguando seus serviços, além de cuidar do marido e da filha. Ambas, mãe e filha são fúteis e ambiciosas.

A diferença na educação que Maria Inês recebe expressa uma mudança social no papel da mulher, por isso a jovem tem liberdade de sair a sós com o namorado à noite. Isso é um reflexo das mudanças que começavam a ocorrer no papel social de cada sexo e que davam-se vagarosamente. Querubina expressa seus desejos, dá ordens, mas continua exercendo atividades domésticas, seu mundo ainda é o lar.

No decorrer da trama são apresentados Fausta e Fagundes. Fagundes é ex-policial rural e veio para a cidade de Boa Ventura há dois anos com a ilusória promessa de aposentadoria que o coronel Ramiro lhe propôs para tirá-lo do cargo e colocar um partidário mais jovem e participante nas eleições, mais ativo no partido.

Enquanto espera a aposentadoria prometida ele abre um boliche e passa as tardes debruçado no balcão a atender seus poucos fregueses, a cumprimentar quem passa na rua em frente e a pensar nas desgraças de sua vida e nos crimes terríveis que cometeu na época de polícia em favor do partido e que agora lhe tiram o sono:

Reminiscências turbulentas avivaram-se na memória do capitão. Descomposturas, sovas de relho, estaqueamentos, talhos, homens ensangüentados, detonações de revólver! Fez um grande esforço para readquirir o domínio das idéias, conseguindo que as representações terríficas debandassem como morcegos espalhados pelo vento. Gozou uns instantes de repouso e aos poucos submergiu num sono profundo. (1993, p. 58)

Fausta, por sua vez, veio para a cidade na expectativa de melhorar de vida. Ela percebe que o marido está em uma crise cada vez maior e não se conforma com a fidelidade dele ao coronel Ramiro: “Se tu ainda votá nessa gente, tu é um sem-vergonha.” (1993, p. 58). Durante as brigas mais prolongadas ele se encerra no boliche, mas continua a ouvir as reclamações da mulher através da parede. Em algumas discussões chegam quase a uma agressão física. Fagundes pensa em tomar essa atitude: “Ela andava era apeteendo outra sova, como aquela de dois anos atrás, de deixar o lombo brasino, em ponto de salga.” (1993, p. 13)

Ela, no entanto, o enfrenta sem medo. Há dois anos ele poderia lhe bater, pois não sofreria nenhuma pena por isso, já que era a maior autoridade do distrito onde viviam, mas agora, que não possuía mais o poder de polícia e o apoio do partido ela o ameaça com a prisão: “Me toca com um dedo, cachorro, que te denuncio! Pensa que eu não tenho coragem de aguentá solita o resto da vida? Eu ainda tenho força, não estou cozida pela cachaça como tu.” (1993, p. 13)

Ao lhe servir a comida, Fausta não lhe dirige palavras, apenas deposita o prato com a refeição em sua frente, vira-lhe as costas e sai resmungando “Este borracho” (1993, . 60),

enquanto ele retruca “Que animal!” (1993, p. 60). O Capitão, porém, reconhece sua miséria e sabe que foi iludido com falsas promessas, por isso não tem esperanças de um futuro melhor:

Naturalmente, fora vítima, deixando-se iludir, não atinando nas conseqüências más, pensando só nas vantagens. E que vantagens tirara? O coronel sim, vira-se livre de mais um adversário perigoso. Mas ele... Bem-feito, um índio cru se metendo com os graúdos! (1993, p 60-61)

No final da história, Fagundes recebe uma intimação da Higiene, ou coloca o boliche em perfeitas condições, ou fecha. O capitão sabe que irá fechar e com o tempo enlouquece, por culpa dos crimes cometidos e pela falta de perspectiva de um futuro melhor.

Em *Porteira fechada*, encontramos uma reação feminina frente às regras machistas que permeavam a sociedade da época. Querubina representa a mulher leitora de revistas que, mesmo que seja uma futilidade, pelo menos já tem acesso à leitura. Maria José é a mulher trabalhadora, que auxilia no sustento da família com o trabalho autônomo e Fausta é a imagem de uma mulher que começa a enfrentar o homem em busca de seus direitos humanos.

Esse romance, dentre os três que compõem a trilogia, é o que mostra que a mulher está conseguindo um espaço na sociedade, recém começa a encontrar aberturas para expressar ideias e sentimentos e, muitas vezes, impõe limites ao marido. As mulheres dessa obra dão os primeiros passos em um caminho que ainda está com a porteira fechada.

3.2.3 A opressão e as personagens femininas de *Estrada nova*

O terceiro romance da trilogia do gaúcho a pé engloba situações desde 1922 até os anos de 1951 a 1954 e narra os conflitos sociais, existenciais e econômicos do homem do campo do Rio Grande do Sul. A história se passa no município fronteiro de São João Batista e seu interior, onde se localiza a Estância Velha, fazenda que pertence ao Coronel Teodoro, um dos principais personagens da obra.

A primeira personagem apresentada no romance é Ricardo, um jovem de aparência discreta, que deixa o campo para prestar o serviço militar na cidade. O rapaz vive em Porto

Alegre e trabalha como contador. É filho de Janguta e Francisca que vivem no interior de São João Batista nas terras pertencentes à viúva Antônia. Na cidade, o jovem mora em uma pensão e ao presenciar o suicídio do velho Policarpo, amigo e companheiro de pensão que decide morrer por ter perdido suas propriedades e ter sido obrigado a abandonar o campo, o jovem decide visitar sua família “uma visita, na verdade, bastante forçada pelas circunstâncias” (1992, p. 14). Visita forçada porque sente a obrigação de ver como estão os pais já que a cada ano mais camponeses são obrigados a mudarem para a cidade por não ter onde morar no interior.

No trem onde rumava para a casa de seus pais, Ricardo encontra seu Fábio, arrendatário das terras do Espinilho, grande fazenda da região de São João Batista. Os dois começam a conversar e o jovem percebe que Fábio está encolhido, com a voz preocupada e tristonha. Então Ricardo descobre que a fazenda do Espinilho fora comprada por um castelhano endinheirado e que Fábio ficara sem moradia, na verdade, estava viajando à procura de emprego, mas sentia que sua vida terminaria nos arrabaldes de alguma cidade.

Quando chega ao seu destino, São João Batista, Ricardo avista um rancho comprido, distante uns mil metros da estação e pergunta a um menino se ali ainda mora o seu Osório, como o garoto lhe responde que sim, decide visitar o velho amigo que o conhece desde guri para passar a noite e seguir seu caminho de manhã cedo.

De Osório, Ricardo ouve o drama que enfrentam os pobres da campanha: “[...] não hay mais pobres, porque os ricos correram com todos que havia por aqui!” (1992, p. 34). Isso porque os fazendeiros cercavam as pequenas propriedades comprando terras ao redor para pressionar, de toda forma, os minifundiários à venda das suas. Quando isso acontecia os pequenos proprietários eram obrigados a deixar a fazenda. Enquanto conversam, Ricardo encanta-se pelas feições bonitas de Celeste, filha de Osório, ainda moça que vem chamá-los para jantar.

No outro dia, de manhã, Ricardo decide seguir viagem e consegue um cavalo emprestado com o amigo. Ao avistar o rancho humilde onde vivem Janguta, Francisca e a filha Rosa, Ricardo sente saudades e relembra seu tempo de infância. Tudo parece estar do mesmo jeito em que estava quando partira, tudo parece estar tranqüilo: “- Tudo no mesmo por aqui, mocito, não se arrechie de aprear! – pareciam dizer-lhe a quinha arrepiada da cumeeira,

a porta aberta e torta, o parapeito de três cordas frouxas, a cancela caída, as aves, as poucas árvores, o cusco...” (1992, p. 56)

Mas quando começa a conversar com o pai Ricardo percebe a difícil situação em que se encontram. O Coronel Teodoro comprou as terras da viúva Antônia e está forçando Janguta e a família a deixar o local há seis meses, esses estão demorando para sair porque não encontram lugar para viver no campo e não querem ir para a cidade,

O Coronel Teodoro é um homem culto em relação aos outros que vivem na Estância Velha e nos arredores. Ele lê o jornal Correio do Povo, escuta o noticiário da rádio e seguidamente recorre ao dicionário para o entendimento de alguma palavra desconhecida. Apesar de ser um homem bem informado e interessado em adquirir novos conhecimentos, possui um temperamento forte, é agressivo e autoritário em gestos e palavras.

Certo dia, enquanto escuta o noticiário, ouve a notícia de que a polícia de Porto Alegre havia descoberto um plano organizado pelos comunistas. Preocupa-se com seus bens, enerva-se e manda o negrinho Abel chamar Miguel, seu capataz, para que faça uma recorrida em seus campos à procura de algum vestígio de pouso ou paradeiro dos comunistas que, acredita, fugiram da capital. O capataz não encontrou nada. Após isso, Teodoro manda chamar Lobo, o subprefeito do distrito para que fosse até a casa de Janguta intimá-lo e ameaçá-lo para que desocupe, o mais rápido possível, a terra que acabou de comprar.

No outro dia, Lobo e Demenciano, seu ajudante, são recebidos por Francisca e a filha, pois Janguta e Ricardo haviam saído. O subprefeito deixa o recado para a esposa, avisa que há uma queixa do Coronel e que fora até lá levar uma intimação. Como vê o rosto assustado das duas mulheres, Lobo resolve explicar o que está acontecendo:

- Sim. O coronel Teodoro me deu parte do seu marido. Ele comprou este campo há seis meses e não há jeito de vocês saíres daqui. Já mandou o capataz uma meia dúzia de vezes avisar que tinham de sair e não fizeram caso. Isto é um abuso. É invasão da propriedade alheia. É crime. E a minha obrigação, como autoridade, é fazer cumprir o que é de direito, e pouco se me importa se o acusado é pobre ou rico.” (1992, p. 79)

Quando Janguta e o filho chegam em casa e sabem o que acontecera pouco antes, conversam, trocam opiniões. O jovem, após essa conversa, decide que vai pessoalmente

conversar com o Coronel Teodoro, os pais se opõem a tal ideia, temerosos. Mas Ricardo toma uma decisão e, mesmo contra os pais, dirige-se à Estância Velha no outro dia para falar com Teodoro.

Ao chegar à fazenda, Ricardo é recebido com certa reserva pelo Coronel, que estranha o costume do jovem usar calças e sapatos. Durante a conversa, Ricardo fala da miséria em que vivem os trabalhadores da campanha e faz uma comparação com a vida confortável que levam os fazendeiros, comenta sobre a difícil situação em que se encontram seus pais e pede para que permaneçam na fazenda, como empregados. O Coronel toma por desaforo essas “intromissões” do rapaz, exalta-se e o chama de comunista.

Enquanto retorna para a casa dos pais, Ricardo fuma e joga o cigarro fora, o que ocasiona um incêndio nas pastagens do Coronel. Isso basta para que Teodoro tenha certeza de que o jovem realmente é um comunista, e decide ligar, no dia seguinte, para o Dr. Serafim, representante político do poder estadual e advogado do município, com a intenção de pedir apoio do partido na incriminação de Ricardo.

Dr. Serafim, ao perceber o nervosismo e medo de Teodoro, decide tirar proveito da insegurança do fazendeiro para arrecadar algum dinheiro para os cofres do partido. Após receber a ligação do Coronel, Dr. Serafim deixa o escritório e dirige-se ao quarto do casal onde se veste elegantemente e perfuma-se para o encontro com a amante Lolita após o jantar. Encontra sua mulher, D. Alcina, e mais seis senhoras devotas a organizar os aposentos onde o bispo irá permanecer em sua visita a São João Batista, faz alguns elogios à atitude das senhoras e dirige-se à sala de jantar. Enquanto isso, Cabral, auxiliar de Serafim, procura o delegado Alarico para informar da invasão comunista na Estância Velha com a intenção de pedir auxílio e homens para a proteção do local.

Os planos de Serafim dão certo. Em sua visita ao Coronel consegue quinhentos cruzeiros para os cofres do partido. Alarico resolve ir pessoalmente à fazenda e vai, em companhia de Lobo, atrás de Ricardo para prendê-lo pelo crime, mas o jovem fora embora. Desse modo, resolvem prender a família do rapaz. Janguta, Francisca e Rosa são levados prisioneiros à fazenda, depois de soltos rumam para a cidade, a pé, com a esperança de um dia a vida melhorar. Enquanto caminha, Janguta se pergunta quando virão os homens de que Ricardo falara com tanta esperança, os homens que “[...] um dia viriam pela ‘estrada nova’, a

galope, alviseiros, cortando os campos verdes, acordando os pagos, anunciando uma fartura de verão chuvoso, enriquecendo de alegria o coração dos pobres!” (1992, p. 191)

Todos esses acontecimentos fazem com que Teodoro comesse a refletir sobre a vida que leva. Quando Ricardo o enfrenta em igualdade ele percebe que os tempos estão mudando, sente-se velho e fraco diante das circunstâncias. Decide ir embora para a cidade e não tem coragem de entregar a fazenda para os filhos administrarem porque, conhecendo-os bem, sabe que logo irão botar tudo fora, então, resolve vir de vez em quando dar uma olhada nas coisas como vão.

A partir desses pensamentos, Coronel Teodoro percebe que sua autoridade todos esses anos não valeu de nada, que todo seu trabalho não adiantou, e começa a valorizar as pessoas que lhe serviram a vida inteira como o capataz, a quem pensa em deixar um pedaço de campo, mas não se anima porque sabe que os filhos tomarão quando ele vier a falecer. Agradece delicadamente o copo de água que Anastácia lhe serve, o que causa espanto na criada, também preocupa-se com Almerinda, em como contar para ela que irão para a cidade, pois sabe que ela gosta de viver no campo.

O Coronel Teodoro, ao saber que Janguta e a família foram presos se dá conta de tamanha injustiça que está a cometer com aquela pobre gente que não tem onde morar. Ordena que sejam soltos, mas quando fica sabendo eles já haviam partido. Teodoro, então se entrega às mudanças dos tempos, senta na sua cadeira e acaricia lacrimoso o gato manhoso que lhe pulou no colo, a divagar com seus pensamentos, sentindo saudades de um tempo que, recém percebera, não existe mais.

Ricardo, por sua vez, não toma o rumo de Porto Alegre como imagina a polícia. Ele vai a São João Batista para encontrar Celeste e noivar com a moça. Ao chegar à cidade depara-se com a homenagem ao bispo que acontecia, mas quem discursava sobre os grandes acontecimentos da Estância Velha era Dr. Serafim, que aproveitara o alvoroço para adquirir prestígio para o partido e afirmar que tudo estava sob controle, que os comunistas estavam presos e a vida voltaria ao normal. Com essa atitude, ele foi proclamado o herói do dia. Ricardo limita-se a ouvir as mentiras contadas pelo advogado e depois segue seu rumo.

D. Almerinda e Teodoro constituem o principal casal da história. Teodoro casa-se com Almerinda, mulher trintona e considerada passada, por interesse, já que ela é irmã do Coronel Januário, para quem trabalha como peão durante anos. Ele é um homem que utiliza palavras secas e rígidas, também é extremamente machista. Fala a todos com rudeza, firmeza no olhar, de cara fechada, certo de sua soberania. Apesar de ter atitudes brutas ele busca conhecimento, faz cálculos, lê jornal e mantém-se atualizado, admite as intervenções da tecnologia, instala luz elétrica e telefone na Estância, além de fazer melhorias como o banheiro, construído a pouco.

Seu poder é total na região e todos lhe dirigem a palavra de cabeça baixa, sem fitar-lhe os olhos, por isso atitude de Ricardo o enraivece. Como não consegue descontar sua raiva no jovem, que parece indiferente ao seu rompante de ira, desconta nas mulheres da casa quando as vê.

Quando ocorre o incêndio em suas terras resolve chamar o Dr. Serafim para ajudá-lo, mas, por ser desconfiado, percebe as segundas intenções do advogado: “[...] cruzou ao mesmo tempo, a galope, um pensamento desconcertante: este alarife está mas é querendo me embromar!” (1992, p. 163), mas cede as investidas e dá quinhentos cruzeiros ao partido para certificar-se que seria atendido em seu pedido de prender Ricardo, como isso não acontece, fica, pela primeira vez, enfastiado da vida e dos homens, percebe que não possui tanto poder como imagina e decide ir embora do campo.

D. Almerinda leva uma vida rotineira. Passa seus dias a cozinhar, arrumar a casa e dar ordens as suas empregadas Anastácia e Amélia. Ela não tem a quem se queixar de seus problemas, o marido não a escuta:

A patroa retrocedeu sem jeito, apertando os cantos da boca. Ia dizer ao Teodoro que não agüentaria mais aquela situação um dia sequer! Que china malcriada! Quanto mais velha, pior. Já estaria caducando? Ia dizer... Ia dizer o quê? Pra quem? (1992, p. 68)

Dessa maneira, ela não reclama das dores reumáticas que sente, vive encolhida e miudinha, de óculos, a fazer crochê. De manhã sempre usa um xale de lã sobre os ombros para proteger suas costas da aragem, o que lhe dá um aspecto de velhice, aparenta ser mais idosa do que realmente é. Quando percebe que Teodoro está irritado fica ainda mais submissa,

não lhe faz perguntas e reza pela alma pagã do marido. Todas as suas frustrações são descontadas nas orações. Qualquer motivo basta-lhe para que vá silenciosamente, assustada e trêmula, rezar aos pés de Santa Catarina, sua santa de devoção. Essas atitudes são vistas como “fraquezas de mulher” (1992, p. 115) pelo marido. Essa submissão também ocorre durante as refeições. Nesses momentos ela espera pacientemente que Teodoro sirva a comida primeiro e permanece calada e cabisbaixa até que ele termine de se alimentar.

D. Almerinda é uma prisioneira em seu próprio lar. Não fala o que pensa por medo das atitudes do marido, atende as ordens que ele lhe dá com passos ligeiros e desliza pela casa sem fazer o menor ruído quando percebe que ele está nervoso, pois, tem por obrigação garantir-lhe um ambiente de paz e tranqüilidade dentro de casa. Dessa maneira, vive triste e solitária. Dentre todas as personagens femininas até aqui estudadas ela é a que mais se aproxima, em seus gestos e atitudes, do sofrimento e da repressão enfrentados pela mulher gaúcha da época em uma sociedade machista e autoritária.

Também fazem parte do enredo da obra o casal Janguta e Francisca. Eles vivem há anos no interior de São João Batista. Janguta está velho e sente-se fraco, não tem coragem de enfrentar os mandonismos do Coronel Teodoro. Francisca e Rosa passam seus dias a cuidar do rancho e das poucas coisas que tem dentro.

Quando recebem a visita de Lobo, para entregar a intimação, convidam-no para entrar na pequena peça onde há somente de mobília uma mesa de tábua de caixão, duas cadeiras brancas, uma com a perna quebrada e, cravado no esteio, uma folhinha de santo. Nesse momento Francisca não compreende o significado da palavra “intimação”, mas suspeita que não se trate de boa coisa pela entonação com que foi pronunciada. Isso demonstra que ela não tem muito conhecimento de mundo, pois vive isolada e em situação miserável naquele fundo de campo. Essa mulher sente-se indefesa e desamparada diante da situação em que se encontram e não se imagina morando na cidade, está desnorçada.

Ricardo é que dá um pouco de esperança à sua família, amenizando, a situação com novos pensamentos, pois tem um maior conhecimento do assunto, além de manter-se informado e com novos pensamentos em relação ao assunto. Enquanto o filho e Janguta conversam, Francisca permanece quieta, ouvindo atenciosamente, mas não participa do assunto. Rosa, por sua vez, pouco compreende o que o irmão fala, recosta-se na parede e olha

encantada, embevecida para os argumentos e expressões de Ricardo. Essa atitude revela a aflição e a preocupação em que se encontram as duas.

Francisca revolta-se com a situação, em seu íntimo sente vontade de gritar a Lobo e seu ajudante “[...] excomungados!” (1992, p. 91), e em pensamento chama o Coronel Teodoro e seus ajudantes de homens ruins, desgraçados e descarados, porém, limita-se a suspirar, não tem coragem sequer de esbravejar em voz alta, resigna-se e cala.

A única saída que a família encontra é ir embora de onde vivem. No final do romance, Janguta, Francisca e Rosa vão embora do campo, a pé, para a cidade, o lugar que Francisca tem medo de morar porque acredita que lá morrerão ligeiro. Seu sonho de morrer ali, no lugar onde sempre morara, termina naquele instante. Parte desiludida.

A diferença de Francisca e Rosa de D. Almerinda é somente o nível social, pois na fazenda, D. Almerinda tem à disposição tecnologias e conforto enquanto Rosa e Francisca não têm essas mordomias. Mesmo vivendo com recursos diferentes, elas sofrem da mesma maneira. São três mulheres que não falam, não participam das decisões e vivem em seu mundo doméstico, cuidando da casa e do marido, sempre angustiadas e nervosas.

Indo para a cidade de São João Batista encontramos outro casal: Dr. Serafim e D. Alcina. Dr. Serafim é advogado, chefe político situacionista que possui grande prestígio junto ao governo estadual. Quando recebe o telefonema do Coronel Teodoro, ele preocupa-se em espalhar a notícia da invasão dos comunistas com a intenção de tirar proveito da situação para adquirir dinheiro aos cofres do partido. Bastante exagerado e vaidoso, Serafim gosta de ostentar seu poder e costuma gabar-se de suas conquistas, a atual é Lolita, viuvinha discreta e do mesmo partido. Exalta-se de sua habilidade em enganar a mulher todas as noites após o jantar, quando alega que vai dar uma “voltinha cívica” (1992, p. 126)

D. Alcina passa os dias a cuidar da casa, é uma mulher religiosa que dedica a maioria de seu tempo livre à Igreja. Com a visita do bispo à cidade de São João Batista organiza em sua casa um quarto para hospedá-lo. Passa os dias limpando, esfregando, preparando pratos para o bispo em companhia de suas amigas carolas e nem desconfia do relacionamento de seu marido com Lolita. É uma mulher solitária. Sua vida gira em torno da casa e dos afazeres domésticos, do marido e da Igreja. Ela não tem a companhia do marido que trabalha todo o

dia, à tardinha visita o centro do partido e à noite encontra-se com a amante. Ela não é amada pelo marido, pois durante o jantar, ele não agüenta a comichão erótica que tumultua seu íntimo pensando no encontro com Lolita e classifica a mulher e as amigas como “velhotas” (1992, p. 137) as quais não suporta a presença.

Como podemos perceber, em *Estrada nova*, Cyro apresenta a mulher tímida, oprimida, tratada como um objeto que pertence a seu marido. Ela aceita o casamento por interesse, é submissa ao marido, divide-o com a amante e passa seus dias a cuidar da casa e a rezar. A oração torna-se um meio de fuga, de esquecimento dos problemas e de aceitação das injustiças sofridas. Assim, indiferente da classe social a que pertencem elas são solitárias, trêmulas, não opinam, andam com passos leves, miudinhos, quase a deslizar, silenciosas, encolhidas, esperando a primeira ordem do marido para que possam cumpri-la rapidamente. Elas não têm nenhuma liberdade, limitam-se a suspirar e rezar quando as coisas não acontecem como desejam, estão a procura de uma esperança, melhores condições de vida, de uma nova estrada onde seja possível ser feliz.

3.2.4 Considerações sobre a mulher gaúcha do início século XX de acordo com as personagens da trilogia de Cyro Martins

Após a leitura dessas obras refletimos a respeito da opressão vivida pelas mulheres durante séculos. Quando nascemos, nosso sexo é definido pela natureza, mas a conduta diferenciada destinada a cada sexo decorre diretamente da formação e educação que recebemos no meio social. A sociedade define os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres de acordo com sua cultura e classes sociais. Como vimos em cada período histórico os sexos desempenharam diferentes funções.

As pessoas são educadas e formadas diariamente, pelas escolas, pela família, Igreja, meios de comunicação, leis, etc. Dessa maneira, a cultura de um povo torna-se responsável pelos papéis desiguais da mulher e do homem, o que traz graves consequências à sociedade em geral. Segundo Marodim esses comportamentos diferenciados entre os sexos parte da família desde o nascimento, já que cabe a ela a responsabilidade de transmitir “normas e

valores da cultura, ensinando aos indivíduos o que significa ser masculino e feminino a partir do nascimento.” (1997, p. 10)

Dessa maneira, à mulher foi atribuída, como função primordial, a reprodução, além da submissão ao companheiro, pois o homem é responsável pelas relações familiares, comerciais, profissionais e intelectuais. Isso averiguamos nas personagens femininas e masculinas das três obras que compõem a trilogia do gaúcho a pé: *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*.

As mulheres dessas obras são extremamente dependentes dos maridos em sua grande maioria. Em *Estrada nova*, Almerinda, Francisca e Alcina representam esse modelo padronizado pela sociedade de comportamento feminino. Em *Sem rumo* Alzira e Evarista expressam o sofrimento que enfrentam por causa das regras de conduta feminina que devem seguir. Assim, Evarista sofre por ter tido filhos antes do casamento e pela rejeição do companheiro. A vontade dela é de dissolver a união, mas não se atreve por medo e mantém o compromisso nos moldes pré-estabelecidos pela sociedade.

Alzira, por sua vez assume o papel que lhe cabe: a maternidade. Quando foge com Chiru do campo idealiza uma vida melhor na cidade, como isso não acontece decepciona-se e sente-se oprimida, mas desempenha a função de mãe fervorosamente. Quando se sente fraca e cansada de carregar o filho no colo pensa em pedir ajuda ao pai do menino, porém, ao ver outras mulheres seguram seus filhos, recompõem-se do cansaço ligeiramente e cede aos valores que lhe cabem como mãe e esposa, obediente.

Em *Porteira fechada*, Maria José, Querubina e Fausta são mulheres de personalidades fortes, que em muitos momentos conseguem impor suas opiniões, mas de maneira alguma abdicam de suas obrigações maternas. Maria José é amiga e leal ao esposo, João Guedes. Devido às dificuldades financeiras que enfrenta sua família ela cria um trabalho autônomo o que representa um novo padrão de comportamento feminino, mas quando a filha foge com o namorado ela não aceita, chamando-a de cadela esquentada, pois vê nisso um comportamento pecaminoso e indigno de uma moça.

Fausta é uma mulher que se revolta com as atitudes do marido. Ela não aceita o servilismo dele para com os políticos que lhe fazem falsas promessas de aposentadoria.

Fagundes está decepcionado e sente que não tem a mesma força de antigamente, por isso ela o ameaça com seus direitos caso ele venha a violentá-la. Fausta recusa-se a desempenhar o papel de esposa e mãe, ela sente raiva e uma certa repulsa em desempenhar a função materna, mas mesmo assim, continua casada e a cuidar da casa e dos filhos, com pouca vontade.

Querubina, mesmo vivendo luxuosamente com empregados à disposição, é dona-de-casa e seus pensamentos giram em torno do marido e da filha. Mesmo tendo a possibilidade de expressar certas vontades ela segue os interesses e gostos do companheiro, não faz nada que vá contra as vontades de Oscar e vive a planejar o casamento da filha, como se o ato de casar-se fosse a maior felicidade destinada a uma mulher.

Através dessas personagens percebemos que a mulher consegue se expressar e revoltar-se com as atitudes masculinas quando está passando necessidades e os homens estão fracos, desiludidos da vida, como é o caso de Guedes e Fagundes. Querubina não se impõe para o marido, já que esse consegue lhe dar uma vida tranqüila e com muitas mordomias.

Podemos observar que o mundo feminino gira em torno do casamento e dos filhos. Casar é a primeira função que a sociedade destina à mulher. Quando casada ela torna-se posse de seu marido assim como qualquer objeto que não fala, não se move e não participa de nada como é o caso de Almerinda, que procura permanecer invisível aos olhos do marido, sem queixar-se de seus problemas.

O matrimônio teve com principal difusora a Igreja que além de valorizar o casamento impôs as normas de boa conduta feminina nesse relacionamento, também dividiu os papéis destinados a cada sexo, além de formar padrões de comportamento para serem seguidos pelas mulheres na sociedade em geral.

Criadas em uma família patriarcal, as mulheres aprendiam que, com o casamento, passavam do poder do pai para o do esposo, como propriedades. Com o marido, elas teriam mais obrigações já que deveriam comandar o lar e os afazeres domésticos, atender ao marido e educar os filhos. Nessa forma de organização, cabia à mulher o “[...] bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços” (SAMARA, 1983, p. 59).

Dessa maneira, a mãe deveria ser um modelo moral de dignidade e recato onde os filhos pudessem se espelhar para viver em sociedade, sendo responsabilizada caso a honra da família viesse a ser afetada. Essa é a culpa que sente Maria José quando a filha resolve fugir com o namorado, porque a sexualidade do homem é aceitável, mas a feminina, não.

Ao homem são permitidos relacionamentos extraconjugais sem sentimento de remorso, enquanto a mulher deve obrigações a seu marido e deve assegurar a pureza familiar frentes aos olhos da sociedade. Caso a mulher não cumpra com esse papel que lhe cabe, deve ser rejeitada ou morta, como sente Evarista, que sofre pela frieza do marido e teme que ele acabe lhe matando. Dessa maneira a Igreja conseguia manter-se no poder, já que era formada, em sua maioria, por membros masculinos que obtinham o maior poder de decisão da sociedade.

À mulher, portanto, coube desempenhar a função de serviçal e reprodutora do meio onde vive, sem direito a uma vida sexual ativa e feliz:

Nos moldes patriarcais, há grande tolerância em relação ao comportamento sexual masculino e grande rigidez em relação ao comportamento sexual feminino: a mulher é considerada a “depositária da honra da família”. A mulher infiel é facilmente “condenada” pela moral familiar. (ALBORNOZ, 1985, p. 17)

No casamento o homem tem o papel de tomar as decisões familiares. A manutenção do casal e proteção dos bens também eram suas responsabilidades. A essas decisões cabe à mulher ser obediente, o que acarreta na renúncia das vontades próprias, emoções e individualidades femininas, e resulta na desvalorização e submissão da mulher, como ocorre com as personagens femininas de *Sem Rumo* e *Estrada Nova*, que vivem amedrontadas à espera das ordens dadas pelos maridos. O que fica claro, é que a grande maioria das mulheres vê no casamento a possibilidade de mudar de vida. Criadas com rigidez em uma sociedade machista, elas esperam do casamento a fuga da solidão e certa proteção.

Almerinda, por exemplo, vê no casamento a possibilidade de deixar de ser vista como uma solteirona e de escapar de uma solidão futura, Alzira foge com Chiru porque não agüenta mais a vida rotineira e a solidão em que vive nos campos e espera que a cidade lhe possibilite novidades, Querubina, como sempre foi pobre em relação à Maria José quando moças, case-se com Oscar, homem de posses e que pode lhe dar uma vida segura e tranqüila, o mesmo acontece com D. Alcina, esposa do Dr. Serafim.

A vida que levam depois de casadas é uma vida de renúncia. Todas permanecem em casa, cuidando dos assuntos domésticos e preocupando-se com a família. Seus compromissos envolvem a maternidade, de modo que tornam-se escravas de regras rígidas impostas pelo poderio masculino na sociedade.

D. Almerinda, D. Alcina e Francisca, de *Estrada Nova*, passam seus dias dentro de casa a limpar, cozinhar, rezar e cuidar dos filhos. D. Almerinda faz amizade com as empregadas, com quem convive, D. Alcina dedica-se à Igreja e Francisca conversa e desabafa com a filha, Rosa.

Maria José, no entanto, diferencia-se das demais pelo fato de abrir seu próprio negócio e vender suas costuras. Essa sua decisão, porém, surge do fato de estarem passando necessidades financeiras. Dessa maneira, ela trabalha e determina regras e normas para sua família, mas não sai de casa, abre seu negócio ali mesmo, e segue cuidando e protegendo os filhos. Essa solução encontrada por Maria José para sair da crise financeira em que se encontravam é sabiamente comentada por Dirani: “Só a partir do momento em que a mulher descobre a causa de sua “infelicidade” é que pode lutar para eliminá-la.” (1986, p. 58).

Outro fator relevante no comportamento feminino nas obras em estudo é a religiosidade. Como já estudamos na história das mulheres, durante anos os homens se consideravam superiores às mulheres aos olhos de Deus, por isso receberam uma educação religiosa mais livre, enquanto as mulheres, como seres inferiores, deveriam rezar e dedicar-se à Igreja mais que os homens para que tivessem o perdão de seus pecados. Essa norma criada pela igreja perpassou gerações e ainda no século XX percebemos essa atitude nas mulheres, que permanecem mais religiosas que os homens. A personagem que mais representa esse papel que fora imposto ao comportamento feminino durante anos é D. Almerinda e D. Alcina, ambas de *Estrada nova*.

Almerinda recorre à religião sempre que se assusta com algo. Em seu quarto tem um altar dedicado a Santa Catarina, sua santa de devoção, a quem reza e ascende velas todos os dias. Ela acredita na força e proteção da santa contra os pecados do homem e reza para que Teodoro possa encontrar a paz quando falecer, pois acredita que o marido é um herege e corre risco de arder no fogo do inferno. Teodoro, por sua vez chama isso de fraquezas de mulher e

pede para que ela deixe os santos em paz, dizendo que não se deixa enganar por baboseiras de padres. Ela fica indignada com essa atitude do marido e torna a rezar por sua alma pagã:

Sob esse critério, não importa o quão uma mulher seja gentil e afetuosa, a não ser que sacrifique seu próprio bem-estar (até mesmo sua vida) pelos outros (particularmente de seu marido e filhos), nunca poderá esperar ser considerada espiritualmente igual ao homem. E mesmo então, será apenas olhada com exceção à regra de mulheres serem menos desenvolvidas espiritual e moralmente que os homens.(EISLER, 1996, p. 269)

D. Alcina dedica grande parte de seu tempo à Igreja. Suas amigas são religiosas fervorosas e dedicadas. Sua preocupação atual é em hospedar o bispo em sua casa, para isso há dias arruma o quarto e prepara pratos, pois recepcionar o bispo ou qualquer membro da ordem religiosa é considerado uma bênção para a família. Serafim, por sua vez, vive envolvido com a política e não se interessa por religião. Ele envergonha a mulher ao não reconhecer o Coração de Jesus que está na parede do quarto preparado para o bispo e que pertence ao quarto do casal.

O interessante, é que essas duas personagens buscam nesse extremismo religioso uma fuga dos problemas sociais que enfrentam. A oração é a única maneira de desabafar que Almerinda encontra e Alcina, preenche sua solidão com trabalhos dedicados à igreja. De certa maneira, às vezes até inconscientemente, elas procuram uma forma de afeto e não-violência. Quando rezam para o perdão dos pecados do marido é como se estivessem pedindo para Deus mudá-los e torná-los mais humanos. Elas depositam suas esperanças no poder divino para que Ele possa agir contra a discriminação, opressão e exploração em que vivem e não encontram maneira de mudar.

As mulheres eram consideradas inferiores aos homens também na questão da inteligência. Devido a isso seu mundo devia ser pequeno em relação ao masculino. Em *Sem rumo* não encontramos situações que envolvessem leitura de mulheres. Evarista, Maria, Siá Catarina, Leonor e Alzira vivem em total ignorância com relação à educação formal, os homens também vivem nesse sistema, mas desempenham tarefas de maior importância, porque são considerados melhores. Em *Estrada nova* percebemos que somente os homens têm um acesso a educação. Teodoro busca no dicionário qualquer palavra nova que não saiba o significado ao ler seu jornal, já Almerinda em nenhum momento aparece lendo, e quando fica sabendo de alguma informação nova é pela boca do marido.

Já Francisca e Rosa são consideradas estúpidas em relação à Janguta e Ricardo. Ricardo é estudado, mora na cidade e trabalha como contador, por isso tem uma visão mais ampla e um maior conhecimento de mundo que seus pais, pois nunca saíram do pequeno pedaço de campo onde vivem e pouco conhecem de outras culturas. Isso deveria elevar Janguta, Francisca e Rosa ao mesmo patamar de conhecimento, mas isso não acontece. Enquanto Ricardo e Janguta conversam sobre o problema que estão enfrentando, as mulheres ficam a ouvir. Francisca entende um pouco mais que a filha do assunto e ouve maravilhada o que Ricardo fala, apavorada com a inteligência daquele seu filho que nem parece ter nascido ali e que utiliza palavras tão bonitas, que fogem ao seu entendimento. Rosa, no entanto, limita-se a ouvir embasbacada, sem entender nada do diálogo entre os dois homens.

Danda Prado comenta que a sociedade espera da mulher comportamentos chamados “femininos” e que “[...] prescindem de aprendizagem. São inerentes à sua natureza pelo simples fato de ter nascido mulher” (1979, p 58), o que nos leva a entender que a mulher dessa sociedade machista não precisa adquirir conhecimentos já que vem para o mundo com os atributos que lhes cabe para servir ao seu homem.

Em *Porteira fechada* existem situações de leitura, mas somente na camada social alta da cidade de Boa Ventura. Querubina e Maria José são mulheres urbanas e por isso tiveram acesso ao mundo da leitura e escrita. Maria José ao casar-se com João Guedes, peão de estância e ir morar no interior, passa a viver numa condição inferior à da prima. Em nenhum momento do romance Maria José está a ler, mas é alfabetizada e sabe fazer cálculos, já que abre seu negócio. Querubina, por sua vez, casa-se com um homem da burguesia da cidade, tem acessos à leitura e costuma ler revistas de modas em sua cadeira de balanço enquanto o marido lê o jornal *Correio do Povo*. Mesmo sendo uma leitora, o que representa uma significativa conquista para o mundo feminino, ela detém-se em textos fúteis com relação aos do marido, como se não fosse capaz de compreender ou que não fosse do seu interesse o que traz o jornal.

Como podemos perceber, nas obras que compõem a trilogia do gaúcho a pé de Cyro Martins, em todos os campos sociais as mulheres são submetidas à renúncia, à maternidade, à submissão, à opressão e passividade. O enredo desses romances aborda o século XX, não tão distante, e ainda notamos as regras patriarcais e machistas da sociedade com relação ao

comportamento feminino. As mulheres de Cyro são proibidas de expressar seus desejos e sentimentos devido aos padrões tradicionais que cabem a uma esposa digna. Seus gestos e pensamentos revelam que elas estão insatisfeitas com a vida que levam, mas não conseguem transformá-la pelo empecilho que a sociedade impõe. Assim, elas internalizam suas vontades e não conseguem sequer falar sobre elas, calando e buscando refúgio para suas dores e aflições na oração.

A vontade de mudança e de crescimento pessoal que surge dentro dessas mulheres não consegue modificar o sistema onde vivem. Devido a isso, por mais que queiram alterar as medidas machistas que predominam na sociedade em geral, elas não conseguem agir, limitam-se a pensar e desejar profundamente uma transformação.

As personagens femininas de Cyro Martins revelam os sofrimentos enfrentados pelas mulheres, que tem como função principal procriar, cuidar da casa, do marido e dos filhos, sem uma perspectiva de futuro. Elas sofrem com irrealizações, e vão acumulando sofrimentos que parecem passar de geração a geração. Por isso, podemos perceber que Cyro Martins preocupou-se em mostrar a realidade do homem do campo sem as valentias e honras que lhes foram atribuídas anteriormente. O autor expressa o problema do êxodo rural no seu ponto mais exato, na origem do empobrecimento do campesino. Um importante legado também, foi a capacidade desse escritor em ter observado e escrito sobre aquelas mulheres que sofriam mais que seus maridos, que viviam duplamente descontentes e infelizes frente a uma sociedade patriarcal e machista. Sem poder de reação ao autoritarismo masculino elas vivem a rezar para um futuro melhor, a suspirar pelos cantos em silêncio e a esperar o dia em que poderão ser livres.

As interpretações referentes às personagens femininas até aqui realizadas só foram possíveis de serem feitas por atitudes e gestos das personagens, isto é, na trilogia em estudo temos um narrador onisciente que narra os fatos utilizando a terceira pessoa do singular. Ele não faz parte do enredo da narrativa e não se intromete nos acontecimentos, mas sabe tudo o que se passa nos pensamentos mais íntimos de cada personagem. O interessante é que aos homens da história ele permite que se saliente a voz enquanto as mulheres são carentes na linguagem de modo que raramente são expressos seus pensamentos, na maioria das vezes sabemos o que sentem pelos gestos que fazem como no exemplo a seguir:

Imagina só o desastre que ia se dando!... – exclamou Teodoro, refletidamente, parando-se em frente à mulher numa maneira pensativa o queixo descansado na mão esquerda fechada em punho, enquanto a direita segurava com firmeza o cotovelo dobrado em ângulo agudo. Essa era uma postura que ele assumia às vezes, em ocasiões de grande preocupação. Por isso, dona Almerinda largou o crochê no colo e, toda frouxa, ergueu os olhinhos apagados, pisca-piscas, numa atitude de expectativa desagradável, esperando o pior. (1992, p 48)

Sabemos do medo que sente a personagem feminina nesse acontecimento pelo fato de ela piscar rapidamente, tomar uma atitude receosa, olhar com olhos submissos, apagados, afrouxar sua postura de fazer crochê e esperar uma reação agressiva do marido. Acontecimentos como esses ocorrem na maioria do enredo das três narrativas em estudo.

Dessa maneira o narrador poucas vezes permite ao leitor saber exatamente o que se passa no íntimo dessas mulheres, elas não falam e pouco sabemos o que se passa em seus pensamentos, de modo que para entendermos o universo ficcional onde elas estão inseridas faz-se necessário uma leitura e análise de seus gestos na presença do companheiro: suspiros, passos leves e ligeiros, postura corporal submissa, olhar para baixo, cabeça abaixada, orações com pedidos incessantes, frases como a de Siá Catarina quando presencia a cena em que Clarimundo bate em Chiru e não se atreve a auxiliar o menino, limitando-se a perguntar se a mulher do capataz já pôs a água aquecer para o mate, comentando “Tu sabes como é esse teu marido.” (1997, p. 80) preocupada para que não acontecesse coisa pior caso ele se aborrecesse mais. Ou atitudes como a de Evarista que não se atreve a olhar nos olhos do companheiro e surpreende-se fitando o cabo da adaga que ele carrega na cintura, amedrontada, temendo que ele possa matá-la.

Cyro Martins preocupou-se em expressar ao leitor o mundo de opressão e silêncio em que viviam os pobres da campanha. Dessa maneira em *Sem rumo, Porteira fechada e Estrada nova* percebemos que as mulheres, indiferentes da classe social e posição que ocupam não têm uma voz ativa, mas os peões das estâncias também não opinam. Eles conversam e expressam o que sentem em diálogos com os companheiros de trabalho, isso raramente aparece no enredo das obras porque o narrador prefere dar voz aos grandes proprietários e fazendeiros, por isso o jovem Ricardo de *Estrada nova* causa tanto impacto quando enfrenta o Coronel Teodoro. Ele é um rapaz de origem pobre, mas que possui um conhecimento de mundo maior que as demais personagens da obra, por isso o Coronel Teodoro se ofende com as opiniões do rapaz. Essa atitude de Ricardo assusta não só o Coronel, mas também os leitores da obra, já que é um personagem pobre que se sobressai frente a um rico.

Após essas considerações podemos observar que nas narrativas literárias em estudo há histórias de silêncio e opressão. A opressão dos ricos para com os pobres. Dessa maneira a obra de Cyro Martins aborda um problema social enfrentado até os dias atuais. De certa maneira, o narrador deixa de lado as opiniões e a voz daqueles que realmente não são ouvidos na sociedade patriarcal e rígida do Rio Grande do Sul do início do século XX. Com isso percebemos a grande tirania em que viviam os homens pobres da campanha gaúcha retratados na obra, mas num mundo mais sufocante do que o desses homens, estavam as mulheres, duplamente oprimidas e silenciadas.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas ao longo deste trabalho, podemos perceber algumas características particulares da obra de Cyro Martins, tópicos, posicionamentos e situações que distinguem a trilogia do gaúcho a pé de outros romances até então publicados. Nesse capítulo conclusivo, almejamos fazer uma retomada daquilo que julgamos mais expressivo nas análises.

Ao estudarmos a vida e obra de Cyro Martins observamos que suas narrativas possuem um enredo complexo e abordam problemas de ordem social, econômicos, políticos e, sobretudo, humanos. Por ser médico psiquiatra, Cyro consegue analisar profundamente o homem marginalizado das sociedades gaúchas e procura expor, através da sua criação literária, as mudanças socioeconômicas que ocasiona a modernização quando adentra a campanha sulina nos anos iniciais do século XX. Devido a isso, o escritor aborda um tema social onde as personagens são extremamente intrincadas e muito bem perfiladas, além de viverem relações densas e intensas. Por conhecer e compreender a condição humana, esse autor vê os conflitos existentes no homem como uma forma de crescimento e transformação, como podemos observar nos enredos de suas obras onde a desordem, seja no campo emocional ou social das personagens, é responsável pelas mudanças nos comportamentos dessas.

Durante a elaboração desse trabalho buscamos um conhecimento interpretativo que jamais pode ser visto como definitivo e acabado, pois *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova* são obras que a cada dia revitalizam sua atualidade e que revelam um grande potencial de conhecimento crítico, cultural e histórico da sociedade gaúcha, pois abordam problemas sociais que se apresentam na contemporaneidade.

É importante observarmos a capacidade de observação crítica desse autor em criar obras literárias diferentes das lançadas até aquele momento. Com uma visão extremamente humanista e sensível, Cyro Martins preocupou-se em dar voz ao gaúcho pobre, expulso do campo pela ganância dos grandes estancieiros e que acaba por viver na periferia dos centros urbanos. Esse gaúcho leva uma vida miserável e não tem como mudá-la, já que não está preparado para as exigências da vida cidadina. É na trilogia do gaúcho a pé que Cyro

contrapõe à feição até então idealizada do gaúcho, uma versão realista e coerente com as mudanças sociais e econômicas em que se encontrava o povo gaúcho no início do século XX.

Quando enfocamos as relações existentes entre História e Literatura, pontos em comum e distintos entre ambas, concluimos que tanto na Literatura como na História há ficção, na primeira em maior grau que na segunda. Também percebemos que as obras literárias, se analisadas de acordo com o interesse do historiador, podem constituir fontes historiográficas de um povo porque o escritor é um produto de seu tempo e pode recriar a realidade que o cerca, ou que vivenciou, através de suas narrativas.

Por isso, a análise que realizamos, contrapondo os fatos Históricos do Rio Grande do Sul com os fatos Literários presentes na trilogia em estudo, nos permite observar que a História do povo gaúcho apresentada nos livros de História está transfigurada nas obras. Dessa maneira, alguns dos fatos narrados na ficção literária coincidem com os narrados pela História, mas as personagens literárias veem o mundo sob um ponto de vista diferente do historiador porque vivem aquele enredo, estão presentes naquele episódio narrado, o que nos proporciona um conhecimento aprofundado do ser humano e sua complexidade diante dos problemas sociais, econômicos e políticos que se apresentam.

Nessa análise observamos que o tempo histórico da trilogia situa-se entre os anos de 1923 a aproximadamente 1954 do tempo histórico real. O interessante é que os problemas sociais e humanos que vivem as personagens são semelhantes aos que percebemos na vida real. Isso demonstra que o problema da miséria em que vive o homem do campo é expresso pela ficção literária de Cyro Martins como uma forma de denúncia que o autor faz aos governantes que pouco fazem por aquelas pessoas que abandonaram a vida rural e foram para as cidades tentar uma vida melhor, acabando miseravelmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Cyro Martins diversas vezes afirma que em sua a trilogia do gaúcho a pé procurou ao máximo expor os tipos campeiros com os quais teve contato em suas experiências vividas na campanha, as histórias e causos que ouvia ao redor do fogo de chão, no galpão da venda de seu pai, com a peonada que por ali passava e pernoitava. Essa preocupação do autor em procurar, ao máximo, expressar a realidade de sua época torna sua obra de valor incalculável,

já que possibilita ao leitor uma maior aproximação e conhecimento acerca da sociedade gaúcha do tempo, sua organização e valores.

Dessa maneira, o autor procura transmitir ao leitor um processo de transformação que sofre a campanha gaúcha no início do século XX. Essas mudanças ocorrem não só com os pobres da campanha, mas também com os grandes estancieiros, que começam seu processo de decadência porque não conseguem mais manter-se no poder devido à crise econômica que o Estado enfrenta, já os peões, pequenos proprietários e comerciantes sofrem pela falta de trabalho devido à entrada da tecnologia nos campos sulinos que dispensa o trabalho manual.

Além dos fazendeiros e dos pobres da campanha, nessas narrativas há personagens que são duplamente reprimidas: as mulheres. Em *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova*, o autor expõe o sofrimento das mulheres em uma sociedade patriarcal e extremamente rígida em questão de valores. Eis aí sua grande contribuição para os conhecimentos do leitor, pois o papel desempenhado pelas mulheres gaúchas permanece pouco estudado e possui poucos registros, já que os historiadores preocuparam-se em exaltar o homem gaúcho na defesa pela terra. Dessa maneira, as narrativas ficcionais de Cyro Martins proporcionam uma noção das mulheres da época, não uma noção real, mas verossímil e de fácil aceitação, pois expressam problemas intimistas humanos como sentimentos, ideais, valores, sofrimentos, lutas, opressões, etc. Dessa forma as personagens transfiguram para o plano literário emoções reais, que, por sua vez, permitem ao leitor uma maior identificação com a obra.

As personagens femininas desses romances raramente aparecem, andam discretamente e são carentes de linguagem. Poucas vezes o narrador as cita com ênfase nas passagens dos romances, e quando o faz elas expressam a infelicidade em que vivem, através de gestos, expressões corporais, vontades reprimidas e sonhos não realizados. Na trilogia existe uma denúncia para com as falhas de todo um sistema de organização social, já que os fatos narrados ressaltam a opressão em que viviam as mulheres e a repressão feminina muito evidente no século passado, segundo registra a História.

Dessa maneira, as personagens femininas vivem de maneira diferente das masculinas. Elas possuem limites para toda ação que desenvolvam. Seu mundo é o lar, vivem a cozinhar, costurar, limpar a casa, educar os filhos e servir a seu marido, quando saem de casa é para prestar serviços à Igreja, para a comunidade e auxiliar em velórios.

Elas não têm voz e acesso ao mundo da leitura e escrita. Apesar de encontrarmos situações onde a mulher começa a procurar sua independência, a maioria são submissas ao marido e às regras impostas por uma sociedade machista e autoritária. As mulheres da trilogia do gaúcho a pé são vistas por seus companheiros como posses, seres sem valor e sentimentos, que nasceram para servir a seus homens. Dessa maneira, elas são reprimidas e silenciosas, e a grande maioria, limita-se a esperar por um futuro melhor com rezas e suspiros. Permanecem caladas em uma profunda mágoa da vida que levam.

Dessa maneira, através da leitura e análise das narrativas literárias de Cyro Martins podemos aprofundar, de certa maneira, o conhecimento do passado das mulheres gaúchas. É por isso que utilizamos as narrativas *Sem rumo*, *Porteira fechada* e *Estrada nova* como fontes para um maior entendimento do ser humano e do mundo atual. Buscamos compreender todo um processo de transformação e de lutas enfrentadas pelas mulheres, pois entendemos a Literatura como uma forma de conhecimento que, mesmo dotada de ficção, está inteiramente vinculada à vida real. Ao basear-se em seres humanos para compor seu enredo, a narrativa literária possui a capacidade de transmitir ao leitor conhecimentos que envolvem o indivíduo de outras épocas. Isso facilita às pessoas entenderem a si mesmas e ao seu passado, o que, conseqüentemente, vai auxiliá-las a modificar o presente, para que tenham um futuro melhor. É dessa maneira que a Literatura torna possível ao ser humano planejar seu futuro, plantar sementes de bondade e fraternidade para colher sentimentos de humanidade, igualdade e fraternidade entre homens e mulheres, indiferente da classe social a que pertencem e da posição social que ocupam.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana (Coord.) *Na condição de mulher*. Santa Cruz do Sul: Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de Ana Maria Valente, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa : pesquisas semiológicas*. Tradução de Maria Zilda Barbosa Pinto. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 1973.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.

DIRANI, Zenia. *O despertar da mulher é o despertar do homem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do Romance*. Tradução de Maria Helena Martins. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

JAMES, Henry. *A arte de ficção*. Tradução de Daniel Piza. São Paulo: Imaginário, 1995.

KUNDERA, Milan. *A arte do romance*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1989.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MARODIM, Marilene. *As relações entre o homem e a mulher na atualidade*. In STREY, Marlene Neves. *Mulher estudos de gênero*. São Leopoldo: Inisinos. 1997.

MARTINS, Cyro. *A criação artística e a psicanálise*. Porto Alegre: Sulina, 1970.

_____. *A mulher na sociedade atual*. Porto Alegre: Movimento, 1984.

_____. *Escritores gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1981.

_____. *Estrada nova*. 7 ed. Porto Alegre: Movimento: 1992.

_____. *Para início de conversa*. Porto Alegre: Movimento, 1990.

_____. *Porteira fechada*. 10 ed. Porto Alegre: Movimento, 1993.

_____. *Sem rumo*. 6 ed. Porto Alegre: Movimento, 1997.

_____. Disponível em <http://www.celpcyro.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2009.

MARTINS, Maria Helena (Org). *Cyro Martins 90 anos*. Porto Alegre: CELPCyro Martins: IEL: Corag, 1999.

MILES, Rosalind. *A história do mundo pela mulher*. Tradução de Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Casa-Maria, 1989.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra. J.; LEENHARDT, Jacques. *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PLATÃO; *A república*. **Tradução de** Maria Helena da Rocha Pereira. 8. ed Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1996]

PRADO, Danda. *Ser esposa, a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Tradução de Margarida Coutinho Gouveia. Coimbra: Almedina, 1983.

TORRESINI, Elizabeth W. R. *História e literatura*. Porto Alegre: Literalis, 2007.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1989.

WHITE, Hayden V. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.